



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O PRONAF INVESTIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM
CAMPINA DAS MISSÕES - RS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Lidiane Kasper

Cerro Largo – RS, Brasil

2017

LIDIANE KASPER

**O PRONAF INVESTIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM
CAMPINA DAS MISSÕES - RS**

Dissertação de mestrado, apresentada para o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo-RS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dionéia Dalcin.

Cerro Largo – RS, Brasil

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Kasper, Lidiane

O PRONAF Investimento na agricultura familiar em
Campina das Missões - RS/ Lidiane Kasper. -- 2017.
140 f.:il.

Orientadora: Dionéia Dalcin.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em
Desenvolvimento e Políticas Públicas - PPGDPP, Cerro
Largo, RS, 2017.

1. PRONAF. 2. AGRICULTURA FAMILIAR. 3.
DESENVOLVIMENTO. 4. POLITICA PÚBLICA. I. Dalcin,
Dionéia, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

LIDIANE KASPER

**O PRONAF INVESTIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM
CAMPINA DAS MISSÕES - RS**

Dissertação de mestrado, apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal Fronteira Sul – Campus Cerro Largo como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

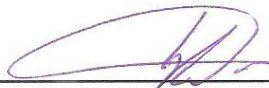
Orientadora: Prof^a. Dra. Dionéia Dalcin

Esta dissertação de mestrado foi defendida e aprovada pela banca em: 13/07/2017

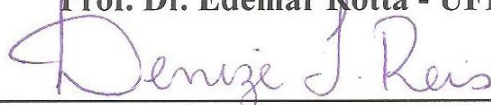
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Dionéia Dalcin - UFFS



Prof. Dr. Edemar Rotta - UFFS



Prof^a. Dr^a. Denize Ivete Reis - UFFS



Prof^a. Dr^a. Iara Endruweit Battisti – UFFS

Cerro Largo – RS, Brasil

2017

Dedico este trabalho aos meus pais **Ademir** e **Therezinha**, agricultores familiares dedicados, que sempre trabalharam para dar o melhor para os seus filhos.

AGRADECIMENTOS

Chegando ao final de mais uma etapa resta-nos agradecer a todos que, de maneira direta ou indiretamente, auxiliaram durante toda esta caminhada.

Agradeço, inicialmente a Deus, que sempre ilumina meus passos, concedendo-me a paz necessária e, por todas as minhas conquistas.

À Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo, especialmente ao quadro de professores e técnicos administrativos do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas. À professora Iara pela ajuda e colaboração durante a realização deste estudo. Aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa, Prof. Dr^a. Iara E. Batisti; Prof. Dr. Edemar Rotta; Prof. Dr^a. Denize Ivete Reis.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a Dionéia Dalcin, pela paciência e colaboração na condução e desenvolvimento deste trabalho.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Santa Rosa, instituição na qual trabalho, pela concessão do afastamento para qualificação, proporcionando-me a tranquilidade necessária para realização deste estudo.

Aos agricultores familiares de Campina das Missões que, além de me recebem em suas propriedades, aceitaram e colaboraram em participar da pesquisa.

Ao técnico da Emater Sr. Antônio Jung, assim como ao agrônomo da Prefeitura Municipal de Campina das Missões, Sr. Nilson Zimmermann, pelas informações e esclarecimentos, principalmente, na etapa inicial deste estudo.

À presidente do Sindicato Sra. Marta Pies Volkmer, pelas informações e colaborações durante a realização deste trabalho, bem como ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município pelo espaço cedido durante a realização da Assembleia dos agricultores para realização da devolutiva referente aos dados desta pesquisa.

Aos amigos, Carlos, Letiane, Michele, Micheli, Joice pela amizade e apoio de vocês!

À minha família, meu pai Ademir e minha mãe Therezinha que sempre acreditaram na minha capacidade e deram-me o incentivo necessário sempre que precisei, vocês são o meu porto seguro. Ao meu irmão Fábio, minha cunhada Carla e meus dois sobrinhos Carlos e Bernardo que sempre me apoiaram no que fosse possível, transmitindo carinho e alegria. Ao meu namorado Rodrigo e sua família, que me deram o apoio necessário, transmitindo amor e carinho. Obrigada! Amo todos vocês!

RESUMO

A agricultura familiar brasileira representa um segmento de significativo papel socioeconômico, tanto pelo número de estabelecimento, como pela participação na produção de alimentos, geração de empregos e renda no meio rural. Como forma de atender ao segmento dos agricultores familiares surge, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que atende linhas de custeio e investimento. O acesso ao programa por parte dos agricultores familiares pode ser entendido através de diferentes orientações e fatores, sendo mais complexa essa racionalidade quando envolve operações de investimento, considerando que se tratam de operações de maior valor e cujas consequências poderão ser mais perceptíveis. Diante deste contexto é que o presente estudo buscou analisar o uso do PRONAF investimento pelo agricultor familiar de Campina das Missões/RS. Diante disso, para o desenvolvimento do estudo foi realizada uma pesquisa de campo, através da aplicação do instrumento de coleta de dados a 91 agricultores do município, que acessaram o PRONAF Investimento durante o período de 2012 a 2015. A análise dos dados coletados ocorreu por meio de técnicas de estatística descritiva, para descrição da amostra, e testes de *Qui-quadrado*, *Exato de Fisher* e *Mann-Whitney* para estudar os fatos influenciadores. Foi possível verificar que os agricultores familiares que acessaram o PRONAF investimento possuíam, de modo geral, como principal orientação a intrínseca. Observou-se ainda que há relação entre orientações e características das unidades. Em relação às variáveis do PRONAF que contribuíram para a participação no programa, a taxa de juros e o prazo de pagamento foram as duas principais, não havendo uma relação entre estas variáveis e as características das unidades de produção analisadas. Foram identificadas diferentes formas de alocação dos investimentos realizados por meio do programa, que geraram repercussões positivas principalmente no trabalho e nas atividades (40,9%) desempenhadas pelos agricultores, bem como trouxeram resultados econômicos (24,4%) sociais (17,5%) e pessoais (11,2%). Deste modo, o estudo contribui com informações relevantes relacionadas à política pública PRONAF Investimento.

Palavras-chave: crédito rural; política pública; racionalidade; desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The Brazilian family farming represents a significant socioeconomic role segment, both by the number of establishments, as well as the participation in food production, generation of jobs and income in rural areas. In order to answer to the thread of family farmers arises, in 1996, the National Programme for the Strengthening of Family Farming – PRONAF, that serves lines of funding and investment. The access to the program by the family farmers can be understood through different guidelines and factors, being this rationality more complex when it involves investment operations, whereas these are higher-value operations and its consequences may be more noticeable. In this context is that the present study sought to analyse the use of the PRONAF investment by the family farmer of Campina das Missões/RS. Given that, for the development of the study was carried out a field research, by applying the data collection instrument to 91 farmers of the town, who accessed the PRONAF Investment during the period from 2012 to 2015. The analysis of the collected data was done by descriptive statistical techniques, for description of the sample and *Chi-square tests*, *Fisher's exact* and *Mann-Whitney* to study the facts influencers. It was possible to verify that the family farmers who accessed the PRONAF investment had, in general, as main orientation the intrinsic one. It was also observed that there is relationship between guidelines and characteristics of units. In relation to the variables of PRONAF that contributed to the participation in the program, the interest rate and payment term were the two most important ones, and there is no relationship between these variables and the characteristics of the analyzed production units. It was identified different ways of allocation of investments made through the program, which generated positive repercussions especially at work and in the activities (40,9%) carried out by the farmers, as well as brought economic (24,4%), social (17,5%) and personal (11,2%) results. Thus, the study contributes with important information related to the public policy PRONAF Investment.

Keywords: rural credit, public policy, rationality, rural development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos Recursos do PRONAF entre as cinco grandes regiões brasileiras de 2012 a 2015.....	20
Gráfico 2 - Distribuição dos Recursos do PRONAF entre os três estados da Região Sul e a comparação desta em nível nacional de 2012 a 2015.....	21
Gráfico 3 - Variáveis que contribuíram para aquisição do PRONAF Investimento, classificadas pelos entrevistados segundo o nível de importância:	79
Gráfico 4 - Fonte de informação sobre o crédito do PRONAF Investimento:	81
Gráfico 5 - Influência externa sobre a decisão de adquirir o PRONAF Investimento:	82
Gráfico 6 - Categoria de produtos financiados por meio do PRONAF Investimento:	84
Gráfico 7 - Valor total financiado pelas unidades de produção familiar durante o período de 2012 a 2015:	87
Gráfico 8 - Recurso utilizado para pagamento das prestações do financiamento do PRONAF Investimento:	90
Gráfico 9 - Principais repercussões positivas e negativas geradas pelas aquisições através do PRONAF Investimento, agrupados por categorias:	92
Gráfico 10 - Interesse dos entrevistados em realizar novo investimento por meio do PRONAF Investimento:	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de contratos e recurso por finalidade (custeio e investimento) no Rio Grande do Sul, para o período de 2012 a 2015	22
Tabela 2 - Participação dos três maiores Municípios que compõem o COREDE Fronteira Noroeste, em termos de contratos do PRONAF Investimento- entre 2012 a 2015.....	24
Tabela 3 - Quantitativo de Contratos do PRONAF Investimento para o município de Campina das Missões - RS, para o período de 2012 a 2015.....	59
Tabela 4 – Faixa etária dos entrevistados:	66
Tabela 5 - Escolaridade dos entrevistados:	66
Tabela 6 - Número de membros por grupo familiar:	67
Tabela 7 - Idade dos membros ativos jovens que trabalham em tempo integral:	68
Tabela 8 - Nível de escolaridade dos membros de cada Unidade de Produção Familiar que atuam em tempo integral ou metade do tempo na atividade:	69
Tabela 9 - Área total dos estabelecimentos familiares.....	70
Tabela 10 - Atividades produtivas segundo o nível de importância:	71
Tabela 11 - Faturamento bruto médio mensal das unidades de produção familiar referente ao ano de 2015:	73
Tabela 12 - Orientações de valor que contribuíram para aquisição do PRONAF Investimento pelos agricultores familiares:.....	77
Tabela 13 - Valor bruto dos itens adquiridos através do PRONAF Investimento pelos entrevistados:	86
Tabela 14 - Relação entre orientação de valor dos agricultores familiares e características das unidades de produção familiar:	97
Tabela 15 - Relação entre as variáveis do PRONAF Investimento que contribuíram para participação do programa e características das unidades de produção familiar:	100
Tabela 16 - Relação entre as linhas de crédito acessadas pelos agricultores familiares e características das unidades de produção familiar:.....	101
Tabela 17 - Relação entre o valor total financiado e características das unidades de produção familiar:	103
Tabela 18 - Relação entre os produtos adquiridos e características das unidades de produção familiar:	105

Tabela 19 - Relação entre a categoria de produtos adquiridos e a repercussão do PRONAF Investimento nas unidades de Produção familiar:	107
Tabela 20 - Relação entre características das unidades de produção familiar e a repercussão do PRONAF Investimento:	108
Tabela 21 - Relação entre o interesse em realizar novo investimento e características das unidades de produção familiar:	109

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo das Políticas Públicas proposto por Secchi (2011)	31
Figura 2 - Mapa do Rio Grande do Sul com a localização do município de Campina das Missões – RS	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões das políticas públicas e seus respectivos objetivos	32
Quadro 2 - Mudanças anunciadas nos Planos Safras: de 1996 a 2016.	41
Quadro 3 - Classificação dos Agricultores Pronafianos por Grupos:.....	48
Quadro 4 - Linhas de Crédito do PRONAF, com suas respectivas finalidades:	48
Quadro 5 - Orientações da Tomada de Decisão, segundo Gasson (1973)	55
Quadro 6 - Metodologia de elaboração das questões do instrumento de coleta de dados do Apêndice D.....	62

LISTA DE SIGLAS

ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural.
BCB	Banco Central do Brasil
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CFP	Comissão de Financiamento e Produção
CMN	Conselho Monetário Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Documento de Aptidão ao PRONAF
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCR	Manual do Crédito Rural
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PNB	Produto Nacional Bruto
PROCERA	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UPF	Unidade de Produção Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVO	19
1.1.1 Objetivo geral.....	19
1.1.2 Objetivos específicos.....	19
1.2 JUSTIFICATIVA	19
1.3 ESTRUTURAS DA DISSERTAÇÃO.....	25
2 REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1 DESENVOLVIMENTO DO MEIO RURAL.....	26
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS	29
2.2.1 Breve trajetória da política de crédito rural brasileiro.....	33
2.2.2 Políticas de Crédito para a Agricultura Familiar.....	37
2.2.3 O PRONAF: criação e mudanças do programa	39
2.2.3.1 Disposições Gerais sobre o funcionamento do programa	46
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR	50
2.3.1 A racionalidade dos agricultores.....	52
3 METODOLOGIA.....	56
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	56
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	57
3.4 POPULAÇÃO DA PESQUISA	58
3.5 AMOSTRA.....	59
3.7 COLETA DE DADOS	61
3.8 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	62
3.9 ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS	63
3.10 ASPECTOS ÉTICOS	64
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	65
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR.....	65
4.2 O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR.....	76
4.3 REPERCUSSÕES DO PRONAF INVESTIMENTO.....	84
4.4 O PRONAF INVESTIMENTO E SEUS INFLUENCIADORES	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A – Total de Contratos e recurso do PRONAF Investimento por COREDE do Estado do Rio Grande do Sul (2015).....	130
APÊNDICE B – Dados dos municípios que compõe o COREDE Fronteira Noroeste.....	131
APÊNDICE C– Requerimento encaminhado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR	132
APÊNDICE D – Instrumento de coleta de dados aplicado aos agricultores familiares	133
APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	138

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, assim como em outros países, a agricultura representa um setor de importante papel socioeconômico (BRUM; TRENNEPOHL, 2004; LOPES, et al., 2016). A capacidade de gerar efeitos a montante e a jusante, proporcionando o sustento, renda e empregos para diversas famílias, assim como a participação na produção de alimentos, ressaltam o papel desempenhado pela agricultura e, em especial, da agricultura familiar, categoria representativa para o desenvolvimento rural do país (LOPES, et al., 2016).

Segundo dados do IBGE (2009) a agricultura de base familiar representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupam 24,3% da área, possuindo, em média, 18,37 hectares, ao passo que, a agricultura não familiar, detém os 75,7% restantes da área, possuindo em média 309,18 hectares. Embora pouca disponibilidade de terras, por parte da agricultura familiar, observa-se um expressivo número de estabelecimentos desta categoria, que gera emprego e renda (TRENNEPOHL, 2011; BRUM; TRENNEPOHL, 2004) além de boa parte da produção de alimentos, para a segurança alimentar do país (IBGE, 2009).

Apesar dessa importância e do seu atual reconhecimento como categoria social e produtiva, a agricultura familiar, por algum tempo, não foi vista como importante no processo de promoção do desenvolvimento rural (LOPES, et al., 2016). Inicialmente, reconhecida por expressões difusas, a categoria abrangida pelo leque conceitual de agricultura familiar possui em comum, o fato de ter passado por um processo histórico de fragilização, decorrente do processo de ‘modernização da agricultura’ que ocorreu, mais intensivamente, a partir da segunda metade da década de 1960, resultando em dificuldade de acesso às políticas públicas por parte desses agricultores (LOPES, et al., 2016; AQUINO; SCHNEIDER, 2010; 2015)

Logo, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela intervenção do Estado na agricultura, entretanto, as políticas públicas e ações da época visavam mudar o modelo de produção praticado pelos agricultores, através do uso de tecnologias, aumento da produção e produtividade, bem como, o desenvolvimento de novas dinâmicas produtivas que estivessem vinculadas com a indústria e mercados, ficando a agricultura familiar, aquém deste processo (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

O debate acerca da agricultura familiar passa a ganhar força, a partir da década de 1990, considerando que, até aquele momento não existiam políticas públicas específicas de abrangência nacional que atendessem a esta categoria de agricultores (CAZELLA; MATTEI;

SCHNEIDER, 2004). Neste contexto, destaca-se a participação dos movimentos e organizações dos trabalhadores (MATTEI, 2001) e a participação do Estado na interpretação das demandas advindas da sociedade (BRUM; TRENNEPOHL, 2004; TEIXEIRA, 2002).

Assim, como forma de atender ao segmento dos agricultores familiares oferecendo-lhes apoio financeiro, através da disponibilidade do crédito rural, o Estado lança, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, por meio do Decreto Federal nº 1.946, de 28 de junho daquele ano, com a “finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996, p.01).

O programa, da sua criação até o momento atual, passou por mudanças e alterações, que vão desde questões de abrangência e beneficiários até as condições de acesso como as linhas de crédito, taxa de juros, entre outras (BCB, 2016). Atualmente, o PRONAF atende linhas de crédito para a finalidade de Custeio, Investimento ou Integralização de cotas-partes, a fim de “estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não-agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas” (BCB, 2016).

A proposta do programa para a finalidade de Investimento busca apoiar os agricultores familiares em suas atividades, tanto agropecuárias como as não-agropecuárias, através do financiamento para a realização da implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção das unidades e estabelecimentos rurais, ou em áreas comunitárias rurais próximas (BCB, 2016). A finalidade do crédito de Custeio se destina a financiar o beneficiamento ou industrialização da produção própria ou de terceiros desde que enquadrados no programa (BCB, 2016). Já, os créditos para integralização de cotas-partes destinam-se a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias que sejam constituídas por beneficiários do programa (BCB, 2016).

A partir da sua criação, o PRONAF já apresentou influências positivas à agricultura familiar e, conseqüentemente, ao desenvolvimento rural brasileiro, consolidando-se como um importante programa de concessão de crédito para esta categoria de agricultores, possibilitando a realização de investimento na unidade de produção, contribuindo ainda nas condições de produção, produtividade e oferta de alimentos e, portanto, em resultados positivos de indicadores rurais (LOPES, et al., 2016; MAIA; EUSÉBIO, 2015; TOLEDO;

SCHNEIDER, 2008; CARVALHO JÚNIOR; MISSIO, 2013; AYUB, 2012; MALYSZ; CHIES, 2012). Da mesma forma, também se destacam desafios relacionados a esta política, como: a distribuição não equitativa dos recursos entre as diferentes categorias de agricultores familiares do Brasil, tendência à especialização produtiva (produção de grãos e *commodities*), levando a um distanciamento de seus objetivos (AQUINO; SCHNEIDER, 2015; ANJOS et al., 2004; TOLEDO; SCHNEIDER, 2008, LOPES, et al., 2016).

Ademais, Schwantes (2011) ao estudar a dinâmica agrária da região fronteira noroeste destaca que, apesar da relevância da política pública PRONAF para a agricultura familiar, alguns destes agricultores continuam enfrentando dificuldades para garantir sua reprodução socioeconômica. Nesse sentido, em seu estudo, Toledo (2009) ao explorar as razões pelas quais os agricultores utilizam os recursos do PRONAF, com foco no município de Salvador das Missões-RS, demonstrou diferentes formas de alocação destes créditos, que vão da ampliação patrimonial até a necessidade de sobrevivência; já Schuhmann (2012) ao analisar os agricultores de Teotônia-RS que acessaram os recursos do PRONAF Mais Alimento, o seu contexto e os efeitos desta linha de crédito destaca que existe uma conexão entre a racionalidade e a realidade na qual se situam estes agricultores familiares.

Para Lopes et al. (2016) apesar do programa já ter apresentado evoluções assimilando uma racionalidade que visa atingir as necessidades da família, de construir um patrimônio familiar e não, necessariamente, acumular capital, ainda apresenta uma forte racionalidade funcionalista, baseada no capital, ficando aquém do seu real objetivo que é o fortalecimento da agricultura familiar. Gazolla e Schneider (2013) também reforçam essa ideia ao comparar o formato atual do PRONAF com os seus objetivos, inicialmente, estipulados, sendo possível afirmar que, em alguns casos, o programa não conseguiu atingir o seu objetivo do desenvolvimento rural almejado.

Diante disso, Lopes et al. (2016, p.81) destaca que “considera-se necessário que o programa avance mais rapidamente em sua evolução política e, em suas racionalidades, ajustando seus objetivos às reais necessidades da agricultura familiar”. Assim, ajustes no programa se tornam importantes, a fim de atender as reais necessidades dos agricultores familiares em suas diferentes dimensões, como no caso das questões ambientais, desenvolvimento das atividades econômicas desenvolvidas pelos agricultores, nas estratégias coletivas adotadas por estes, fortalecendo e garantindo a sustentabilidade das unidades de produção família (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013; LOPES et al., 2016).

Para atender tais necessidades, é preciso compreender também a racionalidade dos agricultores, “em sua forma particular de viver, pensar e de interpretar o mundo” (LOPES et al., 2016, p. 82). Neste sentido, autores (GASSON, 1973; SOUZA FILHO; BATALHA, 2009; ABRAMOVAY, 2007) têm se debruçado a compreender este comportamento que move os agricultores, ou seja, suas intenções e objetivos diante da realidade que se encontram, destacando-se que a agricultura familiar representa um modo de vida, cuja racionalidade não é puramente econômica. Para Gasson (1973), essa racionalidade se manifesta, a partir de orientações com um viés instrumental (relacionada a questões econômicas e de segurança nas condições de trabalho), social (inter-relações pessoais, dar continuidade à tradição familiar), expressivo (autoexpressão, realização pessoal) e/ou intrínseco (relacionada ao desempenho das atividades do meio rural com qualidade de vida).

No que se refere ao PRONAF, a racionalidade também se manifesta através de suas decisões de uso, levando em consideração fatores, como os objetivos e orientações do agricultor (GASSON, 1973) aliado às condições de financiamento, como: taxa de juros, prazo de carência, prazo de pagamento, valor financiado e linha de crédito (BCB, 2016). Neste caso, a aplicação dos recursos do programa é mais complexa quando envolve operações de investimento, considerando que estas estão relacionadas a operações de maior valor, provocando efeitos mais duradouros nas unidades de produção familiar (KAY, EDWARDS; DUFFY, 2014). Aliada a isso, a tarefa de analisar a racionalidade dos agricultores familiares diante do modo capitalista e hegemônico de produção também pode ser mais complexa (LOPES et al., 2016).

Compreender melhor este comportamento dos agricultores ao acessarem o PRONAF Investimento tem relação com o desenvolvimento da agricultura familiar, categoria esta que, segundo IBGE (2009), é representativa no contexto brasileiro, e que desempenha um importante papel econômico e social, como também é o caso de Campina das Missões - RS, município alvo deste estudo, localizado no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (EMATER, 2012).

Assim, diante da importância da agricultura familiar, dos objetivos do PRONAF e, especificamente, da sua finalidade de Investimento, e considerando que os agricultores familiares acessam esta política pública, a partir da sua racionalidade propõe-se o seguinte problema de pesquisa para este estudo: **Quais são os fatores relevantes para o uso do PRONAF Investimento pelos agricultores familiares de Campina das Missões - RS?**

1.1 OBJETIVO

1.1.1 Objetivo geral

- Analisar o uso do PRONAF Investimento pelo agricultor familiar do município de Campina das Missões - RS.

1.1.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as unidades de produção familiar participante do PRONAF Investimento, do município de Campina das Missões-RS;
- Verificar os fatores de decisão que levam os agricultores familiares a participar do PRONAF Investimento;
- Identificar as repercussões do PRONAF Investimento junto às unidades de produção familiar participantes;
- Identificar relações entre as variáveis: características das unidades de produção familiar, fatores de decisão e repercussões do PRONAF investimento.

1.2 JUSTIFICATIVA

A categoria social e produtiva denominada agricultura familiar representa uma proporção significativa a ser considerada quando da elaboração de um projeto de desenvolvimento no país, sendo que 90% dos municípios brasileiros têm como base da economia a atividade agrícola (ROCHA, 2012). Este papel que a agricultura representa para a economia dos municípios ainda é maior quando se trata daqueles de pequeno e médio porte (BORGES; SANTOS, 2012).

Mesmo detendo apenas 24,3% da área, a agricultura familiar brasileira responde por uma significativa parcela da produção nacional, fornecendo alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, através da produção de, ao menos 50% da mandioca, do feijão, do leite, do plantel de suínos e da criação de aves, além de participar na produção de 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 30% dos bovinos e 16% da soja (IBGE, 2009; CASTRO; RESENDE; PIRES, 2014).

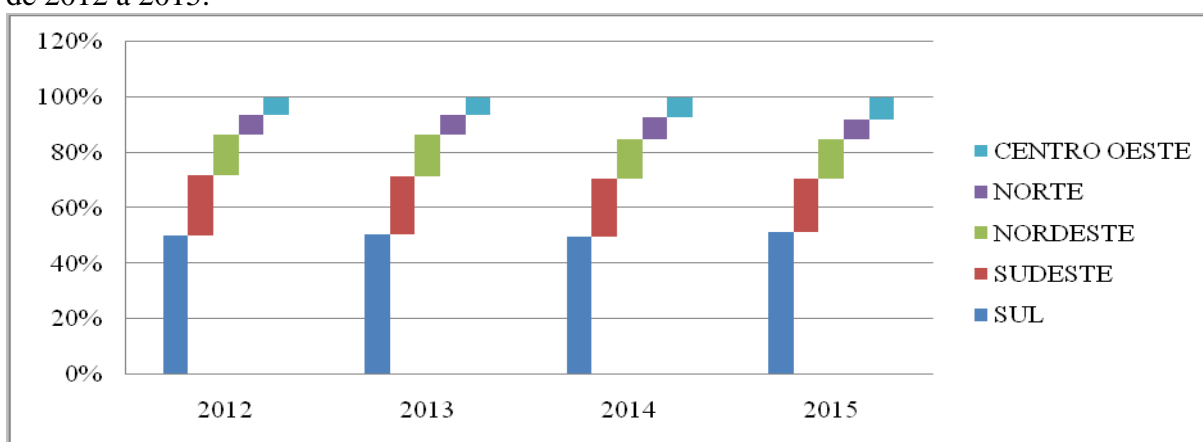
Além da participação da agricultura familiar na produção de alimentos, esta também

tem relevante papel socioeconômico, sendo massiva na ocupação de mão de obra, gerando emprego e renda que possibilita o sustento de milhões de famílias brasileiras (BRUM; TRENNEPOHL, 2004; CASTRO; OLIVEIRA, 2014; CASTRO; RESENDE; PIRES, 2014).

No intuito de fortalecer a agricultura familiar foi criado o PRONAF que, ao longo dos anos, vem se consolidando como a principal Política Pública, de abrangência nacional, voltada para a categoria dos agricultores familiares (AQUINO; SCHNEIDER, 2010). Durante os 20 anos da política pública PRONAF, foram aplicados cerca de R\$ 160 bilhões em recursos distribuídos em mais de 26 milhões de contratos, entre as diferentes linhas de crédito de custeio, investimento e comercialização, para as diferentes categorias de agricultores familiares, que financiaram a produção, máquinas, implementos, instrumentos, equipamentos entre outras finalidades para uma melhor estruturação da agricultura familiar (BIANCHINI, 2015).

Em vista da abrangência nacional do PRONAF, a análise da distribuição dos recursos do programa entre as cinco regiões brasileiras indica um destaque nesta captação para as regiões Sul e Sudeste, respectivamente, conforme estudos realizados por Grisa, Wesz Junior, e Buchweitz (2014) sobre o desempenho do PRONAF em nível nacional, referente ao período de 1996 a 2012. Da mesma forma, o Gráfico 1, elaborado a partir de informações do Anuário Estatístico do Crédito Rural (BCB, 2016a) e da Matriz de Dados do Crédito Rural (BCB, 2016b), ambos no site do Banco Central do Brasil, retrata a continuidade desta característica, para o período de 2012 a 2015.

Gráfico 1- Distribuição dos Recursos do PRONAF entre as cinco grandes regiões brasileiras de 2012 a 2015.

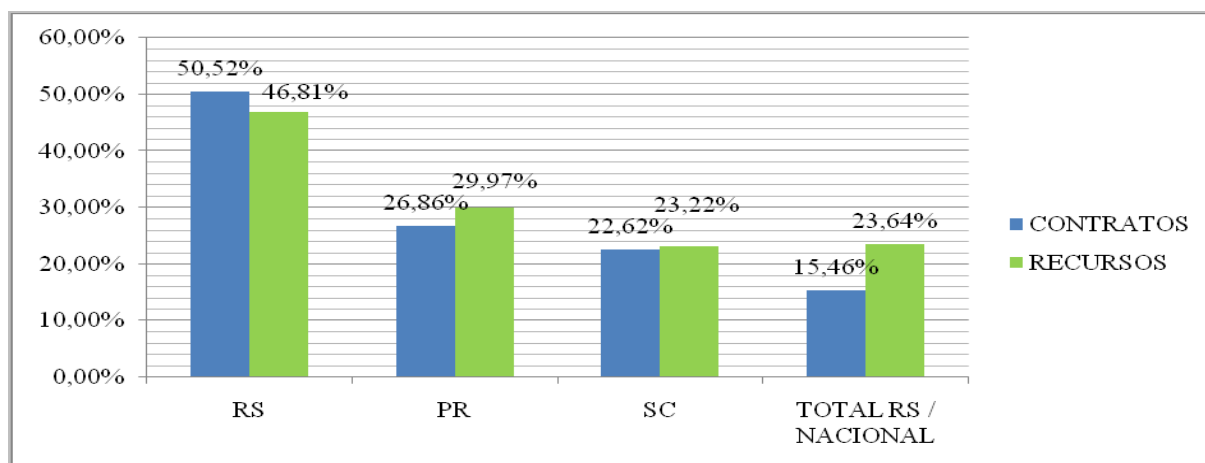


Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural (BCB, 2016a) e da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB, 2016b)

Com base no Gráfico 1 observa-se que a região Sul do Brasil captou entre 2012 a 2015, aproximadamente, 50% dos recursos do programa, e a região Sudeste, aproximadamente, 20% deste. Brose (1999, p. 21) explica que “o Sul e o Sudeste do país são identificados objetiva e subjetivamente como as regiões, economicamente, mais dinâmicas do país, e fontes estatísticas corroboram essa visão”. Especificamente em relação à região Sul, Gazolla e Schneider (2013) mencionam que esta região acessa volumes elevados de recursos do PRONAF desde a criação do programa.

Diante desta constatação e dos estudos já realizados por outros autores (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013) verifica-se que a região Sul do Brasil tem uma participação significativa e também histórica na captação dos recursos deste programa, assim como o Estado do Rio Grande do Sul que se destaca em termos regionais e nacionais nesta captação para o período de 2012 a 2015 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição dos Recursos do PRONAF entre os três estados da Região Sul e a comparação desta em nível nacional de 2012 a 2015.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural (BCB, 2016a) e da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB, 2016b).

O Gráfico 2 apresenta o total dos contratos e recursos captados pela região Sul, sendo que o Estado do Rio Grande do Sul firma mais de 50% destes contratos e capta, aproximadamente, 47% do recurso da região. A participação do Rio Grande do Sul também chama a atenção em nível nacional, captando, em média, 24% do recurso total distribuído para o período.

Quanto à distribuição dos contratos do PRONAF por finalidade, ou seja, custeio ou investimento (não constam na matriz de dados consultada, dados específicos relacionados às

operações de integralização de cotas-parte), no Estado do Rio Grande do Sul predomina contratos de custeio (Tabela 1), apesar de já ter ocorrido um incremento no número de contratos de investimento, principalmente, a partir de 2008, relacionado à criação da Linha de Crédito do PRONAF Mais Alimento, naquele ano (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014). Danta e Pinto (2006) explicam que essa predominância de contratos de custeio pode ser entendida, pelo fato de que estes contratos têm por finalidade subsidiar as safras que ocorrem todo ano, ao passo que, os contratos de investimento se voltam a geração de efeitos mais duradouros nas unidades produtivas familiares e, portanto, podem não ser contratados com tanta frequência como ocorre com os de custeio.

Tabela 1 - Número de contratos e recurso por finalidade (custeio e investimento) no Rio Grande do Sul, para o período de 2012 a 2015

Ano	Nº Contratos Custeio	Valor custeio (R\$)	Valor médio dos contratos de custeio (R\$)	Nº Contratos Investimento	Valor investimento (R\$)	Valor médio dos contratos de Investimento (R\$)
2012	218.300	2.299.989.128,47	10.535,91	85.926	1.486.579.579,13	17.300,70
2013	218.804	2.984.731.909,15	13.641,12	101.483	1.794.364.142,14	17.681,43
2014	215.832	3.411.639.980,73	15.806,92	60.117	2.346.490.311,82	39.032,06
2015	198.387	3.673.221.512,15	18.515,43	38.707	1.580.419.246,52	40.830,32
Total	851.323	12.369.582.530,50	14.529,83	286.233	7.207.853.279,61	25.181,77
%	75%	63%	-	25%	37%	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural (BCB, 2016a) e da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB, 2016b).

A Tabela 1 indica que os contratos de custeio representam, em média, 75% dos contratos, enquanto que, os de investimento representam 25%, considerando todo o período. Contudo, ao analisar essa distribuição em termos de recursos envolvidos, verifica-se que, apesar dos contratos de investimento serem firmados em menor frequência que os de custeio, o valor médio desses contratos é maior (R\$ 25.181,77) quando comparado aos de custeio (R\$ 14.529,83). Ou seja, os contratos de investimento envolvem operações de maior grandeza e, portanto, aparecem em menor frequência, o que torna relevante avaliar o uso dos recursos do PRONAF Investimento, considerando que os investimentos se tratam de decisões de longo prazo e, cujas consequências poderão ser mais perceptíveis (KAY; EDWARDS; DUFFY, 2014) e, como destaca Souza Filho et al. (2004) a adoção equivocada destes investimentos pode levar a resultados não satisfatórios.

A escolha sobre onde investir e com qual finalidade, depende da racionalidade do

agricultor, fato que reduz a validade de uma racionalidade puramente econômica (SOUZA FILHO et al., 2004). Ploeg (2014) explica que os agricultores podem não utilizar estes recursos com a finalidade de obter lucros, mas sim, como uma forma de ganhar a vida, ou seja, obter uma renda que seja suficiente para levar uma vida digna garantindo a sustentabilidade da unidade de produção familiar.

Neste sentido, Gasson (1973) aborda a orientação e comportamento dos agricultores com base em múltiplos objetivos, podendo ter um viés mais econômico, social, expressivo ou intrínseco, o que torna relevante compreender o comportamento dos agricultores ao acessar os recursos de uma política pública como no caso o PRONAF Investimento.

Diante do exposto, e dada a significativa participação da região Sul do país e do Estado do Rio Grande do Sul na captação dos recursos do Programa e, também, como mencionam Reichert, Gomes e Schwengber (2009), considerando que o Estado do Rio Grande do Sul tem na agricultura familiar sua origem, culturas e tradições, que garante o desenvolvimento de vários de seus municípios graças ao trabalho desta categoria, será dado foco ao estudo do PRONAF Investimento em um dos municípios do estado.

Para tanto, o município de Campina das Missões - RS, assim como vários outros municípios do Rio Grande do Sul que possuem até 10 mil habitantes, têm na agricultura familiar a sustentação de sua economia (HOCHSCHEID, 2014). Sua população do meio rural é composta por 99,97% de agricultores familiares, tendo este setor considerável importância para o município, uma vez que, 69,19% do seu ICMS é oriundo da prática da agricultura (EMATER, 2012).

Campina das Missões - RS compõe o COREDE Fronteira Noroeste, que é um dos 28 COREDES do Estado do Rio Grande do Sul (FEE, 2013) e, em 2015, destacou-se em termos de contratos do PRONAF (21.480), além de ser o segundo COREDE em termos de captação de recursos do programa em nível estadual (R\$ 405.336.843,01), atrás apenas do COREDE Norte, com R\$ 418.165.428,41 de recursos captados (BCB, 2016b). No entanto, tendo por base apenas a finalidade de Investimento do PRONAF, o COREDE Fronteira Noroeste é o quinto maior em número de contratos (Apêndice A).

A participação dos três maiores municípios, em termos de contratos do PRONAF com a finalidade de investimento, para o período de 2012 a 2015, e que compõem o COREDE Fronteira Noroeste é apresentada na Tabela 2 (Tabela completa no Apêndice B):

Tabela 2 - Participação dos três maiores Municípios que compõem o COREDE Fronteira Noroeste, em termos de contratos do PRONAF Investimento- entre 2012 a 2015

Cidade	Nº Cont.	Nº estabelecimentos	Área	Valor (R\$)	Área Média (ha)	Valor Médio por Estabelecimento (R\$)
Três de Maio	2.413	2.077	36.730	38.728.109,03	17,68	18.646,18
Santo Cristo	1.843	2.203	33.223	31.580.635,09	15,08	14.335,29
Campina das Missões	1.637	1.320	18.689	25.054.356,39	14,16	18.980,57

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural (BCB, 2016a), da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB, 2016b) e IBGE (2016).

A participação de Campina das Missões - RS chama a atenção, conforme Tabela 2, pois em termos de contratos da finalidade Investimento ficou atrás apenas de Três de Maio - RS e Santo Cristo - RS. Porém, ao analisar o número de estabelecimentos e a área disponível destes três municípios, Campina das Missões - RS é o que possui a menor área/por estabelecimento, com uma média de 14,16 ha, em contraponto, possui o maior valor médio captado por estabelecimento (R\$ 18.980,57), portanto, torna-se relevante compreender o uso do PRONAF Investimento.

A escolha deste município também se justifica, de maneira secundária, por uma questão de conveniência e acessibilidade aos dados, levando em consideração o conhecimento que a pesquisadora possui sobre a distribuição geográfica das comunidades do município para a localização dos beneficiários do programa.

Consequentemente, este estudo tem o papel de contribuir para a disponibilidade de informações sociais referentes à inserção do PRONAF em um município de pequeno porte e, cuja agricultura familiar desempenha importante função econômica e social (BORGES; SANTOS, 2012), colocando à disposição dos órgãos públicos e instituições uma fonte de dados sobre a utilização deste programa e das razões que motivam a adesão do público-alvo a esta Política Pública.

Silva, Grossi e Campanhola (2002) também mencionam que, diferente das políticas públicas inicialmente adotadas na agricultura, cujo foco era a centralidade agrícola, a nova visão de política pública precisa incorporar a diversidade de dinâmicas existentes no espaço rural, onde o rural não pode ser visto apenas como agrícola, mas sim em suas várias dimensões, que também vai ao encontro da noção de desenvolvimento rural abordada por Kageyama (2008) quando esta o destaca como um processo multidimensional, que deve ir

além do viés econômico.

Portanto, o estudo busca contribuir para o desenvolvimento de ações conjuntas entre os diferentes agentes públicos articuladores do programa e usuários, possibilitando melhor compreensão do funcionamento do mesmo, visando superar desafios e promover o desenvolvimento regional da agricultura familiar com fulcro nesta Política Pública.

1.3 ESTRUTURAS DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está distribuída em 5 capítulos, sendo que no Capítulo 1 está descrita a definição e contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e a justificativa da pesquisa.

No capítulo 2 é abordado o referencial teórico, no qual é feito um resgate na literatura sobre os temas que norteiam esta pesquisa. A primeira linha teórica versa sobre o desenvolvimento do meio rural, por conseguinte, a segunda linha teórica trata das políticas públicas, discutindo brevemente a trajetória da Política de Crédito Rural brasileiro, avançando para as Políticas de Crédito para a Agricultura Familiar, até chegar no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: criação e evolução do programa; e disposições gerais sobre o funcionamento do mesmo. A terceira linha teórica aborda a agricultura familiar, características e a racionalidade dos agricultores.

O capítulo 3 contempla a metodologia, na qual está descrito todo o procedimento adotado para alcance dos objetivos, além da caracterização do município em estudo, população da pesquisa e demais procedimentos para análise e interpretação dos dados.

No capítulo 4 constam os resultados do estudo realizado com os 91 agricultores familiares de Campina das Missões/RS. Neste capítulo, consta a caracterização das unidades de produção familiar, assim como, uma descrição do processo de tomada de decisão dos agricultores familiares, as repercussões do PRONAF Investimento e, por fim, uma relação entre as principais variáveis analisadas.

O quinto capítulo contempla as considerações finais, onde são descritos os principais achados da pesquisa e as considerações sobre os resultados da pesquisa desenvolvida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tem por objetivo trazer uma revisão da literatura acerca das temáticas relacionadas ao estudo. Para tanto, inicialmente, discute-se a questão do desenvolvimento, mais especificamente, o desenvolvimento do meio rural. Na sequência, abordam-se as políticas públicas, com um breve resgate sobre a trajetória da política de crédito rural praticada no Brasil, durante a década de 1930 até 1990, quando se inicia o debate acerca de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, resultando, em 1996, na criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Por fim, realiza-se uma abordagem sobre a agricultura familiar, categoria beneficiária dos recursos do PRONAF, adentrando para a discussão da racionalidade e orientações destes agricultores.

2.1 DESENVOLVIMENTO DO MEIO RURAL

O desenvolvimento rural é tema de diferentes debates e reflexões, tanto na literatura acadêmica como nas discussões e organizações políticas (KAGEYAMA, 2008; WANDERLEY, 2001; MALUF, 2015), considerando sua relevância não apenas para os estudiosos, mas, para a sociedade como um todo, (KAGEYAMA, 2008) o que demanda um constante acompanhamento das mudanças e permanências que existem no universo complexo do meio rural (MALUF, 2015).

Esse tratamento dado ao tema do desenvolvimento rural não significa que este seja um universo separado do conjunto e contexto da sociedade, mas sim, um universo que possui suas particularidades históricas, culturais, sociais e ambientais que o caracterizam por uma realidade própria em um espaço específico, denominado espaço rural (WANDERLEY, 2001).

Segundo Wanderley (2001), o espaço rural é assim entendido sob dois aspectos, primeiro, por se tratar de um espaço físico diferenciado, cuja construção é resultante da própria dinâmica que foi ocorrendo para ocupação deste território, a estrutura e posse da terra, uso dos recursos naturais, mas também, é assim entendido por se tratar de um lugar com modo de vida ‘identitário’, ou seja, um lugar onde se vive e ocorrem inter-relações com a sociedade.

Assim, ao abordar a temática do desenvolvimento para o meio rural, é oportuno destacar, embora superficialmente, algumas expressões que remetem à análise do

desenvolvimento deste espaço, entre elas, o desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário, desenvolvimento rural e o desenvolvimento local.

A expressão desenvolvimento agrícola está relacionada, segundo Navarro (2001, p.86), com “as condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado”. Para tanto, o desenvolvimento agrícola é entendido como aquele de enfoque nos aspectos produtivistas, como no caso, o aumento da produção e produtividade no meio rural (NAVARRO, 2001; BROSE, 1999).

Já a segunda expressão, desenvolvimento agrário, “refere-se a interpretações acerca do ‘mundo rural’ em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo” (NAVARRO, 2001, p.86). Neste sentido, o autor aborda que o desenvolvimento agrário abrange todas as mudanças sociais e econômicas que vão ocorrendo ao longo dos anos neste espaço, ou seja, é uma interpretação mais macro acerca do funcionamento e das mudanças que ocorrem no meio rural.

Diante disso, observa-se que o desenvolvimento agrário está relacionado a um conceito mais geral sobre a dinâmica, organização, funcionamento e mudanças identificadas no espaço rural (MAZOYER; ROUDART, 2010), ao passo que, o desenvolvimento agrícola que ocorre dentro de um sistema agrário, refere-se aos aspectos produtivos que ocorrem neste espaço (NAVARRO, 2001).

O desenvolvimento rural, por sua vez, é interpretado segundo Kageyama (2008), como um processo multidimensional que, segundo a autora (2008, p.52) “não é identificado como crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental”. De acordo com Bracagioli Neto, Gehlen e Oliveira (2010), o desenvolvimento rural está relacionado à promoção de ações que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas que estão inseridas nesse contexto e, para tanto, deve incorporar às questões relativas ao meio econômico, bem como do meio cultural, social e ambiental.

Navarro (2001, p.88) complementa que o desenvolvimento rural “trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural”. Assim, o autor explica que o Estado precisa estar à frente de qualquer proposta de desenvolvimento para o meio rural, a fim de acompanhar as mudanças que

ocorrem neste espaço complexo, intervindo diante de dada realidade.

A partir desta abordagem, observa-se que também existe uma ligação com a de Amartia Sen (2010), quando este afirma que o desenvolvimento está relacionado às liberdades reais desfrutadas pelas pessoas, e que a capacidade delas, depende, entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais e também políticas, podendo estas serem aumentadas através da intervenção do Estado por meio da criação de políticas públicas. Silva Neto (2008) ainda explica que, a capacidade das pessoas de se manifestarem plenamente exige um mínimo de ‘liberdade’ e, portanto, é preciso que estas pessoas detenham não só o direito de exercê-la, mas também, as condições materiais necessárias.

Neste sentido, diante de um sistema complexo como o meio rural, é possível identificar diferentes interações das pessoas ali inseridas, que se valem ou não de políticas públicas, como destaca Sen (2010), para aumentar suas liberdades e assim buscarem seus verdadeiros fins.

As transformações que vão ocorrendo ou deixam de ocorrer no espaço rural, também impactam no desenvolvimento local, uma vez que este, segundo Brose (1999, p.49),

surge do entendimento de que o meio rural, exatamente por não ser apenas agrícola, engloba também as pequenas cidades que, apesar de constituírem o espaço urbano, estão via de regra, essencialmente, ligadas ao meio rural, dele dependendo para sobreviver e para ele prestando todo tipo de serviços.

Considerando que o desenvolvimento local está relacionado às mudanças e permanência de um determinado espaço, deve-se levar em consideração as especificidades de cada local, a fim de atuar adequadamente diante das diferentes realidades e, para tanto, é importante compreender concretamente qual o significado de ‘desenvolvimento’ atribuído por determinada população, ponderando que as necessidades das sociedades são distintas em razão da heterogeneidade existente, proveniente das diferentes relações sociais e formas de manipulação, não sendo ideal simplesmente compará-las (SILVA NETO, 2008).

Silva Neto (2004; 2008) ainda aborda que o desenvolvimento não pode ser interpretado como um conceito estático ou fechado, e que indica uma determinada trajetória ou estado, considerado desejável ou ideal, que uma sociedade deve atingir. Pelo contrário, o autor destaca que, ao abordar o desenvolvimento como um processo, a importância está nos fatores que condicionaram a evolução, que está atrelada às características consideradas desejáveis pela sociedade.

Assim, ao analisar uma situação de desenvolvimento, sendo esta relacionada aos

agricultores familiares que acessaram os recursos do PRONAF Investimento, poder-se-á deparar com uma grande heterogeneidade de situações, que variam de um local para outro. Autores como Aquino e Schneider (2015), por exemplo, destacam uma distribuição não equitativa dos recursos do programa em termos regionais, além de uma concentração destes recursos em relação a seus beneficiários, captando recursos, principalmente, agricultores do grupo mais capitalizado. Por outro lado, outros fatores também fazem parte desta dinâmica, como menciona Souza Filho et al., (2004) as condições iniciais do estabelecimento, disponibilidade de terras para as práticas produtivas, organização e conhecimento sobre uma variedade de situações. Para tanto, a forma como diferentes estabelecimentos se desenvolvem, diferentes fatores se comprometem e depende de cada realidade e que precisa ser analisada.

Diante disso, os recursos disponibilizados por meio das políticas públicas, no caso, o PRONAF, são apenas uma condição oferecida aos agricultores, mas que também depende do uso efetivo por parte das famílias, ou seja, diante de uma dada realidade como se comportam os agricultores diante da oferta destes recursos, com que racionalidade estão acessando-os, e se estão, de fato, conseguindo atingir o almejado.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Do ponto de vista conceitual, Souza (2006) destaca que não existe apenas uma, ou melhor resposta sobre o que seja política pública. Neste sentido, a autora (2006, p.06) refere que, de uma maneira geral, tal definição assume “uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes, e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores”. Já Dias e Matos (2012) sintetizam a definição de políticas públicas como um conjunto de princípios, critérios e ações que norteia a atuação do Estado na resolução de problemas e desafios de determinada sociedade.

Para Dias e Matos (2012), as políticas públicas provêm de uma decisão do governo juntamente com a colaboração de inúmeros atores sociais, como indivíduos e/ou grupos, que influenciam o processo de construção destas. Teixeira (2002, p.3) complementa que as “demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social”.

Para a formulação e análise de políticas públicas foram desenvolvidos modelos que

permitem melhor compreender a atuação do governo perante as demandas da sociedade (SOUZA, 2006). Neste sentido, Souza (2006) destaca a tipologia sobre políticas públicas desenvolvida por Theodor Lowi (1964; 1972), onde cada política pública passa por arenas diferenciadas.

Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das **políticas distributivas**, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das **políticas regulatórias**, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das **políticas redistributivas**, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das **políticas constitutivas**, que lidam com procedimentos (LOWI, 1964, 1972, *apud* SOUZA, 2006, p.28; grifo nosso).

A partir desta classificação, observa-se que as políticas públicas podem assumir diferentes formatos, voltando-se para ações mais permanentes, com foco para questões estruturais, ou uma ação mais temporária, cuja abrangência se volta para a sociedade como um todo, segmentos ou grupos mais específicos, abrangendo diferentes aplicações e finalidades (TEIXEIRA, 2002).

Quanto à formação destas políticas públicas, destacam-se diferentes estágios, que resultam em um processo conhecido por ciclo das políticas públicas (SOUZA, 2006). Os ciclos, ou também processos das políticas públicas constituem um modelo de análise que fraciona a política em várias etapas, constituindo um processo que envolve diferentes fases, cenários e atores, sendo proposta pela primeira vez por Charles Jones, no ano de 1970 (DIAS; MATOS, 2012).

Em relação ao número de etapas que constituem um ciclo, Dias e Matos (2012) destacam que não existe na literatura um consenso sobre este quantitativo, variando entre quatro e sete fases. Apesar disso, as propostas têm em comum algumas etapas, como no caso, a formulação, implementação e avaliação, sendo que aquelas que apresentam mais subdivisões apenas buscam uma análise mais detalhada do processo (DIAS; MATOS, 2012; FREY, 2000). Neste sentido, abordar-se-á um ciclo com sete fases, proposto por Secchi (2011), como observa-se na Figura 2.

Figura 1 - Ciclo das Políticas Públicas proposto por Secchi (2011).



Fonte: Secchi, 2011, p.33

Todo processo de formação de política pública inicia, a partir da *identificação do problema* ou de um estado de coisa que necessite a intervenção do Estado (DIAS; MATOS, 2012). Nesse sentido, a identificação do problema se refere à diferença entre o *status quo* e a situação ideal, ou seja, o problema pode ser algo que causa insatisfação num grupo, existindo uma lacuna entre a situação que se apresenta e a desejada (SECCHI, 2011; DIAS; MATOS, 2012).

Segundo Secchi (2011, p.36) “a agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes” e, para tanto, a *formulação da agenda* consiste na definição das temáticas que devem ser incluídas na pauta de prioridades, aquelas que devem ser adiadas ou, até mesmo, excluídas (DIAS; MATOS, 2012).

A partir desta formulação da agenda, diante dos problemas que foram identificados, a etapa seguinte consiste na *formulação de alternativas*, onde é realizada a construção de soluções, ou seja, objetivos e estratégias para situação analisada, além do estudo de possíveis consequências geradas a partir das ações tomadas (SECCHI, 2011). A definição e escolha, por parte do Estado, das alternativas julgadas mais adequadas diante de dada realidade, e que vão ao encontro dos interesses dos diferentes atores sociais, configura-se na etapa de *tomada de decisão* (DIAS; MATOS, 2012).

A política pública é concretizada em ação quando da *implementação* (DIAS; MATOS, 2012), e onde também começam a ser produzidos os resultados da política (SECCHI, 2011). A partir do momento que a política é implementada, seus efeitos já podem começar a ser avaliados, a fim de medir a utilidade e benefícios da intervenção Estatal, essa *avaliação* pode

ocorrer de maneira espontânea, através da sociedade, representada por seus cidadãos, políticos, meio de comunicação, mas também, a partir de dados e informações obtidas através de análises objetivas (DIAS; MATOS, 2012).

Realizada a avaliação, é preciso decidir sobre a continuidade da política pública, sua reestruturação ou a *extinção*, o que raramente ocorre (quando esta não for temporal), considerando ser mais usual a alteração ou combinação de políticas (DIAS; MATOS, 2012).

Para Secchi (2011), apesar da utilidade do processo sequencial dos ciclos, suas fases podem aparecer misturadas não, necessariamente, apresentando a ordem acima exposta. Frey (2000) ainda corrobora nesse sentido destacando que, apesar do ciclo das políticas públicas apresentarem uma sequência de passos, na prática, isso não é seguido tão rigorosamente pelos atores políticos-administrativos, especialmente, quando se trata de programas mais complexos, onde, de fato, é importante um processo de controle e acompanhamento durante todo o ciclo, necessitando o acompanhamento e a realização de adaptações contínuas.

Como as políticas públicas dão partida a um circuito complexo de influências em diferentes fatores do desenvolvimento, estas foram divididas em cinco grandes dimensões, quais sejam, a social, econômica, ambiental, territorial e político-institucional, cada uma com seu respectivo objetivo conforme se apresenta no Quadro 1 (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p.23-26).

Quadro 1 - Dimensões das políticas públicas e seus respectivos objetivos

Dimensões	Objetivo
Social	Possui as políticas sociais como eixo principal, sendo composta por um conjunto de políticas, programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e na regulação de elementos do mercado.
Econômica	Caracteriza por políticas macroeconômicas e de financiamento que buscam garantir os objetivos de estabilidade macroeconômica e de crescimento, em alguns casos, podendo ter preocupações com a redistribuição de renda.
Ambiental	Tem como centro a sustentabilidade, associando o desenvolvimento produtivo a um meio ambiente equilibrado e saudável, pelo uso adequado dos recursos naturais, tais como: os recursos hídricos, as florestas, o solo e os recursos minerais.
Territorial	Tendem a buscar, essencialmente, a distribuição pelo território nacional de condições mais adequadas de acesso a bens e serviços, e a redistribuição de oportunidades e renda, fortalecendo e estimulando as potencialidades de cada território.
Político-institucional	Envolvem a promoção da inserção internacional soberana e o contínuo fortalecimento do Estado e das instituições em um regime democrático que estimule a participação e a inclusão social.

Fonte: Castro e Oliveira (2014, p. 23 - 26), organizado pela autora.

Assim, observa-se que, por meio das políticas sociais busca-se a ampliação do poder de compra das pessoas, a dimensão econômica representa o motor de investimento, em paralelo à dimensão ambiental propõe-se fomentar a sustentabilidade neste processo, a dimensão territorial tem por objetivo fortalecer as potencialidades locais e regionais, ao passo que, a dimensão político-institucional procura fortalecer o Estado e as instituições (CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

Como todas as políticas públicas, as políticas voltadas para a agricultura também podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através de meios que estimulem a produção, como: preços, oferta de crédito, juros, seguros, além de promover a distribuição social e fortalecimento deste (NUNES, 2007).

2.2.1 Breve trajetória da política de crédito rural brasileiro

A política agrícola, segundo Nunes (2007), surge como um meio para impulsionar mudanças na agricultura e também nos demais setores da economia. A política agrícola brasileira está inserida na regulamentação da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, conhecida por Lei Agrícola, onde são definidos “os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal” (BRASIL, 1991).

As ações e instrumentos de política agrícola estão definidos no art. 4º, da Lei supracitada, onde menciona-se:

I - planejamento agrícola; II - pesquisa agrícola tecnológica; III - assistência técnica e extensão rural; IV - proteção do meio ambiente, conservação e recuperação dos recursos naturais; V - defesa da agropecuária; VI - informação agrícola; VII - produção, comercialização, abastecimento e armazenagem; VIII - associativismo e cooperativismo; IX - formação profissional e educação rural; X - investimentos públicos e privados; XI - crédito rural; XII - garantia da atividade agropecuária; XIII - seguro agrícola; XIV - tributação e incentivos fiscais; XV - irrigação e drenagem; XVI - habitação rural; XVII - eletrificação rural; XVIII - mecanização agrícola; XIX - crédito fundiário (BRASIL, 1991).

Dentre os instrumentos de política agrícola, Nunes (2007) destaca o crédito rural como sendo um importante instrumento de apoio aos agricultores. Nesse sentido, segundo Beskow (1994), uma das primeiras experiências do Brasil de disponibilidade de um sistema de crédito rural institucionalizado se deu, a partir do final da década de 1930, com o estabelecimento e a

expansão da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil- CREAM/BB.

De acordo com Beskow (1994) a CREAM/BB foi

implantada numa época de crise e desenvolvida no contexto da industrialização substitutiva de importações e de uma crescente urbanização acelerada do êxodo rural, as atividades dessa Carteira desempenharam um importante papel na expansão, consolidação, diversificação e modernização da produção agropecuária do País (BESKOW, 1994, p.4).

Assim, a CREAM representou uma primeira e também importante iniciativa de oferta de crédito aos agricultores e, por ter conseguido atingir as principais atividades de todos os subsistemas do setor agropecuário, a Carteira se apresenta como o primeiro órgão de política agrícola no país (BESKOW, 1994).

Durante o período das atividades de financiamento agropecuário da CREAM (1937-1965) vinha ocorrendo transformações na economia brasileira, passando de uma base agroexportadora para uma orientação urbano-industrial (BESKOW, 1994). Massuquetti (1998) destaca que era um período de avanços da tecnologia e modernização da economia, sendo que a agricultura passaria a integrar este processo.

Diante deste contexto de avanços e modernização dava-se início em 1965, uma nova política agrícola por meio da Lei nº 4.829, de 5 de novembro daquele ano, que resulta no estabelecimento do atual Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR (BRASIL, 1965) que, de acordo com Neumann, Dalbianco e Zarnott (2015, p.404) tinha por objetivo “ser o principal mecanismo estimulador e financiador da política de modernização da agricultura e, conseqüentemente, a ampliação dos serviços de extensão rural em todo o país”. Trennepohl (2011) ainda destaca que, neste momento, estava sendo introduzida a ‘Revolução Verde¹’ na agricultura, a qual visava, basicamente, o aumento da produção agrícola mundial, provocando mudanças produtivas e econômicas no meio rural.

A partir da política agrícola iniciada em 1965 e com a introdução da “Revolução Verde” no Brasil, Bittencourt (1997) destaca que o Estado tinha por objetivo adaptar a agricultura às necessidades de acumulação de capital que estava sendo comandada pelo setor industrial, a partir da década de 1960, e visava à liberação de mão de obra da agricultura para a indústria, a produção de alimentos baratos para atender a crescente demanda urbana, além de incentivar a aquisição de máquinas e insumos fornecidos pelo setor industrial, sendo que o

¹ “difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agrônômicas e de insumos industriais genéricos” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008, p.39).

instrumento central de intervenção utilizado pelo mesmo foi a política de financiamento (BITTENCOURT, 1997).

O SNCR, através da oferta de crédito rural e subsídios promoveu as condições para que se sucedessem as transformações na agricultura, possibilitando aos agricultores a aquisição dos meios de produção, como: insumos, máquinas e equipamentos (SOUZA; CAUME, 2008; BRUM; TRENNEPOHL, 2004). Bittencourt (1997, p.130) ainda destaca que, neste momento, passou-se a incentivar a adoção de novas tecnologias no campo, a fim de que a ‘modernização’ da agricultura se concretizasse, além de dar condições para acesso ao uso do ‘pacote agrícola’, destinado para a compra de insumos e sementes selecionadas e, para tanto, era necessário recorrer ao subsídio do crédito rural.

Com o avanço da modernização na agricultura, o Estado também cria e fortalece algumas empresas de apoio e difusão deste novo modelo, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, voltada a pesquisas; a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, para disseminação das inovações tecnológicas; e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER's, tendo como papel a introdução de novas culturas e técnicas de produção; a Comissão de financiamento da Produção – CFP e Companhia Brasileira de Silos e Armazéns - CIBRAZEM (BITTENCOURT, 1997; BRUM; TRENNEPOHL, 2004). A estrutura criada pelo Estado colaborou para disseminar a adoção dos ‘pacotes tecnológicos’, entretanto, não considerou as consequências socioeconômicas e ambientais que seriam geradas pelo uso destas tecnologias (BITTENCOURT, 1997, p.130).

Em um primeiro momento, estas mudanças buscavam atingir todos os agricultores, contudo, os latifundiários e agricultores familiares mais capitalizados e com mais acesso à informação foram os principais beneficiários, ficando aquém deste processo, grande parte dos agricultores familiares (BITTENCOURT, 1997). Para Trennepohl (2011), todo este processo de mudanças introduzidas no meio rural ficou conhecido por ‘modernização conservadora da agricultura’, o que ocasionou em uma reestruturação da mesma com a introdução do capitalismo no campo. Bittencourt (1997, p.130) complementa que este processo ficou assim conhecido, na “medida em que destinou recursos para um modelo de agricultura que conservaria e ampliaria ainda mais a já concentrada estrutura fundiária brasileira”.

Neste momento, o Estado passou a ser o principal promotor da modernização agrícola, ao passo que, também seguiu um modelo de desenvolvimento centrado em médios e grandes

agricultores, com foco em seus sistemas produtivos, mesmo diante da existência de um significativo número de pequenos agricultores, porém, vistos como improdutivo (SOUZA; CAUME, 2008). Conforme destaca Hentz, Aristides e Hespanhol (2015, p.42) “o Estado verticalizou o direcionamento das ações a um único segmento produtivo (o ramo agroindustrial - grandes empresários rurais), com a formulação de políticas públicas dotadas de um caráter, essencialmente, economicista e setorial, além de produtivista”.

Com a ‘modernização conservadora da agricultura’ a mesma passou cada vez mais a fazer parte da dinâmica das indústrias, uma vez que, a agricultura estava mais dependente dos fatores de produção fornecidos por esta e, para tanto, necessitava de crédito para conseguir se adequar às mudanças que estavam ocorrendo, sendo que este processo de dependência da agricultura do setor industrial se consolidou na década de 1980, e ficou conhecido por ‘industrialização da agricultura’ (BITTENCOURT, 1997, p.130).

Para Bittencourt (1997), os resultados destas políticas foram múltiplos, ocorrendo desperdícios de recursos, concentração dos beneficiários, tanto em termos regionais quanto em relação às categorias de agricultores, acentuando a distância entre agricultores patronais e familiares. De acordo com o autor, até mesmo os agricultores familiares foram atingidos de maneira diferente por este processo de modernização, considerando que apenas tiveram acesso aos recursos àqueles que possuíam melhores condições e, com mais acesso à informação, porém, em quantidade bem menor quando comparado aos agricultores patronais, situação que deixou muitos agricultores familiares aquém do processo.

Apesar de todos os impactos gerados pela política agrícola adotada nas décadas de 1960 e 1970, como a concentração de terras, renda e problemas ambientais, ela atingiu alguns de seus objetivos, sendo que este processo resultou em uma redução da população do meio rural que, em 1960, representava 55% e, em 1991, correspondia a 24,4%, ainda, ocorre um aumento na venda de fertilizantes, a fabricação de tratores também foi impulsionada neste mesmo período, da mesma forma como a produção de matérias-primas exportáveis, repercutindo no crescimento da indústria (BITTENCOURT, 1997).

Segundo Souza e Caume (2008, p.12-13) “a política de crédito rural que teve seu auge no final da década de 1970, com mais de um milhão de contratos, a partir da década de 1980, passou a restringir a oferta de crédito, em função dos cortes orçamentários a que foi submetida”. Assim, na década de 1980, a disponibilidade de crédito foi menor e ainda mais seletiva, voltando-se, principalmente, para agricultores integrados ao mercado, destinado,

basicamente, ao financiamento de sementes, agroquímicos, máquinas e equipamentos, sendo que muitos dos agricultores familiares que não conseguiram acompanhar as mudanças que ocorreram durante o processo de modernização da agricultura, passaram a enfrentar ainda mais dificuldades neste período (BIANCHINI, 2015).

A partir de 1985, o governo inicia um processo de abertura da economia, sendo que, em 1986, o Brasil e a Argentina iniciam a criação de uma zona de livre comércio entre eles e, no final deste mesmo ano, o Brasil passa a comprar vários produtos alimentares de outros países (BITTENCOURT, 1997). No início da década de 1990, Segundo Cazella, Mattei e Schneider (2004, p.01) “a agricultura brasileira, e particularmente a da região Meridional do Brasil, estava fortemente afetada pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que a submetiam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul”. Os autores complementam que, diante dos problemas enfrentados como a escassez de crédito e com a redução da renda, em razão da crise da segunda metade dos anos 80, os agricultores familiares da região Sul e da região Nordeste, estes em menor proporção, apresentavam sérias dificuldades frente ao contexto que se apresentava.

2.2.2 Políticas de Crédito para a Agricultura Familiar

Diante do contexto em que se encontrava a agricultura e, especialmente, os agricultores familiares, Cazella, Mattei e Schneider (2004) enfatizam que, na década de 1990, algumas questões foram determinantes para que ocorressem mudanças nos rumos desta categoria, especialmente, a intervenção do Estado frente as demandas dos agricultores que foram apresentadas.

Neste sentido, destaca-se o papel desempenhado pelo movimento dos trabalhadores rurais ligados à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores), principalmente, àqueles da região Sul do país, que organizaram suas lutas em função dos agricultores que seriam atingidos pela abertura da economia, processo que foi influenciado pela criação do Mercosul (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004). Os autores ainda citam que os movimentos sociais praticados pelos agricultores, passaram a ter voz com a promulgação da Constituição de 1988, assim como nas ‘Jornadas Nacionais de Luta’, iniciadas na década de 1990 e que, em 1995, passou a ser

conhecido por ‘Grito da Terra Brasil’².

Bittencourt (2003) complementa que, entre os anos de 1992 e 1996, os principais temas das pautas de luta dos trabalhadores rurais concentravam-se na assistência técnica, infraestrutura, meio ambiente e tecnologias e crédito rural, sendo este último considerado como o centro principal das reivindicações, através da demanda por crédito diferenciado para a categoria de agricultores familiares.

Outra questão a ser enfatizada e que contribuiu para os rumos da agricultura familiar foram os estudos realizados pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) através dos quais realizaram uma caracterização mais precisa desta categoria de agricultores, além de participaram na formulação de diretrizes que, posteriormente, seriam base para a criação de políticas para o segmento (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004). Souza e Caume (2008) complementam que por meio destes estudos estavam sendo ditados novos rumos para o desenvolvimento rural do país, sendo que, além de operacionalizar o conceito desta categoria, também demonstraram a importância da mesma na geração de trabalho e renda, contribuindo para diminuição da pobreza no meio rural.

Diante disso, como uma forma de incentivar e fomentar a agricultura familiar que foi alvo de diferentes estudos, em especial, os realizados pela FAO e INCRA, bem como, atender as pautas das reivindicações de grupos e movimentos sociais, garantir a sobrevivência e desenvolvê-la no contexto agrícola brasileiro, práticas governamentais voltadas para esse quadro se fizeram necessárias (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

O processo de mudanças na política agrícola teve início em 1994, quando foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, que foi uma das primeiras experiências de política pública que visava atender o público de pequenos agricultores (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

O PROVAPE - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural teve suas normas de crédito de custeio aprovadas por meio da Resolução nº 2.101, de 24 de agosto de 1994, do Banco Central do Brasil - BCB, na qual estabelecia as disposições e pré-requisitos aos seus beneficiários que eram produtores rurais (BCB, 1994). Assim, os beneficiários deveriam: i) fazer parte de cooperativa, associação, grupo ou condomínio de produtores rurais; ii) não

² “Trata-se do principal evento da agenda do movimento sindical do campo, reúne milhares de trabalhadores e das trabalhadoras rurais de todo o País em Brasília. O Grito da Terra Brasil é uma mobilização promovida pela CONTAG e apoiada pelas FETAGS e pelos STRs e possui um caráter reivindicatório” (CONTAG, 2016, p.01).

possuir área superior a 4 módulos fiscais³; iii) 80% ou mais da renda deveria ser oriunda da prática da agricultura; iv) não sendo permitida a contratação de empregado permanente; e v) não ser beneficiário do PROCERA (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária), para este mesmo fim (BCB, 1994). As propostas de financiamento por meio deste programa deveriam ser formalizadas através da formação de grupos com até 20 agricultores, sendo apresentadas pelos seus proponentes ou por meio da cooperativa ou associação (BCB, 1994).

É importante destacar que, nesta época, de acordo com as normas do Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, os pequenos agricultores ainda eram obrigados a disputar o crédito rural com os grandes agricultores (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004). Aliado a isso, os autores ainda citam que o sistema financeiro também não estava acostumado a lidar com esse público de agricultores, implicando na oferta de crédito mais seletivo e limitado para os mesmos.

No ano de 1995, o PROVAP foi reformulado, tanto em termos de nomenclatura e estrutura, como também em relação à área de abrangência, sendo que tais alterações resultaram na criação do então denominado PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004). Segundo Bittencourt (2003), a reformulação do PROVAP, que deu origem ao PRONAF, também foi resultado das lutas realizadas pelos agricultores familiares que ocorreram durante o II Grito da Terra Brasil.

2.2.3 O PRONAF: criação e mudanças do programa

O PRONAF é reconhecido como uma das políticas públicas para o meio rural mais marcante das últimas décadas, sendo que sua criação representa o reconhecimento e a legitimação de um programa de abrangência nacional, com a particularidade que engloba agricultores familiares (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

Por meio da Resolução do Banco Central do Brasil n° 2.191/95, através do Conselho Monetário Nacional (CMN), o PRONAF foi instituído como uma linha de crédito (DE

³ “Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares” (EMBRAPA, 2016). Em Campina das Missões - RS um módulo fiscal equivale a 20 ha. (EMBRAPA, 2016).

CONTI; ROITMAN, 2011). Em um primeiro momento, somente foram liberados créditos para a finalidade de custeio e foram definidos alguns critérios para a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)⁴, sendo os beneficiários do programa agricultores: que explorem parcela da terra na condição de proprietários, arrendatários, posseiros ou parceiros e cuja área não seja superior a 4 módulos fiscais; que não contratem empregado permanente; cuja renda familiar bruta anual deveria ser de, no mínimo, 80% proveniente da prática da atividade agropecuária ou extrativa; e que residam na propriedade rural ou próximo a ela (BIANCHINI, 2015). Neste ano, os encargos relacionados ao crédito foram de 16% ao ano, com bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros, sendo a taxa efetiva de 12% a.a. (BITTENCOURT, 2003).

O primeiro ano safra do programa (Safra 1995-1996) foi marcado por diferentes dificuldades relacionadas à liberação do crédito impostas pelos Bancos, sendo que durante este plano safra foram liberados R\$ 89 milhões, em 33.227 operações de custeio, e 25.216 delas foram destinadas à região Sul do país, grande parte voltadas à cadeia produtiva do fumo (BIANCHINI, 2015). Segundo o mesmo autor, no primeiro ano, foram liberados apenas créditos de custeio, sendo que os de investimento foram efetivados através da criação do PRONAF Infraestrutura, no ano de 1996.

No ano de 1996, a partir das mobilizações dos agricultores ocorreram avanços em relação à redução das taxas de juros, efetivação da linha de investimento e expansão em termos de beneficiários do programa, passando-se a admitir que agricultores com até dois empregados permanentes também participassem do programa (BIANCHINI, 2015).

Ainda no ano de 1996 o PRONAF é efetivado como programa por meio do Decreto Federal nº 1.946, de 28 de junho (DE CONTI; ROITMAN, 2011). Nele, o PRONAF tinha por finalidade “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996). Segundo Bianchini (2015) por meio do decreto são definidas ações voltadas a promoção do desenvolvimento sustentável, assim como o estímulo à pesquisa, aprimoramento profissional, difusão de tecnologias. Entretanto, o autor destaca que o decreto não fazia menção a ações de assistência técnica e extensão rural, apenas mencionava o fomento ao aprimoramento destes agricultores para um

⁴ “A Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar é um documento que habilita o agricultor como agricultor familiar, beneficiário do Pronaf. Na sequência, um conjunto de outras políticas passou a exigir a DAP para que o agricultor familiar se beneficiasse dessas políticas. Essa Declaração é autodeclaratória e emitida pelos órgãos de assistência técnica oficial (Ematers e Sindicatos)” (BIANCHINI, 2015, p.25).

novo modelo tecnológico e gerencial.

O PRONAF, desde sua criação e, ao longo dos anos, passou por diferentes mudanças, sendo elas relacionadas a taxas de juros, alteração e inclusão de novos grupos, aumento do seu leque de linhas de crédito, destaca Bianchini (2015). O mesmo autor ainda chama a atenção para o aumento significativo no quantitativo de recursos repassados ao longo dos anos, contemplando um maior número de municípios. Nesse sentido, as principais mudanças são anunciadas em cada Plano Safra, conforme se observa no Quadro 2:

Quadro 2 - Mudanças anunciadas nos Planos Safras: de 1996 a 2016.

Plano Safra	Valor Anunciado	Valor aplicado e nº de contratos	Principais mudanças
1996 – 1997	R\$ 1 bilhão em recursos.	Aplicados R\$ 600 milhões em recursos e 310 mil contratos de custeio.	A partir Resolução BACEN nº 2.310, de 29 de agosto de 1996 os critérios de enquadramento dos agricultores foram definidos, contemplando unidades familiares que possuísem até dois empregados permanentes. As taxas de juros para custeio ficaram em 9% a.a e para investimento conforme variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP (14,47% em 1996 e 9,17% em 1997) mais 6%, e com rebate de 50% sobre encargos financeiros devido para os adimplentes. A partir de outubro de 1996 não era mais exigido a apresentação de plano, orçamento ou projeto quando da contratação dos recursos, da mesma forma também não era preciso comprovar a aquisição de insumos.
1997 -1998	R\$ 1 bilhão para finalidade de custeio e R\$ 500 milhões para a finalidade de investimento	Contratados R\$ 897 milhões em custeio e R\$ 737 milhões em investimento atendendo 420 mil agricultores.	Com a maior disponibilidade de Fundos Constitucionais e a previsão de R\$ 200 milhões para o PRONAF Especial ocorreu uma boa aplicação dos recursos neste plano safra. Passam a ser autorizados financiamentos para pescador artesanal. É definido como critério para enquadramento da agricultura familiar, o limite de renda bruta familiar ⁵ , definindo-se o teto de R\$ 27.500,00, com rebate de 50% para avicultura, olericultura, suinocultura, piscicultura e sericicultura. Em 1997, é criado o PRONAF Especial, que buscava atender agricultores de menor renda (até R\$ 8 mil), desde que não possuísem empregado permanente. Neste Plano Safra institui-se também o PRONAF-Agregar (Projeto de Agregação de Renda da Agricultura Familiar), com a finalidade de financiar projetos de agroindústrias familiares e o turismo rural.

continua...

⁵ “No PRONAF um dos critérios para caracterização da Agricultura Familiar foi a Renda Familiar que é dada pela soma da Renda Agrícola e Não Agrícola do Estabelecimento e das Rendas Não Agrícolas Fora do Estabelecimento. Para produções mais intensivas, com elevado custo de produção, utilizou-se um rebate sobre a Renda Bruta destas atividades” (BIANCHINI, 2015, p.31).

...continuação

1998-1999:	R\$ 2,3 bilhões	Aplicação de R\$ 1,87 bilhões, em 674 mil contratos.	A taxa de juros para operações de custeio era de 5,75% a.a., e para as de investimento TJPL mais 6% a.a., com os mesmos 50% de rebate sobre encargos financeiros devidos para os adimplentes destas operações. O PRONAF Especial (Pronafinho) para linhas de custeio e investimento se consolida como uma das principais linhas em relação ao universo de agricultores beneficiados (modelo que mais tarde deu origem ao PRONAF B). Ocorre a implementação da modalidade de crédito rotativo (Rural Rápido) com renovação automática do custeio.
1999-2000	R\$ 3,3 bilhões	Aplicados R\$ 2,1 bilhões, em 933.409 contratos.	O programa deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), passando para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa passa a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, com taxas de juros de 5,75 % a.a. para custeio e 50% da TJLP mais 6% a.a para investimento. Por meio da Resolução BACEN nº 2.629, de 10 de agosto de 1999, ocorre a classificação dos agricultores em quatro grupos (A, B, C e D), onde os do grupo 'A' era formado por assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário; o grupo 'B' era constituído por agricultores com renda bruta familiar abaixo da Linha de Pobreza estabelecida ao ano (R\$ 1.500); grupo 'C' formado por aqueles agricultores em situação de transição com baixo nível de capitalização e renda bruta familiar entre R\$ 1.500 e R\$ 8.000; e o grupo 'D' por agricultores mais capitalizados ou em início de capitalização, cuja renda bruta familiar era de R\$ 8.000 até R\$ 27.500. A partir da nova estrutura do programa, de responsabilidade do MDA o mesmo se volta a apoiar a pluriatividade, financiando atividades não-agrícolas, como no caso o turismo rural e o artesanato, além de atividades ligadas à agricultura orgânica. A partir desta nova estrutura, o programa passa a se consolidar em três subprogramas, quais sejam, o PRONAF Crédito, Infraestrutura e Formação.
2000-2001	R\$ 4,13 bilhões	Aplicados R\$ 2,164 bilhões, em 847.402 contratos	No ano de 2000 as mobilizações e lutas dos agricultores se intensificaram, resultando no anúncio do aumento dos recursos disponibilizados através do programa.
2001-2002	R\$ 4,19 bilhões	Aplicados R\$ 2,4 bilhões, em 827.099 contratos	Taxas de juros entre 1% a 4%, com algumas linhas com rebate, porém, ficando os recursos aquém do planejado (meta era atingir 1,315 milhões de contratos). Nesta safra, as principais fontes de crédito eram o Fundo de Amparo ao Trabalhador, Orçamento Geral da União, Fundos Constitucionais, Bancos Cooperativos e Exigências Bancárias, nesta ordem.
2002-2003	R\$ 4,19 bilhões	Aplicados R\$ 2,3 bilhões, entre 814.052 contratos	Ocorre a ampliação no apoio à Assistência Técnica e Extensão Rural e à Capacitação; a DAP passa a ter um prazo de validade de 5 anos; são anunciados incentivos a Cooperativas de Crédito e Bancos Cooperativos. Criação de uma linha de crédito denominada de PRONAF Floresta, com prazo de pagamento de até 12 anos, juros de 3% a.a. e até 4 anos de carência.

continua....

...continuação

2003 – 2004	R\$ 5,4 bilhões	Foram aplicados R\$ 3,5 bilhões, através de 1.091.850 contratos realizados	A partir do ano de 2003 buscava-se fortalecer a agricultura familiar como produtora de alimentos, com o Programa Vida Digna no Campo e o Brasil Fome Zero. A partir deste momento, quando do lançamento do Plano Safra foi cedido espaço para fala aos representantes da CONTAG, FETRAF e MPA- Via Campesina, para realização de avaliações do Plano anterior e do novo a ser lançado. Criação do PRONAF Alimento, que tinha por objetivo estimular a produção de alimentos que fazem parte da cesta básica; lançado o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) ⁶ ; no âmbito do PRONAF B foi criado o PRONAF Fome Zero, que se tratava de uma linha de investimento, com rebate e menor taxa de juros; lançado o Programa Garantia Safra (que se tratava de um microsseguro destinado a agricultores mais pobres) e o PAA e PAA Compra Antecipada (modalidade de crédito mais simplificada que o PRONAF, mas a alta inadimplência inviabilizou a proposta); sobretudo de 50% no financiamento de máquinas e equipamentos para os linhas C e D do programa e PROGER Rural Familiar (contemplava agricultores familiares mais capitalizados, com renda entre R\$ 40 e R\$ 60 mil reais); simplificação e racionalização dos contratos; ampliação da área de enquadramento de agricultores de 4 módulos fiscais para 6 módulos, porém, com a criação da Lei da Agricultura Familiar, em 2006, esta medida acabou perdendo validade; e apoio e fomento ao cooperativismo de crédito rural.
2004-2005	R\$ 7,5 bilhões	Aplicados R\$ 4,6 bilhões (66% do anunciado), para 1.710.000 contratos	A Poupança Rural é inserida como nova fonte de financiamento do programa; criada linha de financiamento para fortalecer a participação de cooperativas de crédito (cotas partes); lançada linha de crédito PRONAF Custeio Agroindústria Familiar; nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural; linhas específicas para Jovens e Mulheres; consolidação do Grupo E, PRONAF Agroindústria e PRONAF Floresta; criação de Seguro para Agricultura Familiar (SEAF).
2005-2006	R\$ 9 bilhões	Aplicados R\$ 6,4 bilhões, atingido 2.546.517 contratos, o maior número já registrado	Agricultores participantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário são oficializados como beneficiários do Grupo A, para investimento; Juros de 3% a.a. para beneficiários do Grupo C; limites de financiamento do PRONAF Floresta para grupos C e D, na região Norte são ampliados em 100%, com prazo de pagamento de até 16 anos; oficialização do Grupo B como PRONAF Microcrédito Rural; oficialização do PRONAF Agroecologia; criação de linha de investimento para estimular a diversificação produtiva junto a fumicultores.

continua....

⁶ Programa que permite compras institucionais dos agricultores familiares para diferentes fins (BIANCHINI, 2015).

...continuação

2006-2007	R\$ 10 bilhões	Aplicados R\$ 7,121 bilhões, que representava 71% do valor disponibilizado, sendo realizado 2.326.178 contratos	Lançamento de uma linha de crédito para comercialização, denominado de PRONAF Custeio de Agroindústrias Familiares e de Comercialização (juros de 4,5% a.a.); simplificações de garantias para os grupos A, A/C e B e para as operações das linhas de crédito do PRONAF Jovem, Semiárido e Floresta; ampliação de prazos de pagamentos de tratores e também implementos (de 8 para 10 anos); anunciado programa de renegociação de dívidas, para custeio e investimento, em função da estiagem na Região Sul e dos baixos preços dos produtos agrícolas; concessão de bônus para pagamentos de financiamentos agrícolas; permitida individualização das dívidas de contratos grupais; instituído o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF, que permite garantir uma equivalência entre os preços e a parcela de financiamento.
2007-2008	R\$ 12 bilhões	R\$ 8,1 bilhões, em 1.713.962 contratos	Redução dos juros; criação do PRONAF Eco, sendo uma linha voltado a financiar atividades sustentáveis; ampliação da faixa etária, para 29 anos, para agricultores beneficiários do PRONAF Jovem.
2008-2009	R\$ 13 bilhões	R\$ 10,4 bilhões, em 1.552.844 contratos.	Criação do PRONAF Mais Alimentos, com limite de investimento de R\$ 100 mil, juros de 2% a.a., com pagamento para até 10 anos; demais linha de investimento juros de 1% a 5%; juros de custeio na faixa de 1,5% a 5,5%; as empresas passaram a cadastrar alguns de seus equipamentos e máquinas com até 15% de desconto em relação ao preço de mercado; fim dos rebates para grupos C; os grupos C, D e E são juntados numa única categoria denominada de Grupo V da 'agricultura familiar'; criação de linha de crédito para recuperação e manejo de solo; criação do PRONAF Sistêmico, que resume a metodologia ATER para integrar o PRONAF Crédito; além do PAA inicia-se a compra de produtos da agricultura familiar por meio do PNAE.
2009-2010	R\$ 15 bilhões	Aplicados 12,6 bilhões, em 1.752.988 contratos	Como mudanças destaca-se o financiamento de veículos utilitários através do PRONAF Mais Alimentos; o SEAF, além de beneficiar financiamento de custeio também passa a atender os de investimento; com a Promulgação da Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009, no mínimo, 30% dos recursos financeiros para PNAE deverão ser destinados à compra de produtos da agricultura familiar; Criado Selo da Agricultura Familiar.
2010-2011	R\$ 16 bilhões, dos quais R\$ 8,5 seriam para investimento	Aplicados R\$ 13,3 bilhões, em 1.598.920 contratos.	Criada uma linha para financiar Projetos Coletivos para máquinas e equipamentos; redução da taxa de juros de custeio (1,5% a 4,5%) e investimento (1% a 4%) e para o Mais Alimentos a juros de 2%.
2011-2012	R\$ 16 bilhões	Aplicados R\$ 15,3 bilhões em 1.591.191 contratos.	Taxa de juros de investimento e o Mais Alimentos são unificados em 2% a.a.; para investimentos de até R\$ 10 mil reais juros de 1% a.a.; aumento no limite de cobertura do PGPAF; aumento do limite de crédito para juventude rural para R\$ 12 mil reais e juros de 1% a.a.; aumento também no limite para agroindústrias familiares; criação da PGPM da Agricultura Familiar; anunciado um rebate de R\$ 10 mil reais nas DAPs, para rendas não agrícolas; inclusão Produtiva Rural no Plano Brasil Sem Miséria, como fomento às atividades produtivas.

continua...

...continuação

2012- 2013	R\$ 18 bilhões	Aplicados R\$ 18,6 bilhões, ou seja, 106% do valor anunciado, com 2.141.262 contratos realizados.	O aumento na demanda pode ser explicado em função da Linha de Crédito emergencial de investimento em razão da seca, com rebote de 20% no Sul e 40% no Nordeste, e os bons preços da agricultura. Como principais medidas: ampliação do apoio ao grupo B; ampliação dos limites de crédito do programa; ampliação da cobertura da renda do SAF. Com a criação da linha especial de crédito de investimento, por meio da Resolução nº 4.112, de 10 de julho de 2012, os agricultores familiares de municípios da região Sul do Brasil que haviam decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública por seca ou estiagem ocorrida no período de 1º de dezembro de 2011 a 30 de abril de 2012, com reconhecimento do Ministério da Integração Nacional foram beneficiados por uma linha de crédito na modalidade investimento, no limite de R\$ 10 mil reais, com taxa efetiva de juros de 1% a.a. , e bônus de adimplência de 20% sobre cada parcela paga até a data de vencimento pactuado, com prazo de pagamento de até 10 anos, com carência de até 3 anos.
2013-2014	R\$ 21 bilhões	Aplicados R\$ 22,3 bilhões (105% do anunciado), em 1.903.524 contratos.	O enquadramento dos agricultores passa a ser definido pelo critério de Renda Bruta sem rebote e o limite passa para R\$ 360 mil reais. Juros de custeio entre 1,5% a 3,5 % e de investimento entre 1% a 2%, dependendo da respectiva faixa; aumento do limite de crédito de investimento e custeio; ampliado o número de cotas para Seguro-Garantia Safra.
2014-2015	R\$ 24,1 bilhões	Aplicados R\$ 23,9 bilhões, em 1.899.423 contratos	Mantidas as taxas de juros de 0,5% a 3,5%, continuando 2% para investimento no PRONAF Mais Alimentos; nova linha de crédito para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com assistência técnica gratuita (PRONAF Produção Orientada); novo crédito para a Reforma Agrária; ampliação da cobertura da renda do agricultor no SAF; criação do custeio para produção agroecológica; anunciada criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER; início do PRONAF Mulher com Metodologia do Microcrédito Orientado.
2015-2016	R\$ 26 bilhões		Elevação da taxa de juros, mesmo sendo negativa em relação à inflação, esta é superior à safra anterior; iniciada a constituição da ANATER; liberados mais recursos da SAF para atender agricultores com foco na produção agroecológica; apoio na elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR; simplificação das regras do Sistema Único de Sanidade Agropecuária; ampliação do mercado institucional para a agricultura familiar.

Fonte: Adaptado de BIANCHINI (2015, p.23-65); BCB, 2012.

Diante do exposto, observa-se que, ano após ano, foram sendo anunciadas novas medidas em relação à dinâmica de funcionamento do PRONAF e que também começaram a atender outras demandas do setor (BIANCHINI, 2015). Aquino e Schneider (2010, p.04) mencionam que tais iniciativas tinham por finalidade aproximar o programa às diversidades existentes na agricultura familiar brasileira.

Assim, a estratificação do programa em grupos de acordo com a situação e renda do agricultor familiar foi uma das iniciativas de adequação do programa diante destas diversidades e, nesse sentido, Bianchini (2015) destaca a base teórica de Mazoyer, relacionada aos sistemas agrários, presente nos estudos da FAO/INCRA, enfatizados por autores como Dufumier, Groppo e Guanzirolli, bem como os estudos de José Eli da Veiga que serviram de base para a adoção desta metodologia de estratificação dos agricultores familiares, visando aproximar o programa a realidade presente na agricultura familiar.

Bianchini (2015, p.37) ainda complementa que o programa foi sendo reformulado coletivamente, ou seja,

a construção do PRONAF desde o seu início se deu de forma participativa, em um movimento de baixo para cima, envolvendo as organizações dos agricultores, mediante mobilizações (Grito da Terra, Marchas, Mutirões...) em constante diálogo com os gestores da política pública, responsáveis pelo PRONAF. Nos meses que antecedem o início do ano agrícola, cada organização representativa dos agricultores familiares, CONTAG, FETRAF e MPA-Via Campesina entre outras, prepara uma pauta de reivindicações, realiza marchas a Brasília, provoca intensas reuniões, entre governo e organizações sociais, contribuindo de forma participativa com a construção e gestão do PRONAF (BIANCHINI, 2015, p.37).

Assim, diante dos avanços do programa, os créditos que, efetivamente, eram aplicados ficaram em média 50% abaixo do valor disponibilizado, passaram ao longo dos anos a ser mais demandados, contudo, ainda permanecendo desafios a serem enfrentados, como a necessidade de criação de novas formas de financiamento para aqueles agricultores que ainda estão aquém a este processo, assim como a adequação do programa aos diferentes e complexos sistemas de produção desempenhados pelos agricultores familiares (BIANCHINI, 2015).

2.2.3.1 Disposições Gerais sobre o funcionamento do programa

Todas as normas de funcionamento e operacionalização do PRONAF constam no Manual de Crédito Rural – MCR, aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e também àquelas divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) relativas ao crédito rural, seus beneficiários e instituições financeiras que operam no SNCR (BCB, 2017).

Nesse sentido, conforme consta na Manual do Crédito Rural (BCB, 2017) em vigor, enquadram-se como beneficiários do programa, os agricultores e produtores rurais que constituem as unidades de produção familiar comprovada por meio da apresentação da

Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ativa, e desde que observado os seguintes itens:

- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas; (Res 4.228 art 2º)
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais; (Res 4.107)
- c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, observado o disposto na alínea "g"; (Res 4.107)
- d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, observado ainda o disposto na alínea "h"; (Res 4.228 art 2º)
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; (Res 4.584 art 2º)
- f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; (Res 4.228 art 2º)
- g) o disposto na alínea "c" não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais; (Res 4.107)
- h) caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$1.000,00 (um mil reais), admite-se, exclusivamente para efeito do cômputo da renda bruta anual utilizada para o cálculo do percentual de que trata a alínea "d" deste item, a exclusão de até R\$10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento. (Res 4.339 art 2º) (BCB, 2017, p.112).

De acordo com as Normas do Manual do Crédito (2017) também são enquadrados como beneficiários do programa, desde que apresentada DAP ativa, aqueles que atenderem às exigências anteriores e sejam:

- I - pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; (Res. n° 4.107);
- II - aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou, quando a exploração se efetivar em tanque-rede, ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água; (Res. n° 4.575, art. 2º);
- III - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; (Res. n° 4.107) (BCB, 2017, p.112).

Podem ser ainda beneficiários do programa aqueles que atenderem as alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" acima descritas e que sejam: "I - extrativistas que exerçam o extrativismo,

artesanalmente, no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores; II - integrantes de comunidades quilombolas rurais; III - povos indígenas; IV – demais povos e comunidades tradicionais” (BCB, 2017, p.112).

O conjunto de beneficiários do programa que foram descritos são enquadrados em grupos especiais do PRONAF, conforme pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 - Classificação dos Agricultores Pronafianos por Grupos:

Grupo	Característica
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
B	Beneficiários com Renda Bruta Familiar nos últimos 12 meses de produção normal não superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.
A/C	Egressos do Grupo A.
Agricultores Familiares	Agricultores que integravam os extintos Grupos “C”, “D” ou “E” do PRONAF e que devem ser enquadrados como agricultores familiares conforme definidos nos itens descritos acima (“a” ao “h”; I ao III e I ao IV).

Fonte: adaptado de Manual do Crédito Rural - BCB (2017, p.112-113).

Os créditos do programa destinados para custeio, investimento ou integralização de cotas-partes são concedidos através de linhas de crédito, conforme Quadro 4.

Quadro 4 - Linhas de Crédito do PRONAF, com suas respectivas finalidades:

Linha de Crédito	Finalidade
Créditos de Investimento (PRONAF Mais Alimentos)	Promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção para elevação da renda da família.
Crédito de Investimento para Agregação de Renda (PRONAF Agroindústria)	Destinada a prover recursos para atividades que agreguem renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos agricultores.
Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (PRONAF Floresta)	Voltado para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas; enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada.
Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido (PRONAF Semiárido)	Investimentos em projetos de convivência com o Semiárido para a sustentabilidade dos agroecossistemas; implantação, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura produtiva.
Crédito de Investimento para Mulheres (PRONAF Mulher)	Atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora integrantes das unidades de produção familiar, conforme projeto técnico ou proposta simplificada.

continua...

...continuação

Crédito de Investimento para Jovens (PRONAF Jovem)	Crédito de investimento destinado a jovens maiores de 16 (dezesesseis) anos e com até 29 (vinte e nove) anos e que sejam integrantes de unidades de produção familiar enquadradas no programa.
Crédito de Investimento para Agroecologia (PRONAF Agroecologia)	Financiamentos voltados para os sistemas de base agroecológica ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf ECO	Destinada a investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental.
Crédito de Custeio para Agroindústria Familiar (PRONAF Custeio de Agroindústria Familiar)	Custeio do beneficiamento e industrialização da produção, incluindo a aquisição de insumos, formação de estoques; serviços de apoio à comercialização, aquisição de insumos pela cooperativa de produção de agricultores familiares para fornecimento aos cooperados.
Pronaf Custeio	Destina-se a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas por agricultores enquadrados no programa de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento.
Microcrédito Produtivo Rural (Grupo "B")	Financia investimentos das atividades agropecuárias e não agropecuárias, bem como a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários, observadas as propostas ou planos simples específicos, entendendo-se por prestação de serviços as atividades não agropecuárias como é o caso do turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades que sejam compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família beneficiária; financiamento de custeio das atividades descritas, exceto para as atividades agrícolas.
Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do PRONAF Cooperativados (PRONAF Cotas-Partes)	Destina-se ao financiamento da integralização de cotas-partes por beneficiários do programa que sejam associados a cooperativas de produção rural; aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.
Créditos para os Beneficiários do PNCF e do PNRA	Créditos destinados exclusivamente às famílias beneficiárias do PNRA e do PNCF enquadradas nos Grupos "A" e "A/C" do Pronaf.

Fonte: Adaptado de Manual do Crédito Rural - BCB (2017, p.114-140) e MDA (2016).

A partir das principais disposições sobre o funcionamento do PRONAF são estabelecidos os critérios para enquadramento dos agricultores familiares no programa, ou seja, quais as condições necessárias para acesso a estes recursos. Além disso, a partir das linhas de crédito do PRONAF e suas respectivas finalidades os agricultores enquadrados no programa podem acessá-las de acordo com suas necessidades de uso.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

Sendo o PRONAF uma política pública voltada à agricultura familiar, o debate acerca desta categoria é importante para fins de caracterização, pois conforme destaca Souza Filho et al. (2004) embora para fins de políticas públicas, seja útil e até desejável a utilização da expressão ‘agricultura familiar’, é preciso levar em consideração as diferenciações que existem entre os agricultores enquadrados, que incluem desde famílias em condições mais fragilizadas, apresentando dificuldade para o desenvolvimento e reprodução social, até unidades familiares que apresentam melhores condições em termos de dotação de recursos e infraestrutura produtiva.

Diante disso, ao buscar, inicialmente, uma delimitação conceitual para o termo depara-se com pensamentos diversos, dentre os quais, há aqueles que consideram a agricultura familiar como uma nova categoria originada das transformações da sociedade capitalista (ALTAFIN, 2007), onde cita-se Abramovay (2007, p.12) que “procede uma distinção conceitual entre o significado da agricultura familiar e a agricultura camponesa” e, por outro lado, outros que a consideram como um conceito com raízes históricas que vêm evoluindo ao longo dos anos (ALTAFIN, 2007), como destacado por Wanderley (1996, p.3) onde “a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que, ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família”.

Neste sentido, expressões difusas como pequena produção, produção de baixa renda e camponês são utilizadas por alguns teóricos como expressões equivalente ao conceito de agricultura familiar, ao passo que outros procedem à distinção conceitual destas expressões (FERNANDES, 2002).

Apesar da expressão ‘agricultura familiar’ não remeter a um conceito ‘fechado’, sua compreensão está apoiada, basicamente, em alguns critérios e características (CARNEIRO, 1997; ABRÃO; SANTOS, 2010) como: tamanho da propriedade em termos de área para produção, predomínio da mão de obra familiar, renda proveniente do trabalho desenvolvido pela família aliada ao processo de gestão realizada por estas (AQUINO; SCHNEIDER, 2010; CARNEIRO, 1999; ABRÃO; SANTOS, 2010; DENARDI, 2001). Nesse sentido, a família é, ao mesmo tempo, proprietária e a principal mão de obra utilizada pelas unidades de

produção⁷, que gera renda por meio da exploração de seus estabelecimentos⁸ (LIMA et al., 2005; MDA, 2014).

Assim, de acordo com Altafin (2007, p.01) a “Agricultura familiar não é, propriamente, um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações”. Assim, segundo a autora, no meio acadêmico depara-se com um ‘tratamento mais analítico’ do conceito de agricultura familiar, ao passo que, no campo legal, das políticas públicas e dos movimentos sociais, a opção adotada para esta definição está ancorada no uso ‘operacional’ do termo.

Segundo Schneider (2007), a agricultura familiar passou a ser assimilada por estudiosos e formuladores de políticas públicas, a partir da década de 1990. Contribuíram para isso, os movimentos e lutas dos trabalhadores rurais, assim como, os estudos realizados pela FAO e INCRA que definiram um conceito mais preciso para o termo, além de contribuir no campo das políticas públicas voltadas à categoria (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004). Já na esfera legal e das políticas públicas, o Estado passa a reconhecer as especificidades da categoria dos agricultores familiares em sua pauta de prioridades políticas com a criação do PRONAF, programa este que contemplava o segmento dos agricultores familiares e, posteriormente, através da promulgação da Lei nº11.326/2006, também conhecida como a Lei da Agricultura Familiar (AQUINO; SCHNEIDER, 2010), onde é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que exerce suas atividades no espaço rural e atenda aos requisitos estabelecidos, conforme art. 3º desta Lei (BRASIL, 2006):

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A Lei da Agricultura Familiar também remete à caracterização da agricultura familiar conforme os parâmetros adotados pelo PRONAF, política pública alvo deste estudo, e que

⁷ Unidade de produção – patrimônio e local de trabalho da família (LIMA et al., 2005)

⁸ Estabelecimento - a quantidade de superfície de terra, contíguas ou não, à disposição da Unidade Familiar de Produção Rural, sob as mais diversas formas de domínio ou posse admitidas em lei [...] (MDA, 2014).

será adotada como critério de enquadramento da agricultura familiar, tendo em vista, as diferentes tipificações, e que remetem a um amplo leque conceitual que abriga o universo complexo e heterogêneo desta categoria. Entretanto, como mencionam Souza Filho e Batalha (2009) mesmo que estes agricultores estejam enquadrados em uma mesma categoria (enquadramento no PRONAF e Lei da Agricultura Familiar) existem diferenciações econômicas, culturais e sociais entre eles, as quais precisam ser observadas.

Portanto, pode-se dizer que a categoria dos agricultores familiares também não é estanque, sendo que os mesmos evoluem e perpassam trajetórias diferenciadas podendo, até mesmo, passar de uma categoria social para outra (GUANZIROLI, et al., 2009, p.114). Assim, o autor complementa que, é possível enquadrar os agricultores familiares em três diferentes níveis de capitalização, – *capitalizados, em vias de capitalização e descapitalizados* – níveis estes que são resultantes da própria dinâmica da qual fazem parte estes agricultores.

Segundo Guanziroli, et al. (2009, p.114), os *produtores familiares capitalizados* são aqueles que conseguiram acumular bens, como no caso de terras, maquinários e demais recursos para produção e, na medida em que vão introduzindo novos meios de trabalho e produção, adquirindo mais terras, aumentando sua produção e produtividade, podem até mesmo se tornar agricultores patronais. O grupo de *produtores familiares em vias de capitalização*, são, segundo o mesmo autor (2009, p.114), aqueles cuja faixa de renda pode permitir a acumulação de capital, mas, não necessariamente, garantir o desenvolvimento e sustentabilidade da unidade de produção, e, neste caso, alguns deles podem, eventualmente, passar para sistemas mais capitalizados, enquanto que outros, podem seguir a direção contrária. Por fim, o autor destaca os *produtores familiares descapitalizados*, que são aqueles, que não conseguem garantir a reprodução social por meio da renda obtida na unidade, para tanto, recorrem, geralmente, a outras formas de complementação da renda, como no caso o desempenho do trabalho assalariado temporário, visando garantir o sustento da família e permanência desta no meio rural.

2.3.1 A racionalidade dos agricultores

Além das diferentes tipologias de agricultores, quanto ao nível de capitalização, estrutura produtiva, meios de trabalho e produção, posses de terras, os mesmos também apresentam diferentes interesses e estratégias de reprodução, respondendo de maneira

diferenciada aos desafios e restrições que se deparam (SOUZA FILHO et al., 2004). Neste sentido, os autores explicam que os agricultores possuem uma racionalidade própria, que é moldada diante do meio no qual estão inseridos, fato que reduz a validade de uma racionalidade puramente voltada ao viés econômico, corroborando para a análise e caracterização dos agricultores, a fim de conhecer estas propriedades e comportamentos.

Neste viés, destaca-se que independente do tamanho de um estabelecimento rural e da intensidade de sua produção, os processos decisórios são condicionantes indispensáveis para se alcançar o desenvolvimento sustentável da unidade (SOUZA FILHO; BATALHA, 2009). Ademais, segundo os autores, o desempenho dos empreendimentos familiares ainda está relacionado a um conjunto de fatores decorrentes de políticas públicas, questões macroeconômicas, as especificidades de cada local, sendo que muitas destas variáveis fogem do controle destes empreendimentos, contudo, outras estão diretamente ligadas às ações e atitudes dos agricultores familiares.

Estas escolhas e julgamentos que são feitos pelos agricultores, diante da realidade e das alternativas disponíveis significam, segundo Moraes (2001), tomar decisões. Simon (1979) explica que a escolha de determinadas decisões ocorre na busca pela melhor alternativa, sendo que estas serão julgadas, a partir das percepções do decisor e de um conjunto de variáveis que irão nortear aquela ação, como no caso, suas capacidades, intuições, informações disponíveis, tradições, valores. O autor ainda complementa que a ação tomada não representa, necessariamente, a decisão ‘mais racional’ e ‘correta’, considerando que como ser social, o ser humano possui limitações e, por isso, não dispõe de todas as informações e nem consegue saber todas as consequências possíveis de seus atos, apenas age no sentido de optar pela alternativa que melhor lhe satisfaz diante de dada situação e realidade.

Lima et al. (2005) ainda explica que o processo decisório entre os agricultores se realiza com a colaboração dos membros da família que também são os responsáveis pelo funcionamento do sistema familiar e, conseqüentemente, da unidade de produção. Ainda, segundo estes mesmos autores, as decisões de investimento, ou seja, compra de bens duráveis, como no caso máquinas e terras, são feitas, preferencialmente, em âmbito do grupo familiar.

Para concretizar seus projetos, Lima et al. (2005, p.43) explica que, “os produtores tomam uma série de decisões e implementam várias ações. As decisões são imperativamente orientadas por seus objetivos estratégicos e condicionadas pelas potencialidades e limitações de sua situação”.

Essa abordagem pode ser complementada quando Simon (1979) destaca que durante o processo de tomada de decisão podem ocorrer interferências de um conjunto de fatores que precisam ser compreendidos, a fim de identificar seu significado e suas implicações nas decisões a serem tomadas, como é o caso dos aspectos sociais, culturais, pessoais, institucionais e organizacionais, citados por Dalcin (2010) que podem interferir no processo de tomada de decisão, alguns deles, com maior ou com menor intensidade dependendo da situação.

Moraes (2001) ainda chama a atenção para àquelas decisões que envolvem acontecimentos futuros e cuja previsão de seus resultados é mais complexa, pois as mesmas podem ocorrer dentro de *situações de certeza, risco, incerteza, turbulência ou ambiguidade*. Decisões em um quadro de *certeza* são, geralmente, mais fáceis de serem administradas, pois existem informações disponíveis a respeito do quadro e um conhecimento sobre possíveis consequências das ações tomadas; nas *decisões de risco*, o decisor dispõe de informações sobre a situação, porém, os resultados de cada opção dependem do acaso; nas *decisões de incerteza*, os objetivos a serem atingidos são claros, porém, tem-se pouco ou até nenhum conhecimento ou informação que poderão auxiliar o decisor; diante de decisão vistas como *turbulência ou ambiguidade*, o ambiente muda muito rapidamente, complicando o estabelecimento de objetivos e, conseqüentemente, de tomar uma decisão.

Perante as situações de riscos e incertezas e como explica Andrade (2010) a racionalidade do agricultor, suas experiências, informações e o conhecimento que este possui para avaliação e implementação de suas escolhas são elementos fundamentais neste processo.

Assim, depara-se com diferentes situações de desempenho no ambiente agrícola em ocasiões muito parecidas, fato que pode ser relacionado aos diferentes objetivos dos agricultores, com isso, quer se dizer que o lucro pode não ser a finalidade última do agricultor, considerando que este poderá ter objetivos bem mais diversos (CRUZ,1984). Para o agricultor, conforme complementam Vieira e Viana (2007?, p.03) “a racionalidade econômica, ou seja, a busca de mais lucro imediato não é o único parâmetro orientador das suas decisões. Apesar de sua inserção no mercado, existe uma diversidade de estratégias e lógicas de decisão dos agricultores, ou seja, uma outra racionalidade”.

Gasson (1973) em seu estudo “*Goals and Values of Farmers*” procurou compreender este comportamento dos agricultores, analisando a orientação de agricultores ingleses na sua tomada de decisão, identificada a partir de quatro categorias, sendo elas: a orientação

instrumental, social, expressiva e intrínseca, conforme descrição de cada uma no Quadro 5.

Quadro 5 - Orientações da Tomada de Decisão, segundo Gasson (1973)

Categoria	Descrição
Instrumental	Maximizar a renda; Obter uma renda satisfatória; Garantir uma renda para o futuro; Expansão do negócio; Ter condições agradáveis de trabalho.
Social	Ganhar reconhecimento, prestígio como agricultor; Pertencente à comunidade agrícola; Dar continuidade à tradição da família; Trabalhar com outros membros da família; Manter boas relações com os trabalhadores.
Expressiva	Sentindo orgulho de ser proprietário; Desempenhar um trabalho que gosta; Exercitar habilidades e aptidões; Oportunidade de ser criativo e original; Alcançar um objetivo, crescimento pessoal.
Intrínseca	Gozo pelo trabalho, tarefas; Preferência por um trabalho ao ar livre, e ter uma vida saudável; Valorizar o trabalho árduo; Independência - a liberdade de supervisão e de organizar o tempo; Controle de uma variedade de situações.

Fonte: adaptado de Gasson (1973)

A partir da classificação apresentada por Gasson (1973) e conforme se destaca no quadro 5, a autora procurou indicar os múltiplos objetivos que norteiam o processo de tomada de decisão dos agricultores, onde aqueles com orientação instrumental estão mais voltados a questões de maximização e obtenção de benefícios, expansão dos negócios e uma melhora nas condições de trabalho; aqueles com orientação social primam pelas relações interpessoais, ter boas relações com a comunidade agrária; já os com orientação expressiva buscam alcançar um objetivo, uma forma de autoexpressão, autonomia; e, por fim, àqueles com orientação intrínseca se voltam para o desempenho do trabalho agrícola com qualidade de vida, independência.

Andrade (2010) explica que, assim como em uma empresa, onde a expansão dos rendimentos é importante, porém, não é o único fator que influencia as decisões dos gestores, na agricultura isso também se manifesta a partir da compreensão dos objetivos dos agricultores e do funcionamento dos empreendimentos rurais.

Os múltiplos objetivos que permeiam a tomada de decisão de agricultores (GASSON, 1973) também se tornam relevantes para um estudo de tomada de decisão de agricultores que acessam as políticas públicas, no caso, o PRONAF, a fim de conhecer suas orientações quando da utilização dos recursos de Investimento, ou seja, com que finalidade, e como se comportam os agricultores quando da realização de investimentos por meio deste programa. Conhecer tais orientações e como ocorre a tomada de decisão destes agricultores e suas relações com características das unidades também poderá auxiliar no direcionamento das políticas públicas voltadas a este público.

3 METODOLOGIA

A metodologia consiste na etapa que norteará o pesquisador e pode ser entendida, segundo Vianna (2001, p. 95) como, “[...] a ciência e a arte de como desencadear ações de forma a atingir os objetivos propostos para as ações que devem ser definidas com pertinência, objetividade e fidedignidade”. Assim, nessa etapa estão descritos os procedimentos adotados neste estudo de forma a atingir os objetivos propostos.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O PRONAF Investimento é uma política pública voltada à agricultura familiar e, para analisar o seu uso pelos agricultores familiares é necessário conhecer as características destes agricultores e o meio no qual se encontram, bem como verificar os fatores de decisão que os levam a acessar os recursos do programa e quais as repercussões do mesmo junto às unidades de produção familiar participantes, bem como se há relação entre características das unidades com os fatores de decisão e as repercussões do PRONAF Investimento. Assim, para atingir tais objetivos realizou-se uma pesquisa do tipo descritiva que tem por propósito, segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p.102), “descrever fenômenos, situações, contextos e eventos; ou seja, detalhar como são e se manifestam”, buscando especificar propriedades que serão descritas e, posteriormente, analisadas, conforme ressaltam os autores.

Considerando que a coleta de dados para a pesquisa ocorreu em um único momento, o delineamento deste estudo é classificado como transversal (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2013).

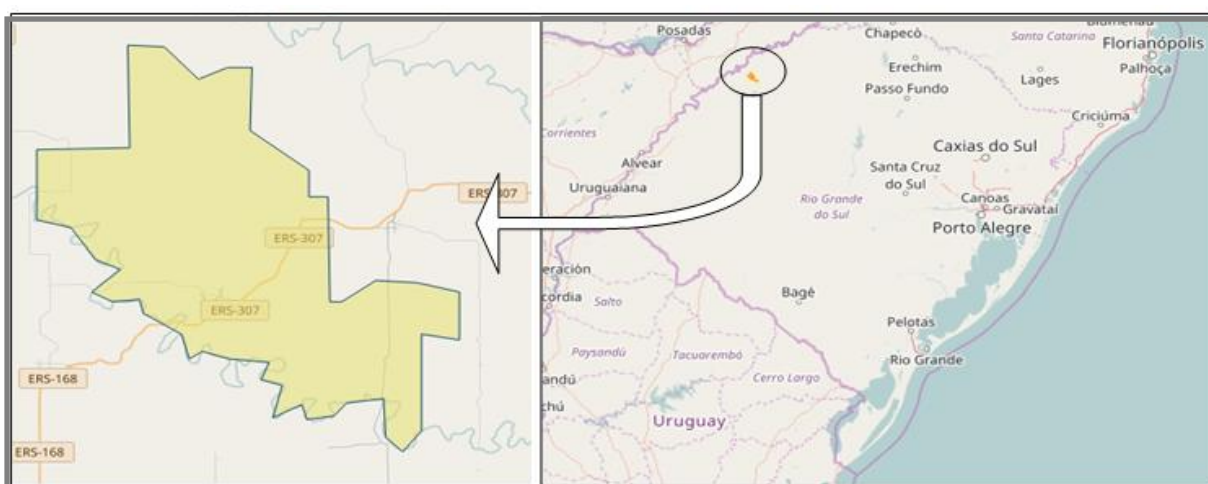
Já, em relação à natureza da investigação, a pesquisa enquadra-se como quantitativa, que representa um processo sequencial e comprobatório, que tem por base a medição numérica e a análise estatística, utilizando-se da coleta de dados para testar hipóteses (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Assim, por meio da coleta de informações junto às unidades de produção familiar do município obtiveram-se dados numéricos que permitiram o conhecimento sobre o contexto estudado.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi delimitado ao município de Campina das Missões - RS (Figura 2), localizado no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 534 quilômetros da Capital, Porto Alegre (IBGE, 2016), fazendo divisa com os municípios de Cândido Godói, Ubiretama, Cerro Largo, Salvador das Missões, Porto Lucena e São Paulo das Missões (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DAS MISSÕES-RS, 2015).

Segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, a população do município era de 6.117 habitantes, sendo 3.930 residentes rurais e 2.187 residentes urbanos, em uma área territorial correspondente a 227,91Km² (IBGE, 2016).

Figura 2 - Mapa do Rio Grande do Sul com a localização do Município de Campina das Missões - RS.



Fonte: Adaptado de IBGE Cidades, Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=430370&search=rio-grande-do-sul|campina-das-missoes>>.

A formação administrativa do município inicia-se como Distrito de Santo Ângelo/RS, criado pelo Ato Municipal n.º 1 de 01 de janeiro de 1920, onde recebia o nome de Campinas, sendo que, posteriormente, por meio do Decreto Estadual n.º 4.823, de 01 de julho de 1931, o Distrito de Campinas foi transferido para o município de Santa Rosa/RS, elevando-se à categoria de município apenas em 1963, por meio da Lei Estadual n.º 4.580, de 09 de outubro de 1963 onde também passa a denominação de Campina das Missões/RS (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DAS MISSÕES - RS, 2015). Atualmente, este município é formado por 7 comunidades urbanas e por 27 comunidades rurais (EMATER, 2012).

Em relação às características do município destaca-se que o mesmo possuía em 2010 um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,738, situando-o em uma faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), onde a longevidade, renda e educação contribuíram, respectivamente, com os maiores valores (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010). Em relação ao Índice de Gini, índice este que mede o grau de concentração de renda e que indica em uma escala de 0 a 1 esta concentração, onde 0 representa total igualdade e quanto mais próximo de 1 representa maior desigualdade, o município passou de um índice de 0,56, em 1991, para 0,41 em 2010, ou seja, houve uma melhora na distribuição de renda de 1991 até 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010).

O setor agropecuário neste município desempenha um importante papel na economia local, sendo uma das principais atividades exploradas pelos agricultores a bovinocultura de leite, com importante participação na renda das famílias, aliada à cultura da soja e milho (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DAS MISSÕES - RS, 2015). Apesar de não existir latifúndios no município, a cultura da soja possui grande valor de produção, ao passo que, a cultura do milho se volta mais para o trato de animais (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DAS MISSÕES - RS, 2015).

O suporte e organização à agricultura do município são oferecidos por entidades como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas, EMATER, Inspeção Veterinária e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente através do Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural e Conselho do Meio Ambiente (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DAS MISSÕES - RS, 2015) que atuam nas demandas e ações voltadas principalmente à agricultura local.

3.4 POPULAÇÃO DA PESQUISA

Como o foco deste estudo é a análise do uso de uma política pública (PRONAF Investimento) pelos agricultores familiares, a população da pesquisa constitui-se de agricultores familiares do município descrito que contrataram recursos desta política pública, durante o período de 2012 a 2015.

Para delimitação da população do estudo utilizou-se como critério, o montante de contratos do PRONAF Investimento firmados em Campina das Missões - RS, durante o

período, dados estes que estão disponíveis no Anuário Estatístico do Crédito Rural (BCB, 2016a) e na Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB, 2016b). Foi delimitado o período de 2012 a 2015 considerando a inexistência de informações anteriores a 2012 na base de dados consultados.

A Tabela 3 apresenta o quantitativo de contratos do PRONAF para a finalidade de Investimento, discriminados por ano e por atividade (agrícola e pecuária) para o período.

Tabela 3 - Quantitativo de Contratos do PRONAF Investimento para o município de Campina das Missões - RS, para o período de 2012 a 2015.

Atividade	Ano				Total
	2012	2013	2014	2015	
Agrícola	271	403	102	73	849
Pecuária	350	274	102	62	788
Total	621	677	204	135	1.637

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (BCB, 2016a) e da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB, 2016b) (adaptado).

A partir da soma do quantitativo de contratos do PRONAF Investimento que foram firmados pelos agricultores familiares de Campina das Missões - RS, entre os anos de 2012 a 2015, chegou-se a população de estudo, que representa 1.637 contratos.

3.5 AMOSTRA

Segundo Gil (2010) como o público da pesquisa, geralmente, envolve um universo amplo de elementos, dificultando a análise da totalidade, o autor menciona que o mais frequente é utilizar uma amostra, ou seja, trabalhar com uma parte dos elementos que o constituem.

Gil (2010, p.124) ainda enfatiza algumas questões relacionadas à amostra, uma vez que, “para que os dados obtidos num levantamento sejam significativos, é necessário que a amostra seja constituída por um número adequado de elementos. A estatística dispõe de procedimentos que possibilitam estimar esse número”. Assim, para o cálculo amostral utilizou-se o número total de contratos do PRONAF Investimento, realizados entre 2012 a 2015, pelos agricultores familiares de Campina das Missões - RS, que representa 1.637

contratos, obtendo-se o tamanho da amostra por meio do seguinte cálculo:

$$n = \frac{N \cdot Z_{\frac{\alpha}{2}}^2 \cdot \sigma^2}{(N-1) \cdot e^2 + Z_{\frac{\alpha}{2}}^2 \cdot \sigma^2}$$

Sendo:

n: tamanho da amostra;

N: tamanho da população;

$Z_{\alpha/2}$: valor na distribuição normal padrão correspondente à confiabilidade pré-fixada;

σ^2 : variância populacional da variável considerada, definida por; $\sigma^2 = p \cdot q$.

e : erro amostral.

Desta forma, considerando nível de confiança de 95% ($Z_{\alpha/2}=1,96$), erro amostral de 10%, sendo que estudos na área agrícola têm utilizado um erro de 10% (DALCIN, 2010; SCHUHMANN, 2012), portanto, optou-se por também utilizar esta margem de erro e $p = 0,5$ (considerando que este valor representa a maior variabilidade possível em amostras definidas para estimar proporção), chegando-se a uma amostra representativa mínima da população de 91 contratos e, portanto, sendo representados por 91 agricultores que contrataram os recursos do programa.

Entretanto, cabe destacar que cada agricultor pode realizar mais de um contrato por ano agrícola, sendo que, nestes casos, foi contada apenas como uma entrevista, independente de possuir um ou mais contratos, o que também superestimou a amostra, uma vez que, o número total de contratos é maior que o número de agricultores familiares que acessaram.

Considerando que a relação de agricultores beneficiados não é uma informação de livre acesso, a seleção da amostra ocorreu a partir da lista de agricultores que cadastraram e/ou atualizaram a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), no período de 2012 a 2015, que é cadastrado e atualizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Campina das Missões - RS, através de um sistema interligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A autorização de acesso à lista de agricultores, fornecida pelo STR, foi formalizada conforme Apêndice C.

Assim, a amostra contou com os 91 agricultores selecionados, a partir da lista de agricultores fornecida pelo STR, onde através do tipo de amostragem aleatória simples foi

atribuído um número para cada um dos elementos da lista para seleção aleatória (GIL, 2010). Considerando que dentre os agricultores selecionados há aqueles que não possuíam PRONAF Investimento no período de 2012 a 2015, não quiseram participar ou não foram localizados nas unidades de produção familiar, selecionaram-se agricultores suplentes que foram convidados a participar da pesquisa até atingir os 91 agricultores definidos na amostra.

3.7 COLETA DE DADOS

Esta etapa ocorreu por meio da aplicação do instrumento de coleta de dados (Apêndice D) aos agricultores do município de Campina das Missões/RS participantes do PRONAF Investimento, para o período de 2012 a 2015. Contudo, antes ainda da pesquisa de campo, foram realizados testes de confiabilidade e validade do instrumento de coleta de dados. Para tanto, foram aplicados pré-testes com um grupo de agricultores familiares do município limítrofe Salvador das Missões/RS. Já a validade foi testada por meio do conteúdo, que consiste, segundo Hair Jr. et al. (2005, p.202), na “consulta a uma pequena amostra de respondentes típicos e/ou especialistas para julgar a adequação dos itens (indicadores) escolhidos para representar o constructo”. Participaram da validade de conteúdo um técnico da EMATER e a presidente do STR, ambos de Campina das Missões/RS.

Por meio destas duas técnicas identificou-se a coerência do instrumento, bem como se o mesmo estava estruturado de maneira clara, se permitia captar as informações necessárias para o estudo ou se existem dificuldades de compreensão e outros problemas.

A etapa seguinte consistiu na entrevista aos agricultores selecionados que foram convidados a participar da pesquisa e, em caso afirmativo, assinarem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (Apêndice E).

Responderam a entrevista o(a) agricultor(a) responsável pelo estabelecimento, desde que possuíssem 18 anos ou mais e o conhecimento sobre o acesso ao PRONAF Investimento. As visitas foram realizadas *in loco* pela própria pesquisadora⁹ no período de fevereiro e março de 2017, sendo que cada entrevista teve duração de, aproximadamente, 45 minutos.

⁹ A experiência da pesquisadora na pesquisa de campo foi positiva, permitindo a aproximação com os sujeitos da investigação e da inserção no seu meio e local de trabalho. A execução da pesquisa foi custeada com recurso próprio sendo utilizado veículo particular para a realização dos diversos trajetos, sob as mais diversas condições de trafegabilidade e sob diferentes condições climáticas. Contudo, a interação social com os agricultores familiares foi muito gratificante, não se limitando ao tema em estudo apenas, mas também nas histórias e experiências destas famílias.

3.8 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado no estudo contém 30 questões fechadas e abertas (Apêndice D), sendo que, segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2013) as perguntas fechadas são aquelas que já contêm opções de resposta delimitadas e as perguntas abertas não especificam de antemão estas opções. O instrumento está dividido em três partes, sendo que a primeira contempla as perguntas relacionadas à identificação e caracterização da unidade de produção familiar, adaptadas de Schuhmann (2012), Toledo (2009) e Dalcin (2010) e outras elaboradas pela autora. A segunda parte compreende as questões sobre os fatores de decisão dos agricultores, ou seja, as razões que os levaram a acessar o programa, tendo como base o modelo de orientação da tomada de decisão de Gasson (1973) que contempla quatro categorias, sendo que foram adaptados os itens para um estudo de PRONAF, ainda, utilizou-se como base para elaboração dos mesmos, o estudo realizado por Andrade (2010). Também nesta parte que compreende os fatores de decisão foi realizada a análise, a partir das variáveis do programa, ou seja, a taxa de juros, período de carência, prazo de pagamento, valor financiado e linhas de crédito, elaboradas a partir de informações do Manual do Crédito Rural (BCB,2016c) e de Schuhmann (2012). A terceira parte compreende o questionamento sobre as repercussões do PRONAF Investimento junto às unidades de produção, baseadas em Schuhmann (2012), Toledo (2009) e elaboração da própria autora.

A metodologia adotada para elaboração do instrumento de coleta de dados está discriminada no Quadro 6.

Quadro 6 - Metodologia de elaboração das questões do instrumento de coleta de dados do Apêndice D.

Objetivo	Questões	Fonte
Caracterização da UPF	1,2,3,4,7e 9	Adaptado de Schuhmann (2012)
	8	Adaptado de Toledo (2009)
	15 e 16	Elaborada pela Autora
	5,6,10,11,12, 13 e 14	Adaptado de Dalcin (2010)
Fatores de decisão do Agricultor Familiar	17	Adaptado de Dalcin (2010)
	18	Elaborada com base em Gasson (1973) sendo alguns itens adaptados para aplicação em um estudo de PRONAF. Adaptados alguns itens citados por Andrade (2010).
	19	Elaborada pela autora, a partir de informações do Manual do Crédito Rural (BCB, 2016c) e Schuhmann (2012)
	20 e 21	Adaptado de Schuhmann (2012)
Repercussões do PRONAF Investimento	22	Elaborada pela autora com base em Schuhmann (2012) e Toledo (2009)
	23, 24, 25, 28 e 30	Adaptado de Schuhmann (2012)
	26, 27 e 29	Elaborada pela Autora

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O Quadro 5 retrata a divisão do instrumento de coleta de dados nos três blocos de perguntas, com suas respectivas questões e fontes, sendo algumas das questões adaptadas de autores e outras elaboradas pela pesquisadora.

3.9 ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS

Quanto à tabulação e análise dos dados obtidos com a pesquisa, inicialmente, os mesmos foram organizados em planilhas do *LibreOfficeCalc*, a fim de facilitar o tratamento estatístico destes dados que, posteriormente, foram analisados no *software R* v. 3.3.1.

Utilizaram-se técnicas de estatística descritiva como tabelas e gráficos para apresentar frequências absolutas e relativas, além de medidas descritivas, como média, mediana e desvio-padrão.

Para identificação da principal atividade produtiva desenvolvida pelos agricultores da amostra, que elencaram até seis atividades desenvolvidas em suas unidades de produção familiar, utilizou-se o cálculo de ponderação, sendo que, para cada atividade produtiva desenvolvida foi atribuído um peso, sendo a primeira delas com o maior, até a sexta atividade, que recebeu o menor peso, dividido pela soma dos pesos, conforme representado na fórmula a seguir:

$$OI_{AP} = \frac{AP_1 * 6 + AP_2 * 5 + AP_3 * 4 + AP_4 * 3 + AP_5 * 2 + AP_6 * 1}{21}$$

$$OI_{AP} = \text{Ordem_de_importância_da_atividade_produtiva}$$

$$AP_1 = \text{Atividade_produtiva_1} \quad AP_4 = \text{Atividade_produtiva_4}$$

$$AP_2 = \text{Atividade_produtiva_2} \quad AP_5 = \text{Atividade_produtiva_5}$$

$$AP_3 = \text{Atividade_produtiva_3} \quad AP_6 = \text{Atividade_produtiva_6}$$

Para analisar as orientações de valor que contribuíram para as aquisições do PRONAF Investimento pelos agricultores familiares, foi calculada a média individual de cada um dos objetivos agrupados dentre as quatro categorias de valor (intrínseco, expressivo, social e instrumental) e, posteriormente, calculada a média da orientação, com base no modelo de análise adotado por Panno (2016). Porém, neste estudo foi apresentado ainda o desvio-padrão, que permite identificar a dispersão dos dados em torno da média.

Para análise de relação entre duas variáveis foram utilizados testes de inferência estatística, como o teste de associação entre duas variáveis qualitativas (teste de *Exato de Fisher* e *Qui-quadrado*). No teste de hipótese para comparação de duas populações foi utilizado o teste de *Mann-Whitney*. Nas análises de relação com base em características das unidades de produção familiar, como faturamento (salários mínimos) e área de terras disponível para produção (hectares), utilizou-se com ponto de corte destas duas características o *quartil*, sendo dividindo o conjunto ordenado de dados em duas partes. Da mesma forma, para a característica atuação de membro jovem na unidade de produção familiar também se realizou a divisão em dois grupos, sendo aquelas que possuem jovens e as que não possuem jovens atuando em tempo integral. Para verificar a normalidade dos dados foi aplicado o teste de *Shapiro-Wilk*. Para todos os testes estatísticos foi considerado o nível de 5% de significância.

Após realizado o tratamento estatístico dos dados procedeu-se a interpretação das informações que, segundo Marconi e Lakatos (2010, p.152) consiste em uma “[...] atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos [...]”. Assim, por meio da análise e interpretação procura-se obter a resposta para o problema de pesquisa proposto.

3.10 ASPECTOS ÉTICOS

Em consonância com os preceitos éticos, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Federal da Fronteira Sul, registrado sob número CAAE: 62533416.2.0000.5564, sendo iniciada a coleta dos dados somente após a aprovação por este Comitê.

Os agricultores foram convidados a participar da entrevista após terem sido apresentados os objetivos deste estudo, destacando-se que os mesmos teriam a liberdade de aceitar em participar do estudo ou de não aceitar. O consentimento destes agricultores foi expresso através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice E), e somente após a assinatura foi iniciada a pesquisa.

Os questionários utilizados pela pesquisadora durante a pesquisa ficarão guardados por um período de cinco anos, decorrido este prazo, os mesmos serão destruídos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os principais resultados da pesquisa segundo cada objetivo proposto. Para tanto, inicialmente, é apresentada uma caracterização dos entrevistados, do grupo familiar e de seus estabelecimentos e unidades, bem como uma descrição dos principais fatores de decisão dos agricultores participantes do PRONAF Investimento, além das principais repercussões das aquisições realizadas através deste programa junto às unidades de produção familiar. Por conseguinte, são realizadas algumas discussões e comparações acerca dos resultados obtidos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

a) Descrição dos entrevistados

A descrição dos entrevistados permite identificar características relacionadas a este público, sendo que dentre os agricultores familiares entrevistados, 87,9% eram do sexo masculino e 12,1% do sexo feminino, destacando-se maior participação dos homens, assim como já apontado em outros estudos relacionados à agricultura (DALCIN, 2010; SCHUHMANN, 2012). Neste estudo, a predominância dos homens como respondentes também sinalizava um maior envolvimento e conhecimento por parte deste público sobre a efetivação do financiamento, principalmente, em termos de valor financiado, prazo de pagamento e carência contratados.

Quanto à principal ocupação dos entrevistados, predominaram aqueles que possuem a agricultura como única atividade (84,6%), seguido daqueles que continuam exercendo a agricultura mesmo já estando aposentados (13,2%) e, por fim, os que exercem a pluriatividade, ou seja, que possuem o trabalho assalariado como complemento das atividades do meio rural (2,2%).

Em relação aos dados demográficos, a idade dos entrevistados variou de 22 a 64 anos, sendo 48 anos a idade mediana dos mesmos. Os dados da Tabela 4 mostram que 31,9% dos agricultores participantes encontram-se na faixa etária dos 41 a 50 anos, e 28,6% estão na faixa dos 51 a 60 anos, sendo que estas duas faixas somam mais da metade (60,4%) dos casos. Por outro lado, os mais jovens (30 anos ou menos) representaram o menor percentual, com 6,6% dos respondentes. Essa característica sobre a faixa etária também foi observada nos

estudos de Dalcin (2010) e Schuhmann (2012), sendo que, dentre os agricultores entrevistados pelas autoras, a maioria deles encontrava-se na faixa etária dos 41 a 60 anos, enquanto que, os respondentes mais jovens também aparecem entre os menores percentuais, como ocorreu neste estudo.

Tabela 4 – Faixa etária dos entrevistados:

Faixa Etária	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
30 ou menos	6	6,6	6,6
31 a 40	23	25,3	31,9
41 a 50	29	31,9	63,7
51 a 60	26	28,6	92,3
Mais de 60	7	7,7	100,0
Total	91	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Questionados sobre o tempo de atuação nas atividades do meio rural, 84,6% dos entrevistados declararam que sempre tiveram um vínculo com a agricultura, atuando desde os tempos de infância, ao passo que, 15,4% afirmaram já ter atuado em outras atividades durante algum tempo, principalmente, quando mais jovens, retornando às atividades do meio rural.

Sobre a escolaridade dos entrevistados (Tabela 5), os dados da pesquisa demonstraram que 66,7% deles possuem apenas o nível fundamental de ensino, na sua maioria incompleto (48,9%). Os entrevistados que possuem o ensino médio completo representam 21,1%, enquanto que 5,5% possuem nível técnico ou formação superior completos.

Tabela 5 - Escolaridade dos entrevistados:

Nível de Escolaridade	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
Ens. Fund. Incompleto	44	48,9	48,9
Ens. Fund. Completo	16	17,8	66,7
Ens. Médio incompleto	5	5,6	72,2
Ens. Médio completo	19	21,1	93,3
Nível técnico completo	4	4,4	97,8
Nível superior incompleto	1	1,1	98,9
Nível superior completo	1	1,1	100,0
Total	90	100,0%	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: Frequência calculada sobre 90 respondentes considerando que um entrevistado não informou o nível de escolaridade.

O baixo nível de escolaridade identificado entre os agricultores entrevistados é também uma realidade da maior parte dos agricultores brasileiros, conforme mostra o Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, sendo que, apenas 19,6% dos produtores agropecuários têm o ensino fundamental completo ou mais instrução (IBGE, 2009a).

Ainda segundo o levantamento realizado pelo IBGE, uma parcela significativa de agricultores não sabe sequer ler e escrever, ou sabem ler e escrever, porém, sem nenhuma instrução e alfabetização, representando em média 41,9% do total de informantes (IBGE, 2009a). Apesar do percentual de agricultores analfabetos no meio rural brasileiro, entre os agricultores respondentes de Campina das Missões/RS que fizeram parte da amostra não foram identificados casos de analfabetismo.

b) Descrição do grupo familiar

O tamanho das unidades de produção familiar varia de 1 a 8 membros, predominando aquelas com 4 e 3 integrantes, respectivamente, representando 66% dos casos, conforme pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 - Número de membros por grupo familiar:

Número de Membros	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
Um	1	1,1	1,1
Dois	11	12,1	13,2
Três	28	30,8	44,0
Quatro	32	35,2	79,1
Cinco	12	13,2	92,3
Seis	2	2,2	94,5
Sete	3	3,3	97,8
Oito	2	2,2	100,0
Total	91	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Dentre os membros das unidades de produção familiar, 65,1% deles trabalham em tempo integral na atividade, ao passo que, 5,8% trabalham metade do tempo e 8,4%, eventualmente. Entre aqueles que trabalham, metade do tempo ou eventualmente, destacam-se os jovens que estudam em um turno e auxiliam os pais no outro, e aqueles integrantes que conciliam a agricultura com outra atividade. Nos grupos familiares também há aqueles

membros que se encontram em situação inativa (20,6%), como no caso de alguns idosos, crianças menores de 12 anos e jovens que trabalham fora e apenas moram com seus pais.

A permanência do jovem no meio rural é constante tema de discussão, principalmente, quanto aos processos sucessórios e a perspectiva de continuidade do trabalho familiar (PANNO, 2016). Neste sentido, a atuação do jovem¹⁰ nas unidades de produção familiar do município também foi verificada neste estudo, sendo que, em 35,2% delas existem jovens entre 18 e 29 anos atuando em tempo integral na agricultura, ou seja, que possuem como sua atividade única a agropecuária, dando continuidade ao trabalho iniciado por seus pais, enquanto que, nas outras 64,8% das unidades não há jovens ou estes não atuam em tempo integral, pois estudam ou trabalham como assalariados. O número de membros jovens que atuam nas unidades de produção familiar também está representado na Tabela 7 pelas faixas etárias destes.

Tabela 7 - Idade dos membros ativos jovens que trabalham em tempo integral:

Membros ativos	Tempo Integral				Total	
	Sim		Não			
	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)	(n)	(%)
Jovem-jovem (18 a 24 anos)	17	18,7	74	81,3	91	100,0
Jovem-adulto (25 a 29 anos)	18	19,8	73	80,2	91	100,0

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A partir dos dados, verifica-se que, em 18,7% das unidades familiares, os jovens que atuam em tempo integral naquele meio possuem idade entre 18 e 24 anos e, em 19,8% dos casos, eles possuem idade entre 25 e 29 anos. Dentre as unidades que possuem jovens atuando em tempo integral, em apenas 3 casos identificaram-se 2 integrantes jovens na mesma unidade familiar, nas demais unidades que contam com jovens atuando em tempo integral identificou-se apenas um integrante jovem.

No estudo realizado por Panno (2016) destaca-se que uma propriedade rural onde existem sucessores atuando tende a estar mais preparada para realizar investimentos do que

¹⁰ De acordo com a Lei nº12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, em seu parágrafo 1º, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade (BRASIL, 2013). Porém, para esta análise foram considerados apenas aqueles com 18 anos de idade ou superior, e segundo dados do IPEA (s.d.) a juventude pode ser dividida em três subgrupos: jovem-adolescente (15-17 anos); jovem-jovem (18 -24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos), sendo considerado nesta análise, os dois últimos grupos.

outra onde a sucessão é incerta ou não existirá, pois esta corre o risco de ver sua iniciativa descontinuar. Schneider (2009) ainda explica que as relações familiares dão sentido e racionalidade às estratégias adotadas pelos pais, que visam à ampliação patrimonial no intuito de deixar para seus sucessores.

Ferrari et al. (2004) destacam que o desempenho da agricultura, diferente de outras profissões, é obtido já no seio da unidade de produção familiar e nas relações sociais que ali vão ocorrendo, identificando-se no baixo nível de ensino um limitante para o pleno exercício das atividades do meio rural. Neste sentido, buscou-se analisar neste estudo, o nível de ensino relacionado aos membros que constituem cada grupo familiar e que trabalham em tempo integral ou metade do tempo na atividade (Tabela 8).

Tabela 8 - Nível de escolaridade dos membros de cada Unidade de Produção Familiar que atuam em tempo integral ou metade do tempo na atividade:

Nível de Escolaridade	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
Ens. Fund. Incompleto	14	15,6	15,4
Ens. Fund. Completo	15	16,7	32,2
Ens. Médio incompleto	6	6,7	38,9
Ens. Médio completo	37	41,1	80,0
Nível técnico completo	8	8,9	88,9
Nível superior incompleto	6	6,7	95,6
Nível superior completo	4	4,4	100,0
Total	90	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: Frequência calculada sobre 90 respondentes considerando que um entrevistado não informou o nível de escolaridade.

A leitura da Tabela 8 indica que a formação mais frequente entre os membros da unidade familiar, que trabalham em tempo integral ou metade do tempo na atividade, é o ensino médio (41,1%). Aqueles que possuem o ensino médio incompleto ou formação inferior a este, somam 38,9% dos casos. A formação técnica completa ou superior incompleto e completo é identificada em 20% dos casos. Assim, observa-se que entre os membros de cada grupo familiar predomina a escolaridade até o Ensino Médio completo e, mesmo em menor frequência, há casos de membros que buscaram uma maior qualificação através do ensino técnico ou formação superior e que atuam no meio rural, em especial, os membros jovens.

A predominância de uma formação mais fundamental e básica entre os agricultores que constituem os grupos familiares e atuam em tempo integral ou metade do tempo na

atividade é entendida, em parte, quando Mendonça et al. (2013) destaca em seu estudo que muitos dos agricultores adultos iniciaram cedo suas atividades no meio rural, uma vez que, o acesso as escolas, há alguns anos atrás, era mais difícil e em número reduzido, além de possuírem instalações precárias, baixa qualificação entre os professores, e falta de transporte, sendo que tais fatores contribuía para o abandono dos estudos. Realidade que aos poucos vem se modificando, pois, como destacado no estudo de Krüger (2014), existe atualmente uma maior preocupação dos pais em relação ao ensino de seus filhos, resultando avanços na escolaridade destes jovens.

Diante destas características relacionadas ao nível de ensino, e conforme destaca Ferrari et al. (2004) é importante uma política educacional, em especial, voltada aos jovens, para que estes busquem uma maior qualificação sem que isso reflita no abandonar do ofício da agricultura, preparando a nova geração para que sejam capazes de gerenciar os empreendimentos familiares diante das adversidades e desafios futuros da agricultura.

c) Descrição dos estabelecimentos e unidades

O desempenho das práticas produtivas dos agricultores familiares ocorre em suas unidades e estabelecimentos, sendo que este varia em termos de disponibilidade de terras para produção. A quantidade de terras de que dispõe os agricultores familiares de Campina das Missões é apresentada na Tabela 9, considerando-se neste total a área própria e também arrendada por eles de terceiros, quando da ocorrência.

Tabela 9 - Área total dos estabelecimentos familiares

Hectares	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
até 10	7	7,7	7,7
de 10,1 a 20	20	22,0	29,7
de 20,1 a 30	20	22,0	51,6
de 30,1 a 40	22	24,2	75,8
de 40,1 a 50	10	11,0	86,8
de 50,1 a 60	3	3,3	90,1
60,1 ou mais	9	9,9	100,0
Total	91	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Em termos de área, observa-se que 51,6% dos entrevistados possuem até 30 hectares

de terra disponível para produção, ao passo que, agricultores com áreas acima de 30 hectares representam 48,4% dos casos.

A fonte de renda destas propriedades é basicamente proveniente das atividades agropecuárias (95,6%), através da prática da agricultura e da pecuária. Para os casos em que a agropecuária não é a principal fonte de renda (4,4%) destacam-se o turismo rural e o trabalho assalariado.

Como principais atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades pelos agricultores da amostra, em nível de importância financeira, foram citadas: a produção de leite, soja, trigo, milho, suínos, venda de gado, prestação de serviços no meio rural, venda de feno, hortifruticultura, hortaliças, frutíferas, agroindústria, carvão, vassouras, aveia e produção de doces. Além de citar as atividades praticadas em sua propriedade, os respondentes também as elencaram de acordo com o nível de importância por eles atribuído. Posteriormente, as atividades que surgiram foram classificadas a partir do cálculo de ponderação para identificação das principais atividades produtivas praticadas pelos agricultores familiares (Tabela 10).

Tabela 10 - Atividades produtivas segundo o nível de importância:

Atividade Produtiva	Peso	Frequência relativa (%)	Atividade Produtiva	Peso	Frequência relativa (%)
Leite	22,57	37,0	Hortaliças	0,29	0,5
Milho	18,86	30,9	Agroindústria	0,29	0,5
Soja	12,33	20,2	Carvão	0,24	0,4
Trigo	2,10	3,4	Aveia	0,24	0,4
Venda de Gado	1,67	2,7	Hortifruticultura	0,19	0,3
Suínos	0,81	1,3	Vassouras	0,19	0,3
Prestação de serviços	0,67	1,1	Frutíferas	0,14	0,2
Venda de feno	0,29	0,5	Doces	0,14	0,2
Total				61,00	100,0

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Dentre as atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores da amostra, destaca-se a produção de leite com o maior nível de importância (37%), seguida da produção de grãos, em especial, o milho (30,9%) e a soja (20,2%). O destaque para a produção do leite também é perceptível pelo número de famílias que praticam esta atividade (87,9%) como uma de suas principais, sendo ainda que, para 56% destas, o cultivo do milho está associado ao trato dos

bovinos de leite.

A produção de leite, grãos, como o milho, soja e trigo, e a prática da suinocultura são atividades predominantes no meio rural do município, que tem sua economia baseada, principalmente, na agropecuária (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DAS MISSÕES, 2015). Ainda segundo dados da mesma fonte, além destas atividades há também a prática diversificada de outras culturas, principalmente, para a subsistência.

A leitura da Tabela 10 ainda mostra uma variedade de atividades produtivas, segundo o nível de importância financeira, que são praticadas pelos agricultores, sendo que os mesmos dedicam um esforço maior a uma atividade principal, aliadas, na maioria das vezes, a atividades secundárias e, em alguns casos, até mesmo a atividades sexenárias. O desempenho de 2 até 3 atividades produtivas por unidade familiar apareceu como a prática mais comum entre os agricultores (38,5%, para cada um dos casos). Na sequência, aparecem aqueles que praticam 4 atividades (19,8%). O maior nível de diversificação, ou seja, 5 até 6 atividades praticadas por unidade familiar, representou 1,1% para cada um dos casos. Em contraponto, a prática de uma única atividade também representou 1,1% dos casos.

A diversificação de atividades produtivas é uma prática comum entre os agricultores familiares, pois, assim como destacado no estudo de Funk (2008) a partir da prática da diversificação, o agricultor não fica dependente de uma única fonte de renda, trazendo mais segurança para a família.

A comercialização dos produtos provenientes das principais atividades desenvolvidas nas unidades de produção familiar pesquisadas do município é feita, basicamente, através de empresas privadas (47,0%) e cooperativas (41,8%). Nesta comercialização destacam-se como produtos: a venda do leite e dos grãos, como soja, trigo e milho. A comercialização direta (7,5%) ocorre, principalmente, para produtos como o feno, venda de gado, milho, carvão, vassouras, hortaliças, frutíferas e doces. A venda por meio do sistema de integração foi identificada nas propriedades que trabalham com a atividade da suinocultura (2,2%). A venda através de agroindústria apareceu em um único caso, assim como, a venda através da contratação por órgãos públicos.

Além da prática da comercialização exercida pelos agricultores que gera renda e o sustento das unidades de produção familiar, a produção de alguns produtos para autoconsumo, especialmente, carnes, verduras, legumes, raízes, tubérculos e frutas, também foi destacada como uma prática comum exercida por eles, sendo que tais produtos não necessitam ser

comprados e, portanto, contribuem na subsistência e na renda da família.

A produção e comercialização em algumas unidades são mais intensivas do que em outras, sendo que esta característica acaba refletindo no faturamento bruto mensal de cada unidade. Em casos isolados, o faturamento proveniente da agricultura ainda é somado a rendas advindas de outros fins, como por exemplo, o trabalho assalariado. As informações sobre o faturamento bruto médio mensal referente ao ano de 2015 (rendas agrícolas e não-agrícolas) declaradas pelos pesquisados estão discriminadas na Tabela 11.

Tabela 11 - Faturamento bruto médio mensal das unidades de produção familiar referente ao ano de 2015:

Renda	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência acumulada (%)
Até 2 salários mínimos	2	2,2	2,20
Acima de 2 a 5 salários mínimos	29	31,9	34,1
de 6 a 10 salários mínimos	23	25,3	59,3
de 11 a 15 salários mínimos	18	19,8	79,1
de 16 a 20 salários mínimos	10	11,0	90,1
Mais de 20 salários mínimos	9	9,9	100,0
Total	91	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Dentre as unidades familiares, aquelas com até 10 salários mínimos representam 59,3% dos casos, ao passo que 40,7% possuem faturamento superior a 10 salários mínimos brutos mensais. Ao analisar as unidades familiares, a partir daquelas que possuem mais de 2 salários mínimos verifica-se que, quanto maior o faturamento, menor a frequência de unidades, sendo que aquelas com mais de 20 salários mínimos representam apenas 9,9% dos casos.

A mão de obra empregada nas unidades é apenas familiar em 98,9% dos casos, porém, foi relatado apenas um caso de contratação de mão de obra assalariada permanente, sendo a família, assim como destacam Lima et al. (2005), a principal fonte de trabalho destas unidades. Segundo as regras do PRONAF a mão de obra familiar deve ser predominante nas unidades, porém permite-se a utilização de mão de obra de terceiros conforme necessidade, podendo ser contratado empregado permanente desde que em número igual ou menor de pessoas da família ocupadas na unidade familiar (BCB, 2017).

Mesmo existindo esta flexibilização nas regras do programa observa-se que a contratação de empregado permanente acaba não sendo uma prática tão comum entre os agricultores familiares, pois estes utilizam-se, principalmente, da mão de obra familiar que, em épocas mais sazonais como plantio, silagem e/ou colheita, é usualmente complementada por meio das trocas de serviço ou pagamento de diaristas.

Por conseguinte, foram ainda questionados os agricultores familiares quanto à realização de investimentos por outro meio que não seja o PRONAF, sendo que, 84,6% deles relataram ter realizado algum tipo de investimento no período por conta própria, principalmente, reformas em suas instalações, aquisições de equipamentos e implementos, etc., ao passo que os outros 15,4% relataram não ter realizado nenhum outro investimento fora aquele(s) utilizando recurso do PRONAF. Diante disso, e como destacado por Ayub (2012) em seu estudo, muitos agricultores possuem algum dinheiro guardado e, em alguns momentos preferem deixá-lo como reserva para alguma emergência utilizando os recursos do programa, pois os juros são menores. Contudo, em outras situações, e como se observa neste estudo, investimentos por conta própria também são realizados quando mais conveniente para o agricultor.

d) Relações institucionais

O apoio técnico especializado se configura como uma forma de relação institucional mantida pelas unidades familiares, sendo que, dos entrevistados 81,3% declararam possuir algum tipo de assistência, enquanto que, apenas 18,7% não possuem este tipo de acompanhamento.

Dentre as instituições que oferecem este apoio técnico especializado, a EMATER (30,8%), Médico Veterinário (23,8%), Cooperativa (21,5%), empresa privada (10,0%), Sistema S (7,7%), Sindicato (3,8%) e Secretaria Municipal de Agricultura (2,3%), foram destacadas como as principais.

Questionados sobre a finalidade desta assistência, mais da metade dos entrevistados (67,3%) relataram utilizá-la para a produção, ou seja, para orientações sobre o plantio de grãos e manejo dos bovinos de leite. A finalidade de organização e gestão da propriedade foi relatada em 19,1% dos casos, ao passo que, a finalidade de investimento (11,8%) e comercialização (1,8%) aparecem em menor frequência.

Apesar da importância do apoio técnico para a finalidade de investimento

(BITTENCOURT, 2003), neste estudo ela aparece em 11,8% dos casos apenas, porém, como já destacava Dalcin (2010), as decisões de investimento são, preferencialmente, tomadas em conjunto com a família.

A periodicidade da assistência técnica recebida pelos agricultores entrevistados apresentou variações, sendo que, em 39,2% dos casos ela é mensal, o mesmo percentual (39,2%) aparece para aqueles que relataram recebê-la apenas quando solicitado, em especial, produtores de grãos que acionam a assistência durante as épocas de plantio, ou pecuaristas para o trato de bovinos. A periodicidade quinzenal (1,4%), bimestral (4,1%), trimestral (5,4%), semestral (9,5%) e até anual (1,4%) apareceram em menor frequência.

Sobre a satisfação em relação à assistência técnica recebida, 74,3% relataram estarem satisfeitos, enquanto que, 12,3% mencionaram a insatisfação e, 13,5% a indiferença. Em relação àqueles que destacaram a indiferença ou insatisfação, os principais relatos voltam-se para a pouca assiduidade com que a recebem.

Diante do exposto, ao caracterizar as unidades familiares participantes do PRONAF Investimento do município de Campina das Missões observam-se diferentes realidades, sendo que, dentre os grupos familiares que acessaram há aqueles mais e menos numerosos, também há aquelas unidades que ainda contam com atuação de membro jovem ao passo que, a maior parte não mais. Uma característica que predominou nas unidades foi a utilização da mão de obra familiar, sendo relatado apenas um caso de contratação desta. Quanto aos estabelecimentos, estes apresentaram variações quanto à disponibilidade de áreas de terra para produção, alguns com menor disponibilidade, outros com mais disponibilidade, característica que segundo Mazoyer e Roudart (2010) pode ser explicada, a partir de um processo histórico, social e econômico ocorrido no sistema agrário daquele local.

Porém, a dinâmica de produção desempenhada pela agricultura familiar está vinculada ao processo de desenvolvimento agrícola (NAVARRO, 2001) e, neste sentido, apesar de ter sido observada a prática de diferentes atividades produtivas entre alguns estabelecimentos, a bovinocultura de leite e cultivo de grãos como milho e soja se sobressaem frente às demais. A intensidade da produção e comercialização realizada por algumas unidades apresentaram diferenças, características que refletem no faturamento bruto médio mensal destas, repercutindo também em diferentes níveis de faturamento entre as unidades pesquisadas. Quanto à assistência técnica, verificou-se que é, preferencialmente, acionada para a finalidade de produção.

Assim, ao caracterizar as unidades de produção familiar participantes do PRONAF Investimento do município tem-se uma percepção sobre a situação e realidade das mesmas, pois, assim como destaca Panno (2016) o conhecimento que o agricultor tem de sua situação e futuro da propriedade, quanto aos sucessores, influências econômicas e ambientais dos cenários agrícolas, são diretrizes que interferem e auxiliam no momento das decisões.

4.2 O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR

O processo de tomada de decisão está implícito nas ações do dia a dia dos agricultores, podendo ser rotineiro e/ou complexo, além de ser realizado sob diferentes formas. Dentre as unidades familiares participantes da amostra em 94,5% delas, o processo de tomada de decisão ocorre em conjunto com o grupo familiar, ou seja, as decisões são pensadas e discutidas entre os membros do grupo familiar. Em 5,5% das unidades as decisões são tomadas apenas pelo proprietário entrevistado, representando casos onde os pais delegaram tal tarefa para os filhos em razão da impossibilidade ou desvinculação das tarefas rurais, ou também como opção do próprio agricultor. O entorno das decisões na família também é um aspecto destacado por Andrade (2010) sendo a família uma das determinantes deste processo.

a) As orientações dos agricultores familiares

Associadas ao processo de tomada de decisão estão as orientações de valor que contribuíram para que os agricultores familiares acessassem o PRONAF Investimento. Essas orientações podem ser, segundo Gasson (1973), de cunho instrumental (1) quando relacionadas a questões econômicas, como a obtenção de renda e segurança nas condições de trabalho; social (2), quando existe a preocupação com as relações interpessoais; expressiva (3), que diz respeito à autoexpressão e realização pessoal; e a intrínseca (4), relacionada ao desempenho das atividades do meio rural com qualidade de vida.

Projetando as orientações de valor dos agricultores que acessaram o PRONAF Investimento, são apresentadas as médias gerais das quatro categorias exploradas, bem como as médias de cada objetivo que compõem a orientação e o respectivo desvio padrão, permitindo identificar a dispersão dos dados em torno da média. (Tabela 12).

Tabela 12 - Orientações de valor que contribuíram para aquisição do PRONAF Investimento pelos agricultores familiares:

Orientações	Objetivos	Média individual	Desvio Padrão	Média da Orientação
Intrínseco	Qualidade de vida no trabalho	4,77	0,4	4,70
	Satisfação pelo trabalho/atividades	4,73	0,5	
	Gosto pelas tarefas agrícolas	4,70	0,5	
	Independência na realização das tarefas	4,59	0,7	
Expressivo	Alcançar um objetivo/crescimento	4,52	0,7	4,43
	Satisfação em sentir-se proprietário	4,51	0,9	
	Realização pessoal	4,43	0,9	
	Exercer habilidades e aptidões	4,29	0,9	
Social	Bem-estar da familiar	4,89	0,3	4,38
	Trabalhar com a família	4,82	0,5	
	Dar continuidade ao trabalho familiar	4,63	0,6	
	Melhor/Maior inserção no mercado	4,02	1,1	
	Obter prestígio social como agricultor	3,56	1,3	
Instrumental	Diminuição penosidade	4,62	0,9	4,28
	Aumento produção/productividade	4,55	0,6	
	Obtenção de renda satisfatória	4,41	0,6	
	Maximização da renda	3,93	1,1	
	Expansão dos negócios	3,91	1,2	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Observa-se na Tabela 12 que os agricultores familiares que acessaram o PRONAF Investimento possuem forte orientação intrínseca, sendo esta a orientação com maior média geral dentre as quatro orientações (4,70). A partir desta orientação, os agricultores visam desfrutar das atividades do meio rural com qualidade de vida, com satisfação, gosto e independência, ou seja, os agricultores buscavam, por meio dos investimentos, melhorar os aspectos relacionados à atividade e ao próprio trabalho.

Os valores da orientação expressiva aparecem na sequência (4,43), a qual traz a ideia de pertencimento, de ser proprietário, de obter um melhor desempenho nas atividades, proporcionando a realização pessoal. Neste caso, os agricultores buscavam por meio dos investimentos alcançar um objetivo pessoal, a satisfação de ser proprietário, possuindo seus próprios maquinários e infraestrutura produtiva, a realização pessoal atrelada às aquisições, além de poder exercer habilidades e aptidões para melhor desempenho de seu trabalho.

Por conseguinte, aparece a orientação social (4,38), onde pesam as relações interpessoais e, neste estudo, mais fortemente relacionado ao grupo familiar. Os agricultores

ao realizarem as aquisições por meio do PRONAF Investimento estavam preocupados com o bem-estar da família. Trabalhar com a família e a oportunidade de dar continuidade ao trabalho familiar também foram fatores que pesaram no momento da contratação. Melhor e maior inserção no mercado, e a obtenção de prestígio social, ou seja, maior reconhecimento como agricultor também contribuiu para a realização das aquisições.

Por último, destaca-se a orientação instrumental (4,28) relacionada, principalmente, à redução da penosidade do trabalho, assim como o aumento da produção/produktividade, obtenção de renda satisfatória, maximização da renda e intenção de expansão dos negócios, sendo que, por meio dos investimentos realizados pelo PRONAF os agricultores buscavam o crescimento do negócio, com a intenção de obter maiores ganhos financeiros na atividade.

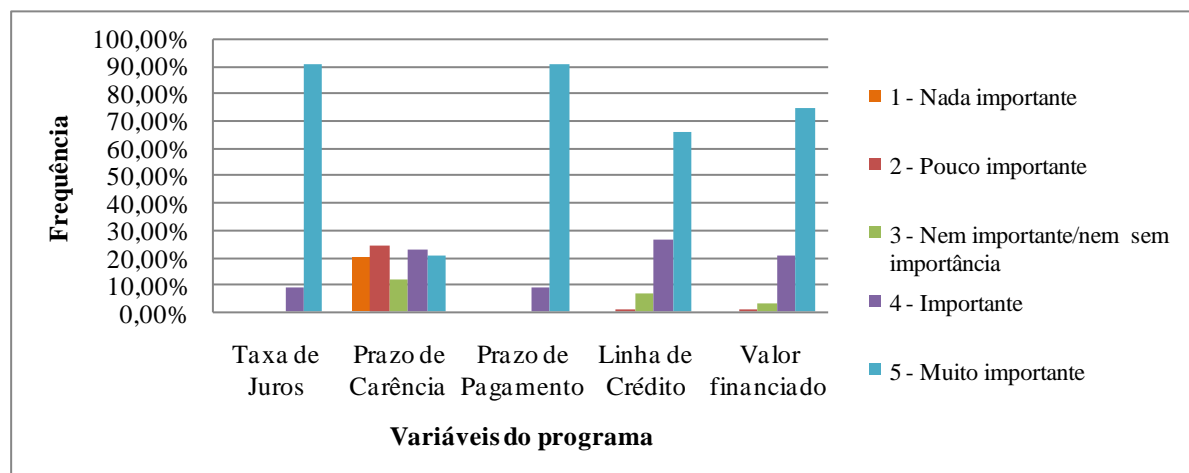
Assim, observa-se que há quatro orientações nas decisões dos agricultores familiares, assim como já destacava Gasson (1973), pois segundo a autora, nenhum motivo é puramente econômico ou não-econômico, contudo, para alguns agricultores os econômicos podem ser mais relevantes do que para outros.

Com base nas orientações dos agricultores familiares observa-se ainda que estas estão relacionadas a suas 'liberdades', ou seja, como explica Sen (2010), aos meios e fins almejados por eles quando do acesso aos recursos do PRONAF Investimento.

b) As variáveis do PRONAF Investimento que contribuíram nas aquisições dos agricultores familiares

No processo de tomada de decisão dos agricultores familiares, além de conhecer suas orientações de valor também foram analisadas, segundo o nível de importância, as variáveis do programa que contribuem no acesso ao PRONAF Investimento, que são a taxa de juros, o prazo de carência, prazo de pagamento do financiamento, as linhas de crédito, e o valor do financiamento, conforme pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Variáveis que contribuíram para aquisição do PRONAF Investimento, classificadas pelos entrevistados segundo o nível de importância:



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Dentre as cinco principais variáveis relacionadas ao programa, observa-se no Gráfico 3, que a taxa de juros e o prazo de pagamento destacam-se como as duas principais, sendo que mais de 90% dos entrevistados atribuíram o maior grau de importância para cada uma destas condições. O prazo de carência foi a variável que mais apresentou variabilidade nas respostas, sendo que ficaram divididos aqueles que a consideraram como ao menos importante (44,0%) e com pouca ou nenhuma importância (44,0%), sendo que 12,0%, a consideraram como nem importante nem sem importância. A linha de crédito foi avaliada como muito importante em 65,9% dos casos, enquanto que a consideraram como importante 26,4% dos participantes, 6,6% consideraram como nem importante nem sem importância e pouco importante 1,10% deles. O valor financiado foi considerado como muito importante por 74,7% dos respondentes, como importante por 20,9%, como nem importante nem sem importância 3,3% deles e 1,1% atribuíram como sendo pouco importante.

A taxa de juros do PRONAF se apresentou como uma das principais condicionantes de acesso aos recursos do programa, sendo que conforme explica Pereira (2013) no âmbito do crédito rural, como instrumento de política agrícola são praticadas taxas de juros favorecidas, em especial, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Ademais, entre os Planos Safra 2011-2012 a 2014-2015 as taxas de juros para a finalidade de investimento se mantiveram na faixa dos 2% a.a, ocorrendo uma elevação com o lançamento do Plano Safra 2015-2016, atingindo até 5,5% a.a. (BIANCHINI, 2015). Segundo Bianchini (2015) com o lançamento do Plano Safra 2015-2016 os juros do PRONAMP

(Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) programa este que atende os médios produtores rurais, as taxas de juros para operações de investimento ficaram em 7,5%, ou seja, superior a taxa de juros do PRONAF. Nesse sentido, observa-se que a taxa de juros subsidiada do PRONAF é um diferencial deste programa, sendo uma das determinantes do investimento e que atrai os agricultores como destacado nos estudos de Schuhmann (2012) e Ayub (2012).

O prazo de pagamento do financiamento, que pode chegar até 10 anos, também foi uma variável de importância para acesso ao programa, identificada neste estudo. A dilatação para pagamento em longo prazo com parcela única a cada ano se torna um atrativo, pois diante das instabilidades existentes no meio rural, o agricultor tem maior flexibilidade para juntar o dinheiro necessário para arcar com seu compromisso. A dilatação do prazo para pagamento dos financiamentos foi um dos aspectos positivos citados por agricultores familiares que acessaram o PRONAF, no estudo realizado por Schwantes (2011)

As oscilações apresentadas em relação às opiniões sobre o prazo de carência mostraram que os agricultores optam pela condição mais adequada diante da realidade que se encontram, sendo que há aqueles que preferem pagar no ano seguinte da contratação, sem utilizar a carência, dilatando assim, o valor das parcelas, como também há aqueles que preferem utilizar a carência, aproveitando a renda proveniente do próprio investimento para pagamento das prestações.

As linhas de crédito acessadas também foram consideradas como importantes no momento da contratação, com destaque para a linha de crédito do Mais Alimento, lançada em 2008, e a linha transitória instituída pela Resolução nº 4.112, disponibilizada em 2012, que oferecia condições especiais de acesso, liberada no amparo do PRONAF Mais Alimento, bem como a linha de crédito do PRONAF Agroindústria, sendo estas as linhas citadas pelos agricultores entrevistados.

O valor financiado através do programa também foi considerado uma variável importante, considerando que, segundo dados disponíveis no Manual do Crédito Rural (2017) os limites por beneficiário liberados para investimentos, em especial, para a linha Mais Alimento e Agroindústria, podem chegar a R\$ 165.000,00, e até mesmo a R\$ 330.000,00 mil reais por ano agrícola, desde que observadas as condições previstas neste manual.

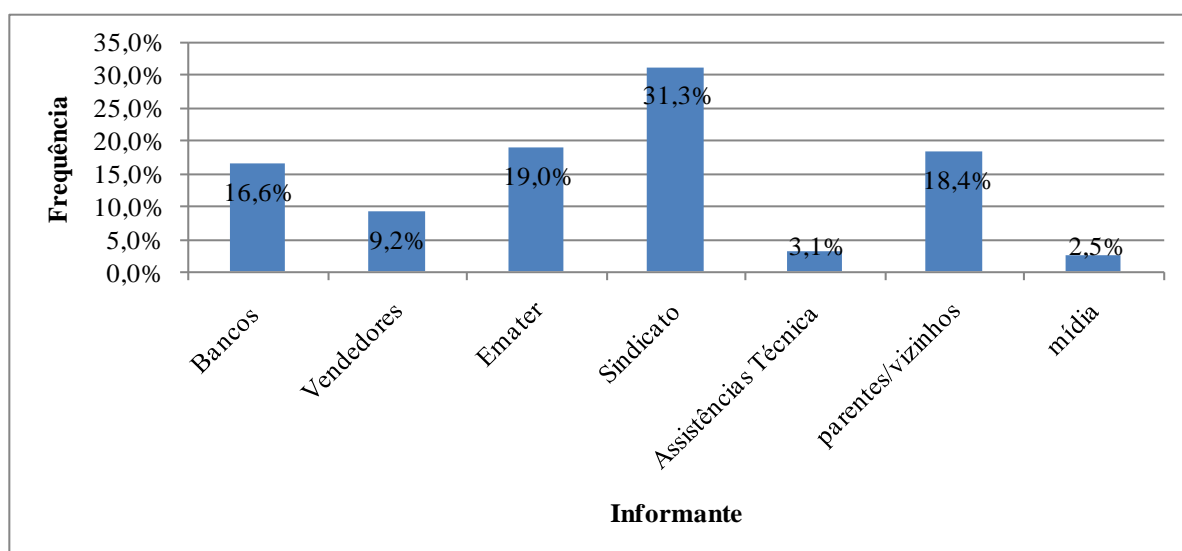
Diante disso, observa-se que as cinco variáveis tiveram contribuições nas aquisições do PRONAF Investimento, em especial, a taxa de juros e o prazo de pagamento, ao passo que, o prazo de carência apresentou as maiores oscilações nas opiniões dos agricultores quanto à

contribuição desta variável. Assim, verifica-se que estas variáveis são condicionantes importantes para contratação dos recursos por meio do programa, por parte dos agricultores familiares, pois as condições diferenciais de acesso aos recursos permitem que estes agricultores consigam acessá-los e assim, como destaca Sen (2010), desfrutar de suas ‘liberdades’.

c) Canal de informação e influência no processo de aquisição do PRONAF Investimento

O conhecimento por parte do agricultor familiar sobre a existência e o próprio funcionamento do PRONAF Investimento se deu, a partir de diferentes canais, conforme se verifica no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Fonte de informação sobre o crédito do PRONAF Investimento:



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Conforme pode ser verificado no Gráfico 4, o Sindicato (31,3%) foi o canal mais citado como informante sobre o programa, seguido da EMATER, que foi mencionada em 19% dos casos. A divulgação ainda ocorreu entre os próprios parentes e vizinhos dos agricultores (18,4%), através de instituições financeiras, como os Bancos (16,6%). Os vendedores de maquinário e implementos, ao visitar os agricultores em suas propriedades faziam esta divulgação (9,2%). Nos demais casos (5,5%) destacam-se a assistência técnica e a mídia como informantes.

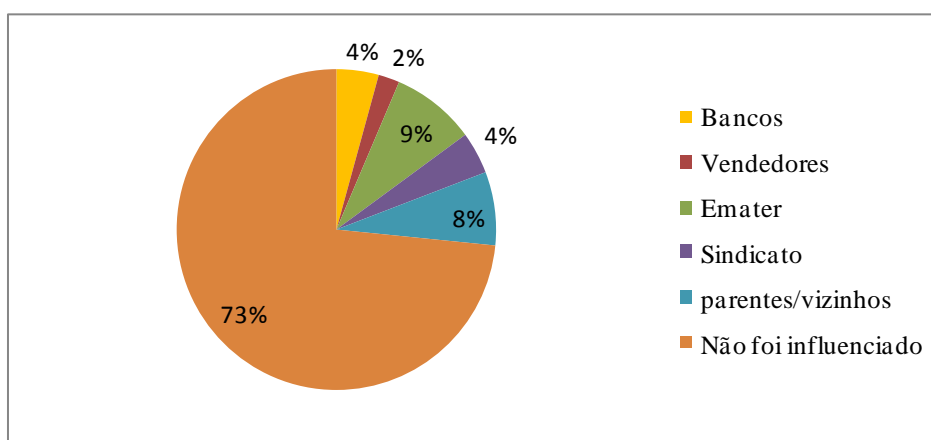
Já no estudo de Schuhmann (2012) realizado com agricultores que acessaram o PRONAF Mais Alimento no município de Teotônia, os mesmos tomaram conhecimento do programa, principalmente, através da mídia (27,45%), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (23,53%) e dos Bancos (17,65%).

Assim, observa-se neste estudo, que a maior frequência na participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) na divulgação do programa, pode estar relacionada ao fato do STR ser o responsável pela emissão e atualização da DAP aos agricultores, que é o documento necessário para participação do programa. Danta e Pinto (2006) explicam que, na maioria dos casos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais é o responsável pela emissão deste documento, contribuindo na atração dos agricultores familiares para a sindicalização.

Quanto aos outros agentes que atuaram na divulgação, observa-se ainda a participação da EMATER do município que tem como uma de suas atividades a elaboração dos projetos de financiamento por meio do PRONAF, fato que contribui para a divulgação do programa junto aos agricultores do município. Ademais, os parentes e vizinhos atuam na divulgação do programa no dia a dia deles, através de trocas de conhecimento e, principalmente, experiências geradas pelas aquisições. Os Bancos atuam na divulgação por se tratar de uma das partes interessadas com a efetivação do financiamento, assim como também é o caso dos vendedores que se beneficiam com as aquisições realizadas pelos agricultores.

Além dos canais de informação, também foi verificada a influência externa exercida sobre a decisão de adquirir o PRONAF Investimento, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 - Influência externa sobre a decisão de adquirir o PRONAF Investimento:



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Apesar dos agricultores terem sido informados a partir de diferentes canais, 73% dos entrevistados relataram não terem sido influenciados por agentes externos em sua decisão de investimento por meio do PRONAF. Em 9% dos casos destacou-se a influência por parte da EMATER, bem como aquela exercida pelos próprios parentes e vizinhos (8%), Sindicato (4%), bancos (4%) e vendedores (2%).

Já Schumann (2012), ao analisar a influência externa na decisão em investir por meio do PRONAF Mais Alimento, de agricultores familiares de Teotônia, identificou uma significativa influência de parentes/vizinhos (66,67%) e de vendedores de implementos (23,53%). Porém, mesmo apresentando esta influência externa, a autora destaca que os agricultores familiares possuem uma racionalidade própria, analisando estas influências quando do processo de tomada de decisão sobre a realização de um investimento, primando pela reprodução social e material das unidades.

Assim, considerando o processo de tomada de decisão dos agricultores familiares participantes do PRONAF Investimento do município de Campina das Missões, observa-se que o modelo decisório das unidades está centrado, basicamente, no entorno do grupo familiar. Sobre as orientações de valor que contribuíram para a aquisição do PRONAF Investimento por estes agricultores, verificou-se que os mesmos possuem forte orientação intrínseca, primando pela qualidade de vida, principalmente, seguida da orientação expressiva, social e instrumental. Quanto às variáveis do programa que contribuíram para o acesso dos agricultores aos recursos do programa, as cinco variáveis tiveram contribuições nestas aquisições, contudo, destaca-se a taxa de juros e o prazo de pagamento como as principais. Ademais, os agricultores tomaram conhecimento do programa através de diferentes canais, com destaque para a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, apesar dos diferentes canais de divulgação, manifestam não terem sido influenciados por agentes externos em suas decisões.

Diante destas constatações, e como salienta Schumann (2012), a racionalidade no uso dos recursos do PRONAF, pelos agricultores familiares, revela-se em suas experiências, contextos locais e, em suas estratégias de contratação. Assim, o modelo decisório dos agricultores, suas orientações de valor e suas estratégias de contratação e uso dos recursos do programa refletem em seu entorno, gerando repercussões e situações de desenvolvimento entre as unidades de produção familiar e, conseqüentemente, no contexto local e regional.

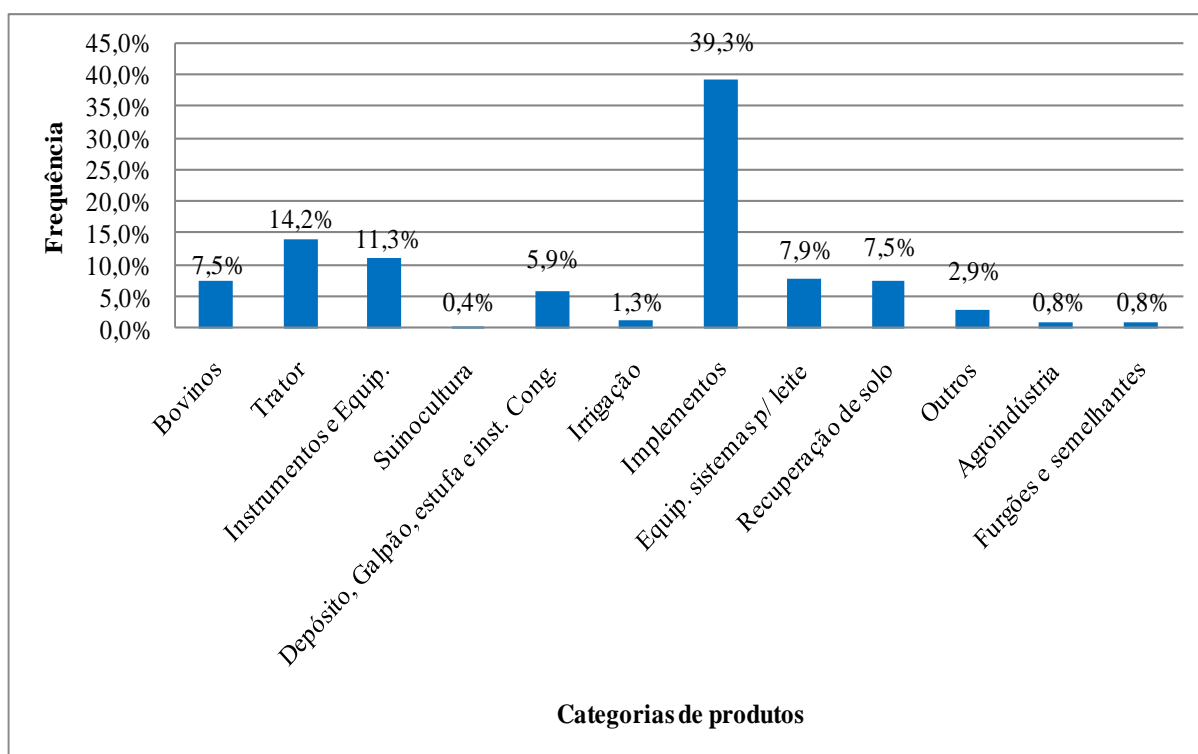
4.3 REPERCUSSÕES DO PRONAF INVESTIMENTO

O PRONAF e, especificamente, a finalidade de investimento, por ser uma política pública, tem um objetivo estabelecido como já discutido anteriormente. Neste caso, o acesso ao programa, em termos de produtos financiados, condições de acesso, valores contratados e resultados destas aquisições foram investigadas junto às unidades de produção familiar, a fim de identificar suas repercussões.

a) Os produtos financiados por meio do PRONAF Investimento

Os investimentos realizados por meio do PRONAF, tanto na finalidade agrícola como pecuária abrem para um vasto leque de produtos que podem ser financiados pelos agricultores familiares. Os produtos adquiridos pelos agricultores de Campina das Missões-RS, participantes da amostra, foram agrupados por categorias que contemplam todos os 239 itens que foram adquiridos por eles, conforme apresenta-se no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Categoria de produtos financiados por meio do PRONAF Investimento:



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Dentre as categorias de produtos, destacam-se os implementos¹¹ (39,3%), tratores (14,2%) e os instrumentos e equipamentos¹² (11,3%) como aqueles mais adquiridos pelos agricultores entrevistados. Na sequência, aparecem os equipamentos e sistemas voltados à produção de leite (7,9%), bovinos (7,5%) e recuperações de solo (7,5%). Depósitos, galpões, estufas e instalações congêneres somaram 5,9% dos casos e, em menor percentual, apareceram os investimentos em sistemas de irrigação (1,3%), equipamentos e infraestrutura de agroindústria (0,8%), furgões e semelhantes (0,8%) e investimentos na suinocultura (0,4%). Produtos mais diversos, classificados como outros nesse estudo, que representaram 2,9% dos casos.

Na categoria bovina (7,5%) destaca-se a aquisição de animais para bovinocultura de leite. Na categoria tratores se destaca a aquisição de tratores novos e usados por parte dos agricultores familiares. Entre os instrumentos e equipamentos, a aquisição de geradores (5,0%), roçadeiras de mão (2,1%) e triturões (2,1%) sendo esses os produtos mais citados. Na suinocultura foi citada a construção de granjas (0,4%), enquanto que na categoria depósitos, galpões, estufas e instalações congêneres, foi mais citada a construção de galpão (3,3%) e reforma de galpão (1,3%). Já na categoria irrigação, o próprio sistema foi mencionado em 1,3% dos casos.

Entre os implementos, categoria onde foi citado o maior quantitativo de produtos (totalizando 94 itens), destacando-se as plantadeiras e/ou semeadeiras (5,9%), carretão (5,9%), roçadeiras (4,6%), e pulverizadores (4,6%) como os mais frequentes.

Em relação aos produtos da categoria de equipamentos e sistemas voltados à produção do leite, destaca-se a aquisição de ordenhadeiras (2,5%), resfriadores (2,5%) e salas de ordenha canalizadas (1,7%) como os principais produtos comprados.

Na categoria recuperações de solo foi destacada a recuperação de áreas com solos degradados (7,5%). Para a categoria agroindústrias foi mencionada a aquisição de equipamentos juntamente com a infraestrutura para funcionamento da mesma (0,8%). Nos furgões e semelhantes foi enquadrada a compra de carretas agrícolas (0,8%). E, por fim, na categoria: outros, foram mencionados a compra de pneus (0,8%), zinco (0,4%) e cabinas (0,4%) com maior frequência.

A compra de implementos e tratores que se destaca neste estudo (39,3% e 14,2% das

¹¹ Contempla todos os itens que podem ser acoplados à tração de um trator ou colheitadeira.

¹² Contempla todos os itens que funcionam como acessórios às atividades do meio rural e que não necessitam da tração de um trator para funcionarem.

aquisições respectivamente), também aparecem como principais objetos de investimento no estudo realizado por Schuhmann (2012) representando 50,98% das aquisições. Por se tratar de produtos, em sua maioria de valores mais elevados, ao serem contratados por meio do financiamento do PRONAF estes investimentos podem ser diluídos para pagamento em longo prazo, facilitando a aquisição destes itens.

Os produtos adquiridos pelos entrevistados representavam, em sua maioria, itens cujo valor bruto era de até 10 mil reais (51,5%), aparecendo na sequência, aqueles com valor superior a 10 mil reais (Tabela 13), sendo que, quanto maior o valor do bem, menor a frequência.

Tabela 13 - Valor bruto dos itens adquiridos através do PRONAF Investimento pelos entrevistados:

Valor bruto dos produtos	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Até R\$ 10 mil	123	51,5
Acima de R\$ 10 até R\$ 50 mil	78	32,6
Acima de R\$ 50 até R\$ 100 mil	35	14,6
Acima de R\$100 até R\$ 150 mil	3	1,3
Total	239	100

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

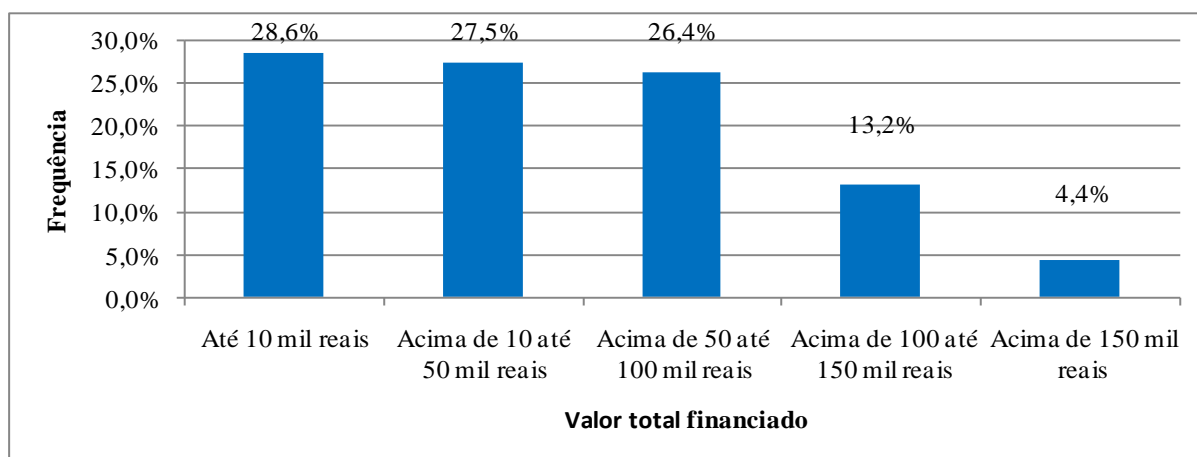
A maior frequência nas aquisições de itens avaliados em até R\$ 10 mil reais é explicada devido à criação da linha especial de crédito de investimento, no âmbito do PRONAF investimento Mais Alimento, no ano de 2012, cujo limite de crédito era este valor, oferecendo condições diferenciadas em relação à taxa de juros e com bônus de adimplemento. Contudo, itens deste valor também foram adquiridos através da linha tradicional do Mais Alimento, assim como a aquisição de itens cujo valor era acima de R\$ 10 mil reais, que foram contratados através dos créditos de investimento da linha Agroindústria ou Mais Alimento.

Em relação ao financiamento dos produtos, a maior parte dos entrevistados financiou o valor total do bem (90,0%), enquanto que 10,0% deram uma contrapartida com recurso próprio, financiando o restante. Assim, observa-se que o financiamento total do investimento acaba sendo a opção preferível, em parte relacionado às próprias condições subsidiadas do programa.

O programa permite que as unidades de produção familiar realizem mais de uma aquisição pelo PRONAF Investimento, desde que respeitado o valor limite de

endividamento¹³ estabelecido no Manual do Crédito Rural (BCB, 2017). Para o caso em estudo, foi verificada a quantidade de itens adquiridos pelas unidades de produção familiar, em uma ou mais operações, variando de 1 até 6 produtos adquiridos por unidade, e cujo valor total contratado no período (2012 – 2015) é apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Valor total financiado pelas unidades de produção familiar durante o período de 2012 a 2015:



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A leitura do Gráfico 7 indica que a maior parte dos entrevistados (82,4%) financiaram durante o período em estudo, valores até 100 mil reais. Agricultores que financiaram valores superiores a 100 mil representam 17,6% dos casos.

Paetzold (2015) ao analisar os agricultores do município de Palma Sola/SC que contrataram os recursos do PRONAF Mais Alimento durante o período de 2009 a 2014 também identificou uma maior concentração de valores abaixo de R\$150.000,00 mil reais. O autor explica que essa concentração acontece devido ao foco da sua pesquisa ser em propriedades pequenas, que tendem a financiar valores mais baixos, outra explicação são os setores investidos, no caso, bovinocultura de leite e culturas anuais, sendo que, na maioria das vezes, as aquisições realizadas acabam sendo utilizadas para ambas as atividades desenvolvidas na unidade de produção.

13 “O endividamento por mutuário no âmbito do Pronaf, na data da contratação da nova operação, respeitados os limites específicos de cada linha ou modalidade de crédito, os quais são independentes entre si, não pode ultrapassar, considerando o somatório do saldo devedor "em ser" do mutuário para todas as suas operações individuais, participações em créditos coletivos e a nova operação” (BCB, 2017, p.109) podem ser: para aquelas com risco parcial ou integral da instituição financeira o valor será de até R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) para investimento (BCB, 2017, p.109).

Neste estudo, a predominância na contratação de valores até 100 mil reais durante o período (2012 a 2015) também remete à análise do porte das unidades de produção familiar, aliada às necessidades dos agricultores, atividades investidas e também aos produtos adquiridos.

Em relação ao período da aquisição, os produtos financiados pelos entrevistados por meio do PRONAF Investimento foram adquiridos, principalmente, nos anos de 2012 (49,0%) e 2013 (23,4%), entendido, em parte, pela liberação dos recursos para a linha de Crédito Especial de Investimento, que ocorreu em 2012 e se estendeu até início de 2013, contribuindo para uma maior procura dos recursos em razão das próprias condições de oferta deste crédito. No ano de 2014 foram realizadas 18,8% das aquisições em 2015 outras 8,8% delas.

A maior concentração das aquisições nos anos de 2012 e 2013 também por ser interpretada a partir da Tabela 3, que apresenta o quantitativo de contratos do PRONAF Investimento para o município de Campina das Missões, para o período em análise, sendo que o maior número de contratações ocorreu nestes dois anos. Em contraponto, o ano de 2015 aparece com o menor quantitativo, refletindo também na pesquisa. A queda no número de contratações no ano de 2015 também pode ser entendida em razão da elevação na taxa de juros com o lançamento do Plano Safra 2015-2016 (MDA, 2017).

A partir destes dados observa-se que a demanda por crédito foi decrescente de 2012 a 2015, havendo uma maior concentração nos anos de 2012 e 2013 que pode estar relacionada à política praticada no período, ou seja, ocorre a liberação de um crédito especial para atender a demanda dos agricultores dos municípios da região Sul atingidos pela seca ou estiagem com condições diferenciadas, aliada à taxa de juros imposta no período, que se manteve baixa em comparação ao ano de 2015, quando ocorre a elevação desta, fato que pode ter repercutido em uma menor procura pelos investimentos.

Em relação à linha de crédito, pela qual foram adquiridos os produtos acima citados, mais da metade destes (58,6%) foram adquiridos através da linha de crédito Mais Alimentos. Destaca-se ainda que, 41,0% dos produtos foram adquiridos pela linha de crédito transitória, sendo esta a Linha Especial de Crédito de Investimento para Agricultores Familiares de municípios da região Sul afetados pela seca ou estiagem (Resolução nº 4.112/12), ao amparo do PRONAF Mais Alimento, com condições diferenciadas para recursos, estando limitada a 10 mil reais, taxa de juros de 1% a.a. e bônus de adimplência de 20% (BCB, 2012). Por conseguinte, e em menor percentual (0,4%), ocorreram aquisições pela linha de crédito

Agroindústria.

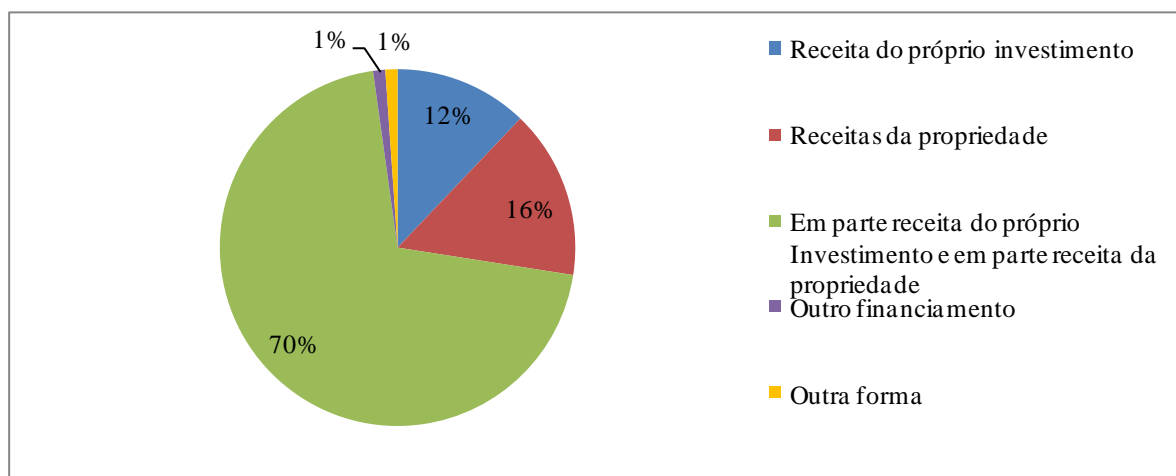
Com a criação da linha de crédito Mais Alimentos, em 2008, o PRONAF retoma o crescimento da finalidade de investimento, passando a oferecer melhores condições de acesso ao crédito, em relação à taxa de juros e prazo de pagamento (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014) o que também contribuiu para uma maior procura por esta linha de financiamento que se destaca em termos de contratação no município em estudo. Ademais, observa-se ainda que a criação de linhas transitórias, como no caso da linha Especial de Crédito de Investimento para municípios da região Sul afetados pela seca ou estiagem, no amparo do Mais Alimento, também teve uma boa adesão por parte dos agricultores familiares, confirmando a demanda por este crédito.

Além da linha de crédito Mais Alimentos, voltada ao investimento, o PRONAF ainda conta com outras linhas para esta finalidade, como o PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF agroindústria, PRONAF ECO, entre outra (BCB, 2017; MDA, 2016). Contudo, apesar da diversidade de linhas de crédito ofertadas, observa-se neste estudo uma maior demanda ao crédito do Mais Alimento e, em menor frequência pela linha PRONAF agroindústria

Em relação à forma de pagamento dos financiamentos, a maioria dos entrevistados optou por iniciar o pagamento no ano seguinte à contratação, ou seja, sem período de carência (64,9%). Aqueles que optaram por um período de carência de até 1 ano representaram 10,0% dos entrevistados, 13,4% aqueles com 2 anos de carência e 11,7% com 3 anos de carência.

A opção por período de carência implica na redução do prazo de pagamento e, conseqüentemente, no acréscimo do valor das prestações. A partir dos relatos dos agricultores, em alguns casos, é interessante esse período de carência considerando que, o próprio investimento pode gerar a receita necessária para pagamento das prestações, como pode ser observado no Gráfico 8 que trata da origem dos recursos utilizados para pagamento das prestações do financiamento.

Gráfico 8 - Recurso utilizado para pagamento das prestações do financiamento do PRONAF Investimento:



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Para a realização dos pagamentos das prestações dos financiamentos foram utilizados em sua maioria (70%) recursos provenientes, em parte da receita do próprio investimento e, em parte, da receita da propriedade. Também foram realizados pagamentos utilizando a receita proveniente apenas da propriedade (16%), além de casos que utilizaram receita do próprio investimento (12%). O pagamento a partir da contratação de novo financiamento ou por meio de outra forma foi identificado em 1% dos casos cada um.

A realização de pagamentos utilizando recursos da propriedade ou do próprio investimento são ações que também dependem do tipo de investimento realizado, sendo que em alguns casos o próprio investimento gera receita para pagamento das prestações, como no caso da aquisição de bovinos, recuperações de solo. Em contraponto, outros investimentos, por si só, não são capazes de gerar receita, necessitando a utilização de recursos da propriedade para este pagamento.

Entretanto, cabe destacar que, embora em alguns casos o investimento não tenha gerado a receita para pagamento das prestações, ou apenas em parte, a receita da propriedade foi utilizada para esta quitação, sendo que em apenas 2% dos casos foi necessário recorrer a outras formas para liquidação deste compromisso, considerando que a receita do investimento e/ou da propriedade não foi suficiente para arcar com o mesmo.

Em relação aos casos de dificuldade de pagamento ou até inadimplência de pagamento Buainain et al. (2014) explicam que uma parte destas inadimplências estão relacionadas a problemas característicos do processo de produção e comercialização na agricultura, como o

baixo nível de produtividade e pouca vinculação aos mercados de alguns estabelecimentos, sendo que, nesses casos, estes estabelecimentos não conseguem produzir o suficiente para manter a unidade, gerando problemas quando do pagamento dos empréstimos. Segundo estes mesmos autores, eventos climáticos, queda dos preços, problemas de saúde de familiares, e outros eventos adversos podem afetar a gestão da propriedade e, conseqüentemente, interferir na capacidade de pagamento dos financiamentos.

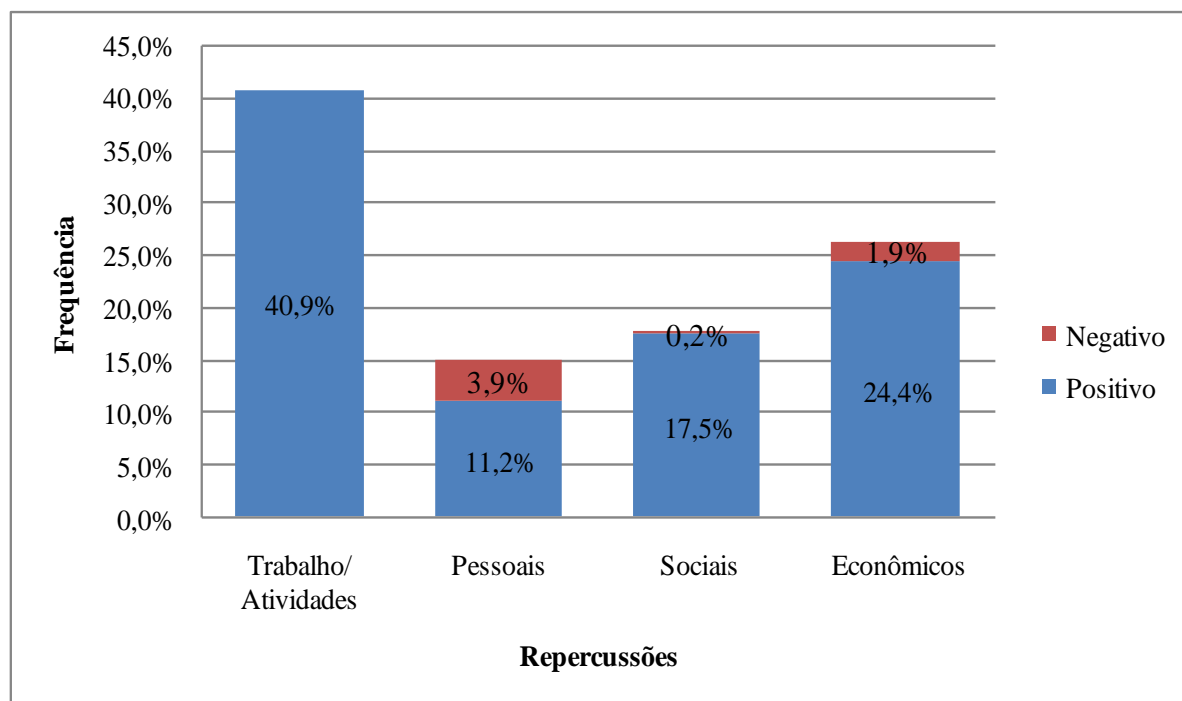
Entretanto, a leitura do Gráfico 9 indica que, de maneira geral, os agricultores familiares participantes da amostra estão conscientes de seus compromissos utilizando recursos da propriedade e/ou do próprio investimento, sendo relatados problemas quanto ao pagamento das prestações em 2% dos casos apenas. Neste contexto, e conforme destacado por Ayub (2012) em seu estudo sobre o PRONAF Mais Alimento com agricultores de Porto União/SC, os investimentos realizados ajudaram no desenvolvimento das propriedades e não representando um problema no momento do pagamento, entretanto, em casos isolados estes foram interpretados como forma de endividamento, por parte dos agricultores.

Em análise sobre a inadimplência dos agricultores que acessam o PRONAF em âmbito nacional, Guadagnin (2015) destaca que este índice estava em torno de 1,05%, representando um índice baixo dentro do sistema de crédito, o que mostra que os agricultores familiares estão pagando seus compromissos em dia, com reduzido índice de inadimplência entre aqueles que acessam o programa.

b) Repercussões das aquisições do PRONAF Investimento

A partir da descrição dos produtos e condições do financiamento foram analisadas as principais repercussões geradas às unidades de produção familiar, a partir das aquisições do PRONAF Investimento, que foram agrupadas nas categorias; trabalho/atividades, pessoais, sociais e econômicas. Os itens citados pelas unidades de produção familiar, como resultados do uso PRONAF, foram agrupados nestas categorias a fim de verificar onde foram observadas as maiores repercussões deste uso de maneira geral. Para cada categoria foram apresentadas as frequências das repercussões positivas e negativas, sendo que estas últimas, apenas quando da ocorrência (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Principais repercussões positivas e negativas geradas pelas aquisições através do PRONAF Investimento, agrupados por categorias:



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A leitura do Gráfico 9 indica que as aquisições realizadas por meio do PRONAF Investimento proporcionaram, em sua maioria (94,0%), resultados positivos às unidades de produção familiar participantes, gerando repercussões positivas, principalmente, no trabalho e nas atividades (40,9%). Seguidamente, aparecem as repercussões positivas econômicas (24,4%), sociais (17,5%) e pessoais (11,2%) geradas pelas aquisições realizadas através do programa. As repercussões negativas foram observadas em maior frequência na categoria: pessoais (3,9%), econômicas (1,9%) e sociais (0,2%).

Explorando cada uma das categorias acima, verificou-se como resultados positivos observados no desempenho do trabalho e nas atividades do meio rural, a maior flexibilidade operacional gerada pelas aquisições para 74,7% das unidades, seguida da redução da penosidade (61,5%), facilidade (35,2%) e agilidade (23,1%) proporcionada no desempenho das atividades também foram citadas pelas unidades, assim como, o aumento na independência para realização das tarefas (17,6%), aumento da qualidade de vida (25,3%), mais segurança (14,3%) e espaço para armazenagem (1,1%), além de maior precisão no desempenho das atividades (1,1%).

Os resultados econômicos citados pelas unidades destacam-se na melhoria da renda

(57,1%), aumento da produtividade da terra (35,2%), aumento da produção (31,9%) a expansão dos negócios (23,1%) e redução dos custos de produção (4,4%). Como efeito negativo nesta categoria, alguns agricultores elencaram a dificuldade de pagamento (7,7%), aumento dos custos de produção (2,2%), o comprometimento da renda familiar (1,1%) e a realização de investimento sem retorno (1,1%).

Efeitos sociais ocorreram através do aumento do bem-estar familiar (100%) e melhor/maior inserção no mercado (8,8%), sendo relatado apenas um caso de efeito negativo nesta categoria, onde ocorreu a diminuição do bem-estar com a vizinhança (1,1%).

Na categoria pessoais, os participantes mencionaram o aumento do bem-estar pessoal (31,9%), aumento da produtividade do trabalho desenvolvido (25,3%), e mais tempo livre para o lazer (12,1%). Em contraponto, como efeito negativo, foi citada a redução do tempo livre para o lazer (16,5%) e mais horas de trabalho (7,7%).

Diante dos principais resultados, em sua maioria positivos para os agricultores familiares, a partir das aquisições realizadas por meio do programa, o mesmo pode ser interpretado, assim como destaca Knorek e Ayub (2013) como um facilitador e fator de desenvolvimento rural pelos resultados gerados.

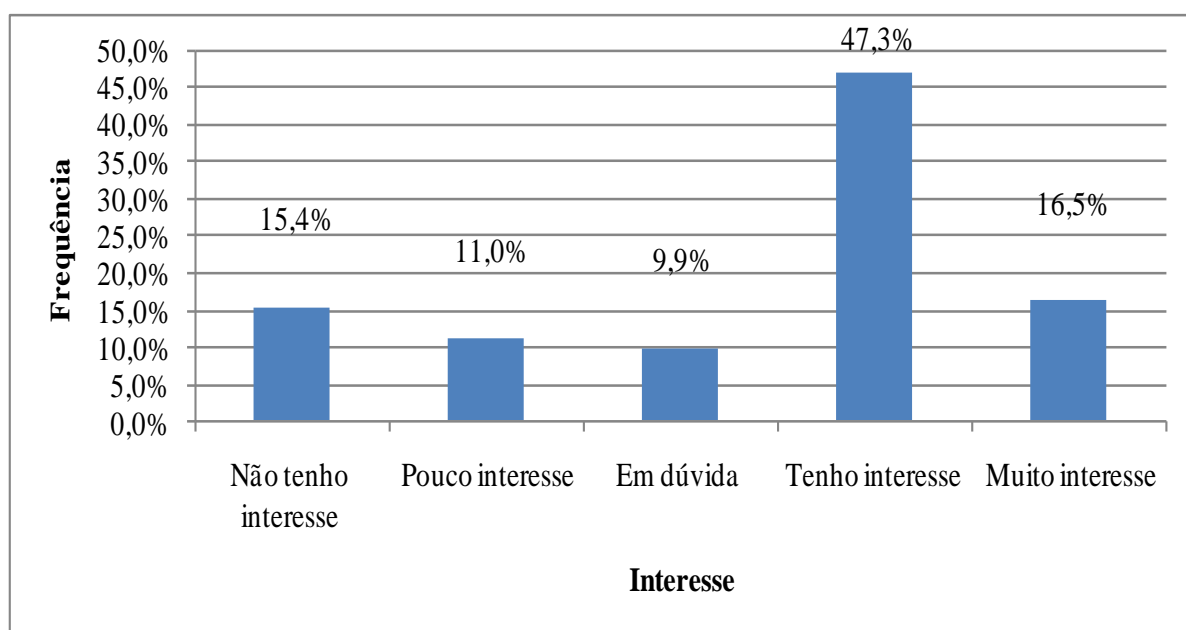
Segundo Kageyama o desenvolvimento rural deve ser interpretado como um processo multidimensional, não sendo identificado como crescimento econômico apenas, da mesma forma como Bracagioli Neto, Gehlen e Oliveira (2010) explicam que o mesmo deve incorporar questões relativas ao meio cultural, social, ambiental e econômico. Diante disso, observa-se que as repercussões do PRONAF Investimento em Campina das Missões/RS não ficaram limitadas à dimensão econômica apenas, mas repercutindo também na dimensão social, pessoal e, principalmente, no trabalho e nas atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares.

As repercussões do PRONAF Investimento também podem ser sentidas com relação à satisfação que os agricultores manifestam a partir da(s) aquisição(ões) realizada(s) por meio do programa, considerando que 97,8% dos entrevistados relataram estarem satisfeitos, enquanto que 2,2% acusaram apenas estar em parte satisfeitos, não sendo relatados casos de completa insatisfação. O nível de satisfação identificado representa que, de maneira geral, as aquisições realizadas por meio do programa vêm atendendo as necessidades e expectativas dos agricultores familiares entrevistados.

Essa constatação também é percebida ao questionar os agricultores sobre o interesse

em realizar novos investimentos, sendo que 47,3% relataram ter interesse e 16,5% manifestaram ter muito interesse, ou seja, o interesse ainda está presente entre a maioria dos agricultores familiares. Os entrevistados que acusaram ter pouco interesse representaram 11% dos casos, enquanto que 15,4% não possuem mais a intenção de realizar novos investimentos. Os que manifestaram estar em dúvida representaram 9,9% dos casos, conforme se observa no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Interesse dos entrevistados em realizar novo investimento por meio do PRONAF Investimento:



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Os agricultores que relataram não ter interesse, pouco ou até mesmo estarem em dúvida quanto a novos investimentos, mencionaram como principais motivos já estarem instalados, a idade avançada dos principais gestores, casos onde não haverá a sucessão familiar, a falta de mão de obra que limita novos investimentos, evitarem novos compromissos e as desistências em razão de problemas de saúde. Assim, observa-se que os casos de desinteresse possuem ligação com outras questões e problemas existentes no espaço rural, como no caso daqueles relacionados à sucessão familiar atrelados a problemas de saúde dos atuais gestores das unidades, limitando o desenvolvimento destas, e a resistência de alguns agricultores para realização de novos compromissos diante das condições do estabelecimento, aliada ainda às instabilidades existentes no meio rural, como clima e preços dos produtos.

Para aqueles agricultores que acusaram ter algum interesse e, em alguns casos, aqueles que ainda sentem dúvida, indagou-se sobre o prazo de realização do próximo investimento, sendo que 62,5% deles mencionaram que o fariam antes mesmo de três anos, aqueles que o fariam entre quatro e cinco anos foram 26,6% e, entre seis e dez anos 10,9% dos casos. Para os agricultores que manifestaram a realização de novo investimento apenas para um prazo superior a três anos destaca-se como principal motivo, a capacidade de pagamento deles.

Sobre as próximas aquisições os agricultores continuam manifestando o interesse em implementos, tratores, infraestrutura, como no caso, os galpões, maquinários e equipamentos em geral, sistemas voltados à produção de leite, sistemas de irrigação, aquisição de bovinos, suínos, recuperações de solo, investimento voltados à agroindústria, foram os itens mais citados pelos agricultores da amostra.

Em relação às sugestões dos agricultores, quanto a questões que ainda poderiam ser melhoradas no PRONAF, os principais relatos aparecem em relação à taxa de juros que, recentemente, teve um acréscimo implicando na inviabilidade de algumas operações. A burocracia para contratação do financiamento também foi alvo de críticas, principalmente, em relação a avalistas e maiores explicações quanto às taxas e seguros inclusos nas contratações.

Dificuldades na contratação em razão da necessidade de fiadores e do emprego de garantias com valores, por vezes, mais altos do que o financiamento, também foram alguns dos argumentos levantados no estudo realizado por Ayub (2012).

Ademais, dentre os agricultores familiares entrevistados de Campina das Missões/RS menos capitalizados, também relataram como sugestão a possibilidade de serem realizados projetos gratuitos, assim como, a necessidade de um apoio técnico, após a contratação.

De maneira mais geral, os agricultores familiares destacaram as incertezas enfrentadas no meio rural, principalmente, a dependência em relação à clima e falta de garantia de preços para os produtos que são comercializados.

A partir disso, verificam-se algumas das repercussões do PRONAF Investimento na agricultura familiar do município, através da inserção de novos produtos e meios de trabalho naquele espaço, como implementos, equipamentos, tratores, bovinos, recuperações de solo e demais categoria de produtos que foram contratados por meio de uma política pública, sendo ainda resultado de um processo decisório de agricultores. O valor total adquirido no período para a grande maioria das unidades de produção familiar não passou de 100 mil reais, representando que se tratam, em grande parte, de propriedades pequenas, que tendem a

financiar valores não tão elevados. Quanto ao pagamento dos financiamentos realizados, os dados mostram que os agricultores estão conseguindo arcar com seus compromissos. Em relação às repercussões, o programa vem gerando, na maioria dos casos, efeitos positivos nas unidades de produção familiar, mas intensivamente sentidos nas atividades e no trabalho. Mais da metade dos agricultores ainda apresentam interesse em investimentos pelo programa, mostrando uma expectativa de continuidade tanto da agricultura familiar do município como da necessidade deste programa para atender as demandas de investimento dos agricultores familiares.

4.4 O PRONAF INVESTIMENTO E SEUS INFLUENCIADORES

Com base nos dados e informações das unidades de produção familiar analisadas foi possível estabelecer algumas relações entre características, racionalidade e o financiamento realizado, permitindo obter um maior conhecimento sobre o uso do PRONAF Investimento pelos agricultores familiares que participaram do estudo.

a) Orientação de valor e características das unidades de produção familiar

Gasson (1973) destaca em seu estudo, que diferentes características podem ser associadas às orientações de valor dos agricultores, como no caso, o tamanho das propriedades, a renda, o tamanho da família, dentre outras. Nesse estudo, comparou-se a orientação de valor que contribuiu para a aquisição do PRONAF Investimento com características de faturamento, tamanho das propriedades em termos de área de terras disponível para produção e atuação de membro jovem nas unidades de produção familiar. Neste sentido, foram observadas mudanças de comportamento entre os agricultores na orientação instrumental, para as três características analisadas, e uma mudança de comportamento na orientação expressiva, apenas em relação à característica tamanho da propriedade (área de terras), como pode ser observado na Tabela 14.

Tabela 14 - Relação entre orientação de valor dos agricultores familiares e características das unidades de produção familiar:

Características	Orientação de valor							
	Intrínseco		Expressivo		Social		Instrumental	
	\bar{x} rank/Md	p	\bar{x} rank/Md	P	\bar{x} rank/Md	p	\bar{x} rank/Md	p
Faturamento								
Até 10 SM	47,0 / 5	0,60	43,9 / 5	0,31	45,7 / 5	0,85	40,1 / 4	0,003
Acima de 10 SM	44,6 / 5		49,1 / 5		46,5 / 5		54,6 / 5	
Área de terras								
Até 30 há	43,1 / 5	0,20	40,5 / 5	0,02	42,7 / 5	0,09	38,1 / 4	0,0009
Acima de 30 ha	49,0 / 5		51,9 / 5		49,5 / 5		54,1 / 5	
Jovem na UPF								
Sem jovem	46,4 / 5	0,83	45,7 / 5	0,85	45,5 / 5	0,75	41,0 / 4	0,005
Com jovem	45,3 / 5		46,6 / 5		46,9 / 5		55,2 / 5	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Legenda: SM - representação para salários mínimos brutos médios mensais; p - referente ao teste de *Mann-Whitney*; \bar{x} do rank- se refere a média do *ranking*, ou seja, à média da posição que os valores ocupam no conjunto de dados; Md: mediana obtida a partir do resultado de todos os objetivos relacionados em cada orientação.

A Tabela 14 indica que os agricultores familiares dos dois grupos, assim organizados, tendo por base características de faturamento (até 10 SM, acima de 10 SM), área de terras (até 30ha, acima de 30ha) e atuação de membro jovem na unidade de produção familiar (sem jovem, com jovem), não apresentaram diferenças de comportamento quanto à orientação intrínseca ($p=0,60$; $p=0,20$; $p=0,83$, respectivamente) e social ($p=0,85$; $p=0,09$; $p=0,75$, respectivamente). Em relação à orientação expressiva, observou-se apenas uma mudança de comportamento quando comparados os agricultores com base na área de terras ($p=0,02$), em relação à característica de faturamento e atuação de membro jovem não se identificaram mudanças de comportamento entre os agricultores nesta orientação ($p=0,31$ e $p=0,85$). Já ao analisar a orientação instrumental, mudanças de comportamento entre os agricultores familiares foram observadas nos três grupos de características analisadas ($p=0,003$; $p=0,0009$ e $p=0,005$, respectivamente).

Diante da mudança de comportamento na orientação expressiva observada em relação aos agricultores com base na sua área de terras disponível para produção (até 30 hectares e mais de 30 hectares) verifica-se que a média do *ranking* é superior para aqueles que detêm maiores áreas, ou seja, para aqueles que possuem acima de 30 hectares de terra, sendo que, para estes agricultores os fatores expressivos tiveram maior peso. Gasson (1973) aponta em seu estudo que, agricultores economicamente e socialmente estabelecidos podem atribuir

maior importância aos valores mais elevados, como no caso, os expressivos e instrumentais.

Quanto à orientação instrumental, tendo por base o faturamento obtido pelos agricultores familiares, na qual também constatou-se uma diferença de comportamento ($p=0,003$), os agricultores com faturamento acima de 10 salários mínimos brutos médios mensais, apresentaram uma mediana superior na orientação instrumental, quando comparado ao grupo com faturamento de até 10 salários mínimos, isso significa que, para o grupo de agricultores com maior faturamento esta orientação teve maior peso e maior importância quando das suas aquisições realizadas por meio do PRONAF Investimento.

A mesma análise acima foi realizada com base na área de terras dos agricultores, sendo que foi identificada diferença entre os dois grupos em relação à orientação instrumental ($p=0,0009$). Com base na mediana desta orientação, verifica-se que ela é mais elevada para agricultores com área superior a 30 hectares, ou seja, para este grupo os aspectos econômicos e de redução da penosidade no trabalho pesam mais nas decisões do que para o grupo dos agricultores com menores áreas de terra.

Gasson (1973) explica uma possível relação entre tamanho das propriedades e valores dos agricultores a partir de duas hipóteses; sendo a primeira, que os agricultores se adaptam a sua realidade e passam a valorizar seus aspectos mais favoráveis, negando aqueles não satisfeitos de modo a evitar frustrações; já em relação a segunda hipótese, entende-se que os grandes agricultores tendem a destacar mais seus aspectos financeiros, ao passo que, aqueles menos favorecidos podem querer destacar os aspectos intrínsecos e/ou expressivos da atividade.

Quando da atuação de membro jovem (18 a 29 anos) na unidade de produção familiar, o comportamento dos agricultores familiares a partir de suas orientações de valor também assume comportamento diferenciado na orientação instrumental ($p=0,005$). Com base na mediana deste grupo, observa-se que esta é mais elevada nas unidades de produção familiar que ainda contam com a atuação do jovem em tempo integral, subentendendo que, para este grupo, a orientação instrumental teve maior contribuição na aquisição do PRONAF Investimento do que para o grupo onde não há atuação de membro jovem.

Nesse sentido, Panno (2016) já destacava em seu estudo, que uma propriedade que conta com sucessores, a orientação instrumental é mais forte, sendo que a nova geração tende a investir para melhorar a produção, produtividade e as receitas, buscando construir uma alternativa sustentável no meio rural, enquanto que, nas propriedades sem sucessores o

principal objetivo pode estar mais vinculado a questão de garantir tranquilidade e segurança, visando à aposentadoria.

Deste modo, ao analisar as orientações dos agricultores familiares com base em características das unidades observa-se mais claramente a presença dos motivos econômicos e não-econômicos nas orientações dos agricultores, conforme já destacava Gasson (1973) quando esta afirma que o comportamento econômico pode ser mais relevante para alguns agricultores do que para outros, o que se confirma para o grupo que possui maior faturamento (acima de 10 SM), maiores áreas (30 ha) e atuação de membro jovem.

Panno (2016) ainda complementa explicando que, alguns agricultores ao invés de aumento sua renda e lucros podem querer aumentar sua satisfação na atividade. Essa constatação também é perceptível neste estudo diante da diferença de comportamento entre os dois grupos, sendo que entre aqueles que possuem menor faturamento (até 10 SM), menores áreas (até 30 ha) e sem atuação de membro jovem, a média do *ranking* das orientações intrínseca, expressiva e social se sobressaem à instrumental, embora todas sejam importantes e consideradas no momento da contratação do PRONAF Investimentos.

Conhecer as orientações de valor que contribuíram para o acesso ao PRONAF Investimento com base nas características das unidades de produção familiar permite avaliar como se comportam os agricultores diante da oferta dos recursos, deparando-se com situações diferenciadas, em especial, aquelas relacionadas à orientação instrumental para agricultores com maior faturamento, maiores áreas e atuação de membro jovem que atribuem maior peso a esta orientação. Para tanto, conhecer estas orientações dos agricultores familiares permite ao Estado um desempenho adequado diante de dada realidade, pois segundo Navarro (2001) é importante que o Estado esteja a frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural.

b) Variáveis do PRONAF e características da unidade de produção familiar

As variáveis do PRONAF, ou seja, a taxa de juros, período de carência, prazo de pagamento, valor financiado e linha de crédito que interferem no momento da decisão de investir utilizando os recursos do programa, também foram verificadas com base em características das unidades de produção familiar, como faturamento, tamanho das propriedades em termos de área disponível para produção e atuação de membro jovem, conforme pode ser observado na Tabela 15.

Tabela 15 - Relação entre as variáveis do PRONAF Investimento que contribuíram para participação do programa e características das unidades de produção familiar:

Carac- terísticas	Variáveis do PRONAF Investimento									
	Taxa de Juros \bar{x} rank/ Md	P	Carência \bar{x} rank/ Md	P	Prazo Pagamento \bar{x} rank/ Md	P	Valor Financiado \bar{x} rank/ Md	P	Linha Crédito \bar{x} rank/ Md	P
Faturamento										
Até 10 SM	46,6 /5	0,58	44,4/3	0,49	44,9/5	0,35	45,0/5	0,55	44,6/5	0,45
Acima de 10 S.	45,1 /5		48,2/3		47,5/5		47,5/5		48,1/5	
Área de terras										
Até 30 ha	45,2/5	0,52	43,8/3	0,40	44,2/5	0,17	44,0/5	0,34	43,6/5	0,27
Acima de 30ha	46,9/5		48,3/3,5		47,9/5		48,0/5		48,6/5	
Jovem na UPF										
Sem jovem	45,4 / 5	0,53	46,9/ 2,5	0,63	46,1/ 5	0,89	46,6/ 5	0,70	45,5 / 5	0,78
Com jovem	47,2 / 5		44,3/ 3		45,7/ 5		44,9 / 5		46,9 / 5	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Legenda: p- referente ao teste de *Mann-Whitney*; \bar{x} rank: se refere a média do *ranking*, ou seja, a média da posição que os valores ocupam no conjunto de dados; Md: mediana obtida a partir do resultado de cada variável do PRONAF.

A Tabela 15 indica que, ao serem analisados os agricultores familiares a partir de dois grupos com base no faturamento, na área de terras e na atuação de membro jovem na unidade de produção familiar não foram observadas diferenças de comportamento entre os grupos em relação a cada uma das variáveis do programa (taxa de juros, carência, prazo de pagamento, valor financiado e linha de crédito) que contribuíram para sua participação no PRONAF na finalidade investimento ($p > 0,05$).

Assim, verifica-se que para ambos os grupos, a taxa de juros, prazo de pagamento, o valor financiado e a linha de crédito são as variáveis com maior nível de importância e que mais contribuíram para a participação no programa, conforme se verifica pelo valor da mediana, e também já apresentado no Gráfico 4, ao passo que, o prazo de carência é a variável com maior variabilidade de opinião entre os agricultores, sendo que entre os grupos analisados na Tabela 15 isso também se apresenta, sendo que em ambos os grupos há aqueles que a consideram como importante e, por outro lado, há aqueles que julgam o prazo de carência como sendo uma variável não importante para participação no PRONAF

Investimento.

Portanto, mesmo com características diferentes em relação à renda, tamanho da propriedade e atuação de membro jovem, os agricultores familiares do município apresentaram o mesmo comportamento frente às variáveis do PRONAF Investimento (taxa de juros, carência, prazo de pagamento, valor financiado e linha de crédito) que contribuíram para sua participação e realização de seus investimentos. Constatação semelhante é destacada no estudo realizado por Schwantes (2011) que analisou a contribuição do PRONAF na dinâmica agrária da região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que neste estudo, o autor destaca a baixa taxa de juros como um aspecto positivo do programa citado por agricultores de diferentes grupos, dentre eles os descapitalizados, semicapitalizados e os capitalizados, ou seja, para ambos os grupos esta variável foi importante.

c) Repercussões do PRONAF Investimento e características das unidades de produção familiar

Quanto ao acesso ao PRONAF na finalidade investimento, buscou-se verificar as linhas de crédito contratadas tendo por base algumas características das unidades de produção familiar, conforme mostra a Tabela 16.

Tabela 16 - Relação entre as linhas de crédito acessadas pelos agricultores familiares e características das unidades de produção familiar:

Característica Cas	Linhas de Crédito				Total
	Mais Alimento n (%)	Mais Alimento e Crédito Especial de Investimento n (%)	Agroindústria e Crédito Especial de Investimento n (%)	Crédito Especial de Investimento n (%)	
Faturamento					
Até 10 SM	18 (33,3)	16 (29,6)	0 (0,0)	20 (37,0)	54(100,0)
Acima de 10 SM	24 (64,9)	7 (18,9)	1 (2,7)	5 (13,5)	37(100,0)
p = 0,005					
Área de Terras					
Até 30 ha	18 (38,3)	10 (21,3)	1 (2,1)	18 (38,3)	47(100,0)
Acima de 30 ha	24 (54,5)	13 (29,5)	0 (0,0)	7 (15,9)	44 (100,0)
p = 0,050					

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Legenda: p - referente ao Teste de Exato de Fisher.

Nota: A separação entre as linhas de crédito ocorreu a fim de verificar as diferentes formas de acesso, em especial aqueles que acessaram apenas o Crédito Especial de Investimento liberado através da Resolução nº 4.112/12, em âmbito do PRONAF, créditos de investimento (PRONAF Mais Alimento).

A partir da leitura da Tabela 16, observou-se uma associação entre a linha de crédito do PRONAF que foi acessada e o faturamento das unidades ($p= 0,005$), bem como uma associação com base na área de terras disponível para produção ($p= 0,050$). Assim, verifica-se que agricultores com maior faturamento e maiores áreas de terra (Acima de 10 salários mínimos brutos médios mensais e acima de 30 hectares) foram os que acessaram com maior frequência apenas a linha de crédito tradicional do Mais Alimento (64,9%, 54,5%, respectivamente), ao passo que, entre os agricultores com menor faturamento e menores áreas de terra (até 10 salários mínimos brutos médios mensais e até 30 hectares) uma das principais linhas acessadas foi a linha Especial de Crédito de Investimento, instituída através da Resolução nº 4.112, de 10 de julho de 2012, limitada a R\$ 10 mil reais (37,0% e 38,3%, respectivamente).

O acesso a mais de uma linha de crédito do PRONAF está atrelado às próprias condições da unidade de produção familiar em realizar novos compromissos, e conforme se apresenta na Tabela 16, em ambos os grupos se observa casos de acesso a mais de uma linha de crédito. Em contraponto, o acesso a apenas a linha especial de crédito de investimento, limitada a R\$ 10 mil reais, pode estar indicando uma limitação quanto à capacidade de realizar novos investimentos ou, por outro lado, uma oportunidade de crédito a condições mais especiais que surgiu na época, pois em ambos os grupos foi identificado o acesso a esta linha de crédito apenas, ou seja, tanto entre os agricultores familiares menos capitalizados, como entre os mais capitalizados que acessaram apenas este recurso durante todo o período em análise.

Além da linha de crédito acessada, o valor total financiado pelas unidades de produção familiar foi comparado a partir de algumas de suas características, conforme é apresentado na Tabela 17.

Tabela 17 - Relação entre o valor total financiado e características das unidades de produção familiar:

Características	Valor Total Financiado - 2012-2015					Total
	Até 10 mil reais n (%)	Acima de 10 até 50 mil reais n (%)	Acima de 50 até 100 mil reais n (%)	Acima de 100 até 150 mil reais n (%)	Acima de 150 mil reais n (%)	
Faturamento						
Até 10 SM	21 (38,9)	12 (22,2)	17(31,5)	3 (5,6)	1(1,9)	54(100,0)
Acima de 10 SM	5 (13,5)	13 (35,1)	7(18,9)	9 (24,3)	3(8,1)	37(100,0)
p = 0,003						
Área de Terras						
Até 30 ha.	19(40,4)	14 (29,8)	14 (29,8)	0 (0,0)	0(0,0)	47 (100,0)
Acima de 30 ha.	7 (15,9)	11(25,0)	10 (22,7)	12 (27,3)	4(9,1)	44 (100,0)
p <0,01						
Jovem na UPF						
Sem Jovem	21(35,6)	18(30,5)	15(25,4)	4(6,8)	1(1,7)	59(100,0)
Com Jovem	5(15,6)	7(21,9)	9(28,1)	8(25,0)	3(9,4)	32 (100,0)
p = 0,021						

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Legenda: p - referente ao Teste de Exato de Fisher

A Tabela 17 indica que existe uma associação entre o faturamento das unidades de produção familiar e o valor total financiado por elas através do PRONAF Investimento ($p=0,003$), sendo que aquelas unidades com menor faturamento (até 10 SM) financiaram durante o período, em sua maioria, valores menores, principalmente R\$ 10 mil reais (38,9%), enquanto que, propriedades com faturamentos mais elevados (acima de 10 SM) apresentam uma maior frequência com valores totais financiados acima de R\$ 10 mil reais (35,1%), assim com aquelas aquisições com valores acima de R\$ 100 mil reais (32,4%).

O comportamento observado remete à análise da capacidade de pagamento, sendo que aquelas unidades com maior faturamento tendem a apresentar melhores condições de financiar valores mais elevados, especialmente aqueles acima de R\$ 100 mil reais, em razão da capacidade de geração de receita pela unidade de produção familiar necessária para pagamento do compromisso.

Vale destacar ainda que uma parcela significativa de agricultores financiaram durante o período valores de até R\$ 10 mil reais, sendo mais frequente entre os agricultores de menor faturamento (até 10 SM), fato que pode estar associado, como explicam Belik e Cunha (2015)

por “*medo de contrair dívidas*”, sendo que os autores destacam a partir dos resultados do Censo 2006 que uma parcela significativa de agricultores (21,8%), que se dedicam a diferentes produções, não tomaram empréstimos por este motivo.

Nota-se ainda que o valor total financiado também apresentou associação ao comparar o tamanho das propriedades em relação à área disponível ($p < 0,01$), sendo que propriedades menores financiaram valores inferiores a aquelas com áreas maiores. Propriedades com áreas de até 30 hectares de terra financiaram em maior frequência valores até 10 mil reais (40,4%), ao passo que, entre aquelas propriedades com áreas acima de 30 hectares, os financiamentos totais mais frequentes representaram valores acima de 100 até 150 mil reais (27,3%).

Paetzold (2015) destaca em seu estudo que agricultores com maiores áreas de terra tendem a demandar por investimentos de valores mais elevados como forma de aumentar a produção, o que também significa um maior grau de dependência destes agricultores em relação aos investimentos.

Neste contexto, observa-se ainda que parte do volume de recursos do programa voltam-se, principalmente, para agricultores familiares do grupo mais capitalizados, o que também já vinha sendo destacado por Grisa Wesz Junior e Buchweitz (2014) referente ao período de 2000 a 2012, pois segundo os autores, apesar dos avanços do programa em relação aos grupos de beneficiários, os agricultores do chamado grupo variável/agricultores familiares (extintos Grupos “C”, “D” e “E”) foram os que acessaram massivamente os recursos do PRONAF no período, sendo que, nos últimos anos, os percentuais nunca foram menores que 80%, registrando valor máximo de 91% em 2008.

O valor total financiado pelas unidades de produção familiar também teve associação quando da atuação de membro jovem na unidade de produção familiar ($p = 0,021$). Nas unidades de produção familiar que contam com a atuação de membro jovem, os valores totais financiados representaram valores mais elevados, representando 25% dos financiamentos entre 100 e 150 mil reais, e 9,4% daqueles acima de 150 mil reais, ao passo que, quando comparados aos das unidades que não contam com a atuação de membro jovem, esses percentuais caem para 6,8% e 1,7%, respectivamente.

Diante disso, observa-se que a demanda por volumes mais elevados de crédito é maior naquelas unidades que contam com a atuação de membro jovem. Ademais, Schuhmann (2012), em seu estudo realizado com agricultores de Teotônia, comparou o valor total do investimento realizado por meio do PRONAF Mais Alimentos e a idade dos agricultores,

sendo que os mais jovens investiram valores mais elevados, característica que a autora atribui às atividades nas quais foram aplicados os recursos ou também por estes apresentarem características mais empreendedoras, ao passo que, agricultores com mais de 60 anos tendem a serem mais resistentes ao assumir compromissos de valores mais elevados.

Assim, observa-se a realização de maiores investimentos, em termos de recursos envolvidos, quando da atuação de membro jovem na unidade de produção familiar, fato que tende a repercutir na intensidade e nos níveis de produção, pois tais investimentos demandam de maiores entradas financeiras para futuros pagamentos.

Por meio das contratações realizadas através do PRONAF Investimento, os agricultores familiares adquiriram diferentes produtos, de acordo com suas necessidades e/ou desejos, sendo que estas aquisições foram analisadas com base no faturamento e no tamanho das propriedades, conforme Tabela 18.

Tabela 18 - Relação entre os produtos adquiridos e características das unidades de produção familiar:

Categorias de produtos	Características das Unidades de Produção Familiar (%)			
	Até 10 SM	Acima de 10 SM	Até 30 há	Acima de 30 ha
Implementos	32,2	50,5	26,7	51,2
Bovinos	11,6	1,1	10,3	4,9
Trator	13,7	15,1	12,1	16,3
Instrumentos e equipamentos	11,6	10,8	14,7	8,1
Equipamento e sistemas para o leite	10,3	4,3	11,2	4,9
Depósitos, galpões, estufas, silos	3,4	9,7	5,2	6,5
Recuperação de solo	10,3	3,2	12,1	3,3
Irrigação	1,4	1,1	1,7	0,8
Suíños	0,0	1,1	0,0	0,8
Agroindústria	0,0	2,2	1,7	0,0
Jipes, furgões, semelhantes	1,4	0,0	1,7	0,0
Outros	4,1	1,1	2,6	3,3

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Ao comparar as categorias de produtos adquiridos pelos agricultores familiares com base no faturamento e na área de terras disponível, observa-se que agricultores que faturam

até 10 salários mínimos brutos médios mensais e que possuem menores áreas de terra (menos de 30 ha) investiram mais em bovinos, instrumentos e equipamentos, equipamento e sistema para o leite, recuperações de solo, sistemas de irrigação e jipes, furgões e semelhantes, ao passo que, agricultores que possuem faturamentos acima de 10 salários mínimos brutos médios mensais e possuem maiores áreas de terras para produção (acima de 30 ha), investiram mais em implementos, tratores, depósitos, galpões, estufas, silos e suínos. Assim, observa-se um destaque maior para os produtos voltados à bovinocultura do leite naquelas propriedades com menor área, ao passo que os implementos, em especial, e a aquisição de trator se destacam mais naquelas propriedades que possuem maiores áreas de terra.

Em estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a fim de avaliar os impactos do PRONAF na economia local e regional do Estado do Paraná, constatou-se que o grau de tecnificação é diferente entre os agricultores familiares, aumentando à proporção que também aumenta o tamanho das propriedades em relação à área disponível (DANTAS; PINTO, 2006). A exemplo disso, agricultores familiares do grupo E do PRONAF foram os que apresentaram as melhores condições em termos de máquinas e equipamentos agrícolas voltados às atividades do meio rural, sendo que 60% deles declararam possuir pulverizadores; 58%, trator; 40%, plantadeira; 14%, colheitadeira; e 22%, batedor de cereais, em contraponto para agricultores do grupo C, verifica-se que a grande maioria não possui os equipamentos mencionados acima, sendo que aqueles que possuem pulverizador representam apenas 37% destes agricultores, 24% deles possuem plantadeira e 17% batedor de cereais, e somente 2% desse grupo afirmaram ter colheitadeira (DANTAS; PINTO, 2006).

A partir dos produtos adquiridos por meio do PRONAF Investimento, das características das unidades de produção familiar, e do valor total financiado, foram ainda analisadas especificamente as repercussões do programa, a partir dos produtos adquiridos pelas unidades de produção familiar participantes, conforme Tabela 19.

Tabela 19 - Relação entre a categoria de produtos adquiridos e a repercussão do PRONAF Investimento nas unidades de Produção familiar:

Categorias de Produtos	Repercussões do PRONAF Investimento (%)								Total
	Trabalho/Atividade		Pessoal		Social		Econômico		
	Posit.	Neg.	Posit.	Neg.	Posit.	Neg.	Posit.	Neg.	
Implementos	61,1	0,0	8,5	3,4	9,6	0,3	15,4	1,7	100,0
Bovinos	9,3	0,0	7,4	7,4	11,1	0,0	61,1	3,7	100,0
Trator	53,0	0,0	11,9	6,0	19,2	0,0	8,6	1,3	100,0
Instr. e equipamentos	76,7	0,0	6,7	0,0	8,3	0,0	8,3	0,0	100,0
Equip. e Sis. p/ o leite	41,8	0,0	12,7	0,0	20,2	0,0	24,0	1,3	100,0
Dep., galpões, estufas, silos	45,4	0,0	15,2	6,1	15,1	0,0	12,1	6,1	100,0
Recuperação de solo	0,0	0,0	3,0	3,0	18,2	0,0	75,8	0,0	100,0
Irrigação	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	80,0	0,0	100,0
Suínos	0,0	0,0	20,0	0,0	20,0	0,0	60,0	0,0	100,0
Agroindústria	18,2	0,0	18,2	0,0	27,3	0,0	36,4	0,0	100,0
Jipes, furgões e sem.	50,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	100,0
Outros	83,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota: Estas repercussões são analisadas a partir dos produtos adquiridos.

A Tabela 19 indica que os implementos adquiridos proporcionaram, em sua maioria, repercussões positivas no trabalho e na atividade (61,1%), assim como observado em relação aos tratores (53,0%), instrumentos e equipamentos (76,7%), equipamento e sistemas para o leite (41,8%), depósitos, galpões, estufas, silos (45,4%), agroindústria (18,2%), Jipes, furgões e semelhantes (50%) e outros (83,3%). Os resultados econômicos foram sentidos, a partir das categorias de produtos como recuperações de solos (75,8%), bovinos (61,1%), agroindústria (36,4%), equipamentos e sistemas para o leite (24,0%). Como efeitos negativos desta categoria os principais estavam relacionados às categorias de produtos Jipes, furgões e semelhantes (25%) e depósitos, galpões, estufas e silos (6,1%) sendo que alguns agricultores sentiram dificuldade de pagar os investimentos realizados.

Nos efeitos pessoais, investimentos em jipes, furgões e semelhantes foram relatados como efeitos positivos pessoais pelos agricultores (25%), pois, além de serem utilizados como meio de trabalho, servem como meio de transporte e condução dos agricultores do campo para a cidade. Ainda na categoria pessoais foi mencionada a categoria agroindústrias (18,2%), com aumento do bem-estar, enquanto que, na categoria suínos (20%) o relato é o maior tempo livre para o lazer. Como fator negativo desta categoria, destaca-se a redução do tempo livre para o

lazer e mais horas de trabalho com os bovinos de leite (7,4%).

Nos efeitos sociais destaca-se o aumento do bem-estar familiar provocado pelas aquisições realizadas, sendo relatado apenas um caso de efeito negativo, onde ocorreu diminuição do bem-estar familiar com a vizinhança.

A partir dos investimentos realizados através do PRONAF, observa-se que estas aquisições geraram repercussões em, ao menos, duas categorias (trabalho/atividade; social; pessoal; econômico), pois, como destaca Paetzold (2015) os investimentos realizados pelo PRONAF Mais Alimento proporcionaram redução da penosidade, com a aquisição de máquinas e implementos, mas também facilitaram a realização das atividades do meio rural, contribuindo ainda para que os agricultores tivessem uma maior motivação para o trabalho.

Ainda com base nas repercussões do PRONAF Investimento, estas foram analisadas com base em características das unidades de produção familiar, conforme se observa na Tabela 20.

Tabela 20 - Relação entre características das unidades de produção familiar e a repercussão do PRONAF Investimento:

Características	Repercussões do PRONAF Investimento n (%)								
	Trabalho/Atividade		Pessoal		Social		Econômico		Total
	Posit.	Neg.	Posit.	Neg.	Posit.	Neg.	Posit.	Neg.	
Faturamento									
Até 10 SM	133 (39,2)	0 (0,0)	33 (9,7)	13 (3,8)	60 (17,7)	1 (0,3)	93 (27,4)	6 (1,8)	339 (100,0)
Acima de 10 SM	98 (43,4)	0 (0,0)	30 (13,3)	9 (4,0)	39 (17,3)	0 (0,0)	45 (19,9)	5 (2,2)	226 (100,0)
p# = 0,1545 / p\$ = 1									
Área de terras									
Até 30 ha.	109 (36,6)	0 (0,0)	33 (11,1)	12 (4,0)	53 (17,8)	1 (0,3)	82 (27,5)	8 (2,7)	298 (100,0)
Acima de 30 ha.	122 (45,7)	0 (0,0)	30 (11,2)	10 (3,7)	46 (17,2)	0 (0,0)	56 (21,0)	3 (1,1)	267 (100,0)
p# = 0,1523 / p\$ = 0,6639									

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Legenda: p# - referente ao teste de Qui-quadrado para análise dos efeitos positivos; p\$ - referente ao teste de Exato de Fisher para análise dos efeitos negativos.

Ao verificar a relação entre características de faturamento e área de terras disponível com as repercussões do PRONAF Investimento nas unidades, verificou-se não haver uma

associação entre as variáveis ($p > 0,05$), pois para ambos os grupos de agricultores familiares, ou seja, tanto os de menor faturamento e menor área como os de maior faturamento e maior área, o principal resultado positivo foi observado em relação ao trabalho e às atividades, seguido dos efeitos econômicos. Quanto aos efeitos negativos, para ambos os grupos foram observados efeitos na categoria econômicos e pessoais. Assim, verifica-se que há fatores positivos e negativos para ambos os grupos de agricultores.

Diante disso, observa-se que independente da linha de crédito acessada e do valor contratado, sendo esta mais para uma finalidade emergencial ou não, as repercussões deste acesso foram em sua maioria positivas, sendo sentidas, principalmente, no desempenho das atividades, fato que ressalta a importância do crédito para os agricultores que o buscam para os diferentes fins, porém, com a orientação primando, principalmente, aos aspectos intrínsecos da atividade.

Com as repercussões, em sua maioria positivas, das aquisições realizadas por meio do PRONAF Investimento observa-se que o interesse em realizar novas aquisições por meio do programa ainda continua. Diante disso, buscou-se verificar esse interesse com base em algumas características das unidades de produção familiar, conforme Tabela 21 a seguir.

Tabela 21 - Relação entre o interesse em realizar novo investimento e características das unidades de produção familiar:

Características	Interesse em novo investimento					Total n(%)
	Não tem interesse n (%)	Pouco interesse n(%)	Em dúvida n(%)	Tem interesse n(%)	Muito Interesse n(%)	
Faturamento						
Até 10 SM	9 (16,7)	7 (13,1)	7(13,1)	23 (42,6)	8 (14,8)	54 (100,0)
Acima de 10 SM	5 (13,5)	3 (8,1)	2 (5,4)	20 (54,0)	7 (18,9)	37 (100,0)
	$p = 0,647$					
Área de terras						
Até 30 ha.	10(21,3)	5 (10,6)	6 (12,8)	18 (38,3)	8 (17,0)	47 (100,0)
Acima de 30 ha.	4 (9,1)	5 (11,4)	3(6,8)	25 (56,8)	7 (15,9)	44 (100,0)
	$p = 0,331$					
Jovem na UPF						
Sem Jovem	11(18,6)	7(11,9)	6(10,2)	29(49,2)	6(10,2)	59(100,0)
Com Jovem	3(9,4)	3(9,4)	3(9,4)	14(43,8)	9(28,1)	32 (100,0)
	$p = 0,264$					

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Legenda: p - referente ao Teste de Exato de Fisher

Ao analisar o interesse em novos investimentos por meio do PRONAF com base nas características das unidades de produção familiar, não se observou associação entre o faturamento (0,647), a área de terras (0,331), a atuação de membro jovem na unidade de produção familiar (0,264) e o interesse em novos investimentos, ou seja, em ambos os grupos se observa que existe o interesse e o desinteresse em relação à realização de novos investimentos por meio do PRONAF.

Assim, de um lado, observa-se o interesse presente entre os agricultores familiares com a intenção de desenvolver suas unidades de produção e dar continuidade às atividades do meio rural, a partir de novos investimentos. Por outro lado, observam-se casos de desinteresse em novos investimentos, quando em relação aos agricultores menos capitalizados, em termos de faturamento e área de terras, mostra ser um indicativo relacionado à intenção de evitar novos compromissos e também de abandono das atividades, ao passo que os casos de desinteresse entre agricultores mais capitalizados mostram estar mais atrelado a suas próprias instalações, ou seja, por estes já estarem instalados.

Quando da atuação de membro jovem nas unidades de produção familiar observou-se que existem casos de interesse como também de desinteresse em novos investimentos, ou seja, casos de unidades de produção familiar que contam com a atuação de membro jovem que estão projetando novas aquisições e melhorias para suas unidades, ao passo que, outras que contam com o jovem e não estão projetando novos investimentos, sendo que parte destes agricultores já se encontram instalados. O mesmo também ocorre para aquelas unidades que já não contam mais com a atuação de membro jovem entre seus membros ativos, existindo casos de interesse e desinteresse em novos investimentos.

Diante do exposto, verifica-se que os agricultores familiares do município de Campina das Missões que acessaram o PRONAF Investimento, analisados a partir de características de faturamento, área de terras e atuação de membro jovem, apresentaram o mesmo comportamento em relação à orientação intrínseca e social, apresentando um comportamento diferenciado para as três características analisadas na orientação instrumental, relacionada aos aspectos econômicos e de segurança no trabalho, e na orientação expressiva, apenas na característica: área de terras. Estas mesmas características das unidades foram relacionadas com as variáveis do PRONAF, indicando que os agricultores familiares, mesmo apresentando características diferentes tiveram o mesmo comportamento frente às variáveis que contribuíram para sua participação, em especial, a taxa de juros e o prazo de pagamento.

Agricultores com faturamento de até 10 salários mínimos e até 30 hectares foram os que contrataram os menores valores pelo programa, ao passo que, os agricultores com maior faturamento e maiores áreas contrataram valores mais elevados. Apesar de apresentarem estas diferenças nas captações de recursos, observou-se que ambos os grupos tiveram, em sua maioria, repercussões positivas a partir destas. Ademais, verificou-se que ainda predomina o interesse em novas aquisições, e este, está presente em ambos os grupos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação surge na perspectiva de analisar o uso do PRONAF Investimento pela agricultura familiar do município de Campina das Missões/RS. A agricultura familiar representa uma categoria importante no cenário brasileiro, e para atender ao segmento o Estado cria, em 1996, o PRONAF, que passa a atender linhas de custeio e investimento ofertando crédito a esta categoria até então desatendida pelas políticas de crédito da época. Ademais, os agricultores familiares ao acessarem os recursos do programa possuem uma racionalidade, que pode não ser puramente econômica, mas sim movida a partir de diferentes orientações, como aquelas ligadas ao trabalho, à família, pessoais ou mais econômicas e de segurança (GASSON, 1973). Além desta racionalidade, as condições oferecidas pelo programa também interferem no momento da contratação do investimento. Neste sentido, buscou-se compreender quais os fatores relevantes para o uso do PRONAF Investimento pelos agricultores familiares de Campina das Missões/RS.

O estudo mostrou, entre os pesquisados em Campina das Missões, que os utilizadores do PRONAF Investimento são principalmente homens que possuem a agricultura como atividade principal, que se encontram na faixa etária dos 41 a 50 anos de idade e que possuem baixo nível de escolaridade. Assim, evidencia-se que embora o modelo decisório dos agricultores esteja centrado na família, ou seja, as decisões serem pensadas e discutidas entre os membros do grupo familiar, dentre elas as de investimento, o processo de contratação do financiamento acaba sendo usualmente realizado pelo público masculino, o qual toma frente neste processo.

Quanto aos grupos familiares, estes possuem em sua maioria de 4 a 3 membros, predominando entre os membros ativos que trabalham em tempo integral ou metade do tempo o nível médio de ensino. A mão de obra empregada nestas unidades é apenas familiar em 98,9% das situações, confirmando uma das características desta categoria, onde a família se destaca como a principal fonte de trabalho das unidades. Ainda em relação a força de trabalho destas, o estudo apresentou que 35,2% delas ainda contam com a participação de membros jovens (18 a 29 anos) entre seus membros ativos em tempo integral, indicando que são propriedades onde o processo de sucessão pode se confirmar e, neste caso, torna-se importante o incentivo do Estado através da discussão e criação de políticas públicas voltadas especificamente a este público de jovens inseridos neste meio para que se fortaleçam e

continuam atuando no meio rural.

As práticas produtivas agropecuárias dos agricultores familiares de Campina das Missões-RS são desempenhadas em unidades e estabelecimentos, sendo que em relação a área de terras disponível para produção, 51,6% das unidades possuem até 30 hectares.

A principal fonte de renda dos agricultores é proveniente das atividades agropecuárias (95,6%), a principal delas é a bovinocultura de leite (37%), aliada à cultura do milho (30,9%). A comercialização da produção é realizada basicamente através de empresa privada (47,0%) e cooperativa (41,8%). Além das atividades de comercialização, os agricultores familiares também praticam a produção para autoconsumo que contribui para subsistência e renda das famílias. Quanto ao faturamento, 59,3% das unidades possuem até 10 salários mínimos brutos mensais.

Ao analisar os fatores de decisão que levam os agricultores familiares a participar do PRONAF Investimento observou-se, em relação às orientações de valor que contribuíram para o acesso ao programa que, de maneira geral, a intrínseca foi a que mais pesou nas decisões dos agricultores, que buscavam por meio dos investimentos melhorar os aspectos intrínsecos do próprio trabalho, como a qualidade de vida, satisfação, gosto e independência nas tarefas, seguida da orientação expressiva, social e instrumental. Ao comparar estas orientações com características das unidades, observou-se que os agricultores apresentaram o mesmo comportamento em relação à orientação intrínseca e social, observando-se mudanças de comportamento em relação à orientação instrumental, perceptíveis para agricultores que possuem maiores faturamentos, maiores áreas e atuação de membro jovem. Mudanças de comportamento também foram observadas em relação ao aspecto expressivo, perceptível para agricultores que produzem em maiores áreas de terra.

As orientações de valor apresentadas pelos agricultores familiares podem ser relacionadas com o desenvolvimento como liberdade abordado por Amartya Sen, ou seja, aos meios e fins almejados pelos agricultores quando do acesso aos recursos do programa. Conhecer estas orientações que envolvem motivos econômicos como não-econômicos, leva a interpretação da noção de desenvolvimento atrelado a esse agir, permitindo ainda uma atuação mais direcionada do Estado quando da criação e revisão das políticas públicas.

Como condição de acesso ao PRONAF Investimento, variáveis do programa (taxa de juros, prazo de carência, prazo de pagamento, valor financiado e linha de crédito) também tiveram contribuição nesta participação, sendo que a taxa de juros e o prazo de pagamento

destacam-se como as duas principais. O prazo de carência é a variável que mais apresentou variações de opinião entre os agricultores, mostrando que os agricultores de ambos os grupos optam pela condição mais adequada para seu sistema de planejamento. Ao relacionar as variáveis do programa com características de faturamento, área de terras e atuação de membro jovem na unidade de produção familiar não se observaram mudanças de comportamento em relação a opiniões dos agricultores sobre as variáveis que contribuíram para acesso ao PRONAF Investimento. Portanto, verifica-se que as principais variáveis de acesso ao programa são as mesmas para ambos os grupos analisados, sendo ainda condicionantes importantes para o acesso aos recursos e, como explica Amartya Sen, para desfrutar de suas ‘liberdades’.

O conhecimento por parte dos agricultores familiares sobre a existência e funcionamento do PRONAF Investimento ocorreu, principalmente, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina das Missões (31,3%) e pela Emater (19,0%), isso mostra que estas duas instituições auxiliam na divulgação dos programas disponíveis e que podem ser acessados pelos agricultores familiares, porém, com possibilidade de ampliar esta representatividade.

Ao buscar identificar as repercussões do programa junto às unidades participantes, verificou-se que os investimentos realizados por meio deste destinaram-se a um vasto leque de produtos, agrupados em categoria, dentre as quais destacam-se os implementos (39,3%), os tratores (14,2%) e os instrumentos e equipamentos (11,3%). A partir das categorias de produtos que foram adquiridos através do PRONAF, e dos objetivos da sua finalidade de investimento, observa-se que neste sentido o programa vem desempenhando, através dos financiamentos para realização da implantação e modernização da estrutura produtiva e de produção nas unidades familiares, promovendo o contínuo melhoramento destas unidades com a introdução de novos meios de trabalho e produção.

Ademais, sobre os valores financiados durante o período, a maior parte dos agricultores financiaram valores até 100 mil reais, sendo que ficaram praticamente divididos aqueles que financiaram valores de até 10 mil reais (28,6%), acima de 10 até 50 mil reais (27,5%) e acima de 50 até 100 mil reais (26,4%). Os financiamentos de até 10 mil reais estão muito relacionados à liberação da linha especial de crédito de investimento em 2012, no âmbito dos créditos de investimento do PRONAF (Mais Alimento), cujo limite era este valor, e que teve maior procura pelas condições especiais que eram oferecidas.

Neste sentido, cabe destacar a importância da liberação de créditos transitórios, sendo que os dados indicam que existia a demanda pelo recurso atendendo as necessidades dos agricultores, podendo ainda ser interpretado como um incentivo aos agricultores afetados pela seca. Da mesma forma também se verifica que existe a demanda pelos recursos mais elevados e, neste caso, contratados através da linha tradicional do Mais Alimento e Agroindústria. Assim, cabe mencionar a importância da atuação do Estado nas políticas voltadas à categoria, a fim de acompanhar suas demandas e necessidades como forma de atendê-las da melhor maneira.

Os investimentos realizados por meio do PRONAF trouxeram, principalmente, repercussões positivas no desempenho do trabalho e das atividades (40,9%) das unidades de produção familiar, bem como contribuíram com repercussões econômicas (24,4%), sociais (17,5%) e pessoais (11,2%) que podem ser associadas a um processo de ‘desenvolvimento multidimensional’, contribuindo com melhores condições de trabalho, mas também em questões econômicas, como aumento da produtividade, geração de renda entre os agricultores, nas inter-relações sociais, além de questões pessoais, como o bem-estar do agricultor.

Os dados ainda mostram que 97,8% dos agricultores familiares encontram-se satisfeitos com os investimentos realizados por meio do programa, indicando a importância e necessidade de continuidade desta política pública para os agricultores familiares do município.

O interesse em novos investimentos pelo programa predomina entre os agricultores familiares do município, estando presente tanto entre os pequenos agricultores, que detêm menores faturamentos e menores áreas disponíveis para produção, assim como, entre os maiores agricultores e, também naquelas unidades que contam com a atuação de membro jovem como entre aquelas que não contam mais com essa ajuda. Diante disso, o programa pode ser entendido como um dos fatores de incentivo à permanência dos agricultores no meio rural, diante do interesse que ainda existe em novos investimentos através desta política pública.

Entretanto, cabe ainda mencionar que o aumento na taxa de juros e algumas burocracias bancárias são algumas questões destacadas pelos agricultores familiares do município e que repercutem na inviabilização de operações. Ao mesmo tempo em que a elevação na taxa de juros está relacionada à política praticada em determinado período, e as burocracias bancárias à criação de regras e procedimento, julgados necessários, estas também

podem ser interpretadas como entraves no momento da realização de investimentos.

Os resultados ainda mostram que o programa vem contribuindo com os agricultores familiares das diferentes faixas de renda e situações a melhorarem os sistemas, meios de produção e produtividade, porém, observa-se que apenas o PRONAF Investimento não está conseguindo gerar todas as repercussões necessárias e almejadas pelos agricultores familiares do município. Pois, os investimentos realizados por meio do programa têm contribuído com repercussões positivas nas unidades, sentidas nas atividades através da maior flexibilidade operacional (74,7%), redução da penosidade (61,5%), maior facilidade no desempenho das atividades (35,2%), qualidade de vida (25,3%) aumento na independência para realização das tarefas (17,6%), no entanto, a orientação intrínseca que visa melhoria na qualidade de vida no meio rural principalmente, ainda não está sendo atendida completamente.

Deste modo, é inegável que as repercussões geradas pelo acesso ao programa contribuíram com resultados positivos para a agricultura familiar do município e, nesse sentido podem ser interpretadas como um fator de incentivo para o desenvolvimento e permanência dos agricultores naquele meio. Contudo, observa-se que os investimentos realizados através do PRONAF não são suficientes para mudar a realidade do meio rural, pois também existem outros problemas naquele espaço, como por exemplo, o desinteresse de alguns jovens em seguir atuando nas propriedades, a falta de preços mínimos para os produtos que são comercializados, programas de acesso a terra que são variáveis que podem interferir nestas repercussões.

Assim, diante das repercussões geradas pelo acesso ao PRONAF Investimento, em especial, a qualidade de vida, é possível realizar uma análise sobre outras variáveis, além do PRONAF Investimento, e que contribuem para melhorar a qualidade de vida no meio rural e que podem ser exploradas em estudos futuros. Ademais, este estudo esteve limitado apenas a Campina das Missões/RS, portanto, a aplicabilidade do mesmo a outros locais pode resultar em dados semelhantes ou discrepantes, que podem ser discutidos em outras pesquisas.

Com limitação deste estudo destaca-se a abordagem realizada na perspectiva dos agricultores familiares, ficando aquém a análise a partir dos mediadores técnicos e políticos, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER, Secretaria de Agricultura do município e instituições financeiras, que estão vinculadas na divulgação e contratação dos recursos do PRONAF e que poderiam fornecer informações importantes sobre suas percepções em relação ao acesso ao programa pelos agricultores familiares.

Por fim, destaca-se a importância deste estudo por proporcionar uma discussão em torno da temática da agricultura familiar e do PRONAF, principal política pública de apoio financeiro à categoria, gerando experiências e conhecimentos sobre as repercussões do uso desta política pelos agricultores familiares e suas ligações com o desenvolvimento, com foco em um município de pequeno porte, cuja base da economia é proveniente da agricultura familiar. No entanto, por se tratar de um trabalho inédito no município, este agrega informações relevantes que poderão subsidiar gestores municipais, sindicatos, EMATER e demais instituições vinculadas à agricultura familiar local na análise e planejamento de ações futuras voltadas a esta categoria de agricultores, bem como no melhoramento contínuo desta política pública.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007. p.294.

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello; SANTOS, Roselí Alves dos. A classificação do conceito de agricultura familiar a partir da análise da obra “o processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná”. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVI, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678>. Acesso 06 de set. 2016.

ANDRADE, Jeanice Jung de. **Os valores e as motivações no processo de tomada de decisão dos produtores rurais no município de Santana do Livramento (RS)**. 2010, 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

ANJOS, Flávio S. dos; CALDAS, Nádia V.; GODOY, Wilson I.; GRISA, Cátia. Estudo sobre o Pronaf no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista brasileira de Agrociência**, v.10, n. 4, p. 503-509, out./dez. 2004. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CAST/article/viewFile/1034/932>>. Acesso em: 10 set. 2016.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. (Org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 624. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. (Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, I, 2010, Natal – RN. **Anais...**, Natal, 2010. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/\(DES\)CAMINHOS%20DA%20POL%C3%8DTICA%20DE%20CR%C3%89DITO%20DO%20PRONAF%20NA%20LUTA%20CONTRA%20A%20POBREZA%20E%20A%20DESIGUALDADE%20SOCIAL%20NO%20BRASIL%20RURAL.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/(DES)CAMINHOS%20DA%20POL%C3%8DTICA%20DE%20CR%C3%89DITO%20DO%20PRONAF%20NA%20LUTA%20CONTRA%20A%20POBREZA%20E%20A%20DESIGUALDADE%20SOCIAL%20NO%20BRASIL%20RURAL.pdf)>. Acesso em: 26 mai. 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campina-das-missoes_rs>. Acesso em: 22 jul. 2016.

AYUB, Bruna Rayet. **Política Pública do Pronaf Mais Alimentos: Uma ferramenta de**

estímulo ao desenvolvimento da produção leiteira da agricultura familiar em Porto União-SC. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado (UNC), Canoinhas, 2012.

BCB - Banco Central do Brasil. **Resolução 2101, de 24 de agosto de 1994.** Crédito Rural. Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) Safra de Verão 1994/95. Banco Central do Brasil. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/43273/Res_2101_v2_L.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2016.

____. Resolução nº 4.112, de 10 de julho de 2012. Autoriza a criação de linha de crédito de investimento, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com bônus de adimplência, para agricultores familiares de municípios da Região Sul afetados por seca ou estiagem. Banco Central do Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res_4112_v2_L.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

____. **FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.** Banco Central do Brasil. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp>. Acesso em: 07 set. 2016.

____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012.** Banco Central do Brasil. Brasília, 2016a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?relrural2012>> Acesso em 03 out. 2016.

____. **Matriz de dados do Crédito Rural .** Banco Central do Brasil. Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>>. Acesso em 03 out. 2016.

____. **Manual do Crédito Rural.** Banco Central do Brasil. Brasília, 2016c. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em 27 jul. 2016.

____. **Manual do Crédito Rural.** Banco Central do Brasil. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em 9 ago. 2017.

BELIK, Walter; CUNHA, Altivo R. A. de Almeida. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 624. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

BESKOW, Paulo Roberto. **Crédito rural público numa economia em transformação:** estudo histórico e avaliação econômica das atividades de financiamento agropecuário da CREA/BB, de 1937 a 1965. 1994. 439f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 1994.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015:** avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTE_R_BIANCHINI.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2015.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. As políticas Agrícolas e a agricultura familiar no sul do Brasil. **Cadernos de pesquisa**, nº 7, p. 125-140, mai.1997. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/as_politicas_agricolas_e_a_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em 25 mai. 2016.

_____. **Abrindo a caixa preta:** o financiamento da agricultura familiar no Brasil. 2003. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000307081>>. Acesso em 25 mai. 2016.

BRACAGIOLI NETO, Alberto; GEHLEN,IVALDO; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. **Planejamento e gestão de projetos para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad013.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

BRASIL. **Lei no 4.829, de 5 de novembro de 1965**. Institucionaliza o crédito rural. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017

_____. **Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política agrícola. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm>. Acesso em 11 ago. 2017.

_____. **Decreto Federal nº 1.946 de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <BRASIL. Decreto 1.946. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em 06 fev. 2016.

_____. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em 06 fev. 2016.

_____. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF: Congresso Nacional. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BORGES, Judite Ângela Vieira; SANTOS, Carlos Eduardo Ribeiro. A Agricultura Familiar e sua influência na Economia do município de Itiruçu/Ba. In: SEMANA DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA, XI, 2012, Vitória da

Conquista -BA. **Anais...**, Vitória da Conquista, 2012. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2012/anais/a01.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2000 (reimpressão).

BRUM, Argemiro J.; TRENNEPOHL, Vera Lúcia. **Agricultura brasileira: formação, desenvolvimento e perspectivas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. p.128.

BUAINAIN, Antonio Márcio; SANTANA, Carlos, A. M.; SILVA, Felipe Prince; GARCIA, Junio Ruiz; LOYOLA, Pedro. O tripé da política agrícola brasileira crédito rural, seguro e Pronaf. In: BUAINAIN, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Instituto de economia. 1182 p. Brasília: Embrapa, 2014

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.8, UFRRJ, abr. 1997. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/106/102>>. Acesso em: 22 fev. 16.

_____. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325- 344.

CARVALHO JÚNIOR, Luiz Carlos; MISSIO, Fernando. O uso de crédito agrícola do Pronaf como forma de fomento as atividades produtivas na agricultura familiar no município de Campos Borges (Rio Grande do Sul). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. **Anais...** Belém: SOBER, 2013.

CASTRO, Jorge Abrahão de; OLIVEIRA, Márcio Gimene de. Política Pública e Desenvolvimento. In: MADEIRA, Lígia Mori Org. **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p.254.

CASTRO, César Nunes de; RESENDE, Guilherme Mendes; PIRES, Murilo José de Souza. Avaliação dos impactos regionais do programa nacional da agricultura familiar (Pronaf). **IPEA**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3139/1/TD_1974.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004. p. 21-49.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Grito da Terra**

Brasil. Disponível em:

<<http://contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=15&ap=1>>. Acesso em 11 mai 2016.

CRUZ, Elmar Rodrigues. **Riscos em modelos de decisão na agricultura**. Brasília: EMBRAPA- DEP, 1984. p.161.

DALCIN, Dionéia. **O processo de tomada de decisão em agricultores de Boa Vista das Missões (RS)**. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2010.

DANTAS, Iracema; PINTO, João Roberto Lopes, Org. **Relatório Pronaf: Resultados da Etapa Paraná**: Ibase, 2006. p.169.

DE CONTI, Bruno Martarello; ROITMAN, Fábio Brener. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDS**, n. 35, 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf>. Acesso em: 21 fev. 16.

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set. 2001

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012. p.252.

EMATER. Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Estudo de Situação**. Campina das Missões - RS, 2012. p.13.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Módulos Fiscais**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: 21 out. 2016.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **COREDES**. 2013. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>. Acesso em: 09 set. 2016

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. In.: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XIII, 2002, João Pessoa/PB. **Anais...** João Pessoa/PB, 2002 Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

FERRARI, Dilvan Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRE, Milton Luiz; MELLO, Márcio Antonio de; TESTA, Vilson Marcos. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 12, no. 2, 2004: 237-271.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da

análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas públicas**. n. 21, 2000.

Disponível em: <

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj9tpv_7IfQAhUCIpAKHWA8BgwQFggbMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ipea.gov.br%2Fppp%2Findex.php%2FPPP%2Farticle%2Fview%2F89&usg=AFQjCNH4sbC52QIFtXoR0PGHA7wN6imU3A>. Acesso em 20 out. 2016.

FUNK, Fabiana. **Agricultura familiar diversificada e qualidade de vida: O caso do município de São Pedro do Butiá – Rio Grande do Sul**. 2008. 198f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2008.

GASSON, Ruth. Goals and values of farmers. **Journal of agricultural economics**, Inglaterra, v. 24, n.3, p.521-537, 1973.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista Economia e Sociologia Rural**, vol.51, n.1, Brasília, 2013. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003 >. Acesso em 24 out. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 204 p.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 624. Disponível em: <
<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Rev. Econ. Sociol. Rural* vol.52 no.2 Brasília Apr./June. 2014

GUADAGNIN, João. João Guadagnin: Crédito leva desenvolvimento ao meio rural. **Ascom/MDA**. Entrevistadora: BONTEMPO, Gabriella. Brasília, 2015. Disponível em: <
<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cr%C3%A9dito-leva-desenvolvimento-ao-meio-rural>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; SABBATO, Alberto Di; BITTENCOURT, Gilson. **A agricultura familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 287.

HAIR JUNIOR, Joseph F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HENTZ, Carla; ARISTIDES, Marleide de Jesus da Silva; HESPANHOL, Rosangela

Aparecida de Medeiros. Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento da Agricultura no Brasil. **Sociedade e Território**, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 38-60, set. 2015. Disponível em: < file:///C:/Users/Lidiane/Downloads/7436-21042-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

HOCHSCHEID, Airton. In.: LAMPERT, Adriana. Boa safra para o comércio. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 15 dez. 2014. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=181977>> Acesso em: 20 out. 2016

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura familiar, primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. ISSN 0103-6157. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. ISSN 0103-6157. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=750>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Cidades**. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> > Acesso em: 06 fev. 2016.

IPEA. Instituto Pesquisa Econômica Aplicada. **Plano da Juventude**. s.d. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/130722_apresentacao2_juventudedemografia.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. p.240.

KAY, Ronal D.; EDWARDS, William M.; DUFFY, Patrícia A. **Gestão de Propriedades Rurais**. 7 ed., Porto Alegre: AMGH, 2014. p.468.

KNOREK; Reinaldo; AYUB, Bruna Rayet. Política Pública Do Pronaf Mais Alimentos: Uma Ferramenta De Estímulo Ao Desenvolvimento Da Produção Leiteira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. **Anais...** Belém: SOBER, 2013.

KRÜGER, Silvana Dalmutt; SILVA, Andriza Aparecida Rosa da; OENNING, Vilmar; ZANIN, Antonio. As Características da gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: Carência na utilização da contabilidade e as fragilidades no processo de sucessão familiar. In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade, 5, 2014, Santa Catarina. **Anais...**Santa Catarina: Congresso UFSC, 2014.

LIMA, Arlindo Prestes de; BASSO, Nilvo; NEUMANN, Pedro Selvino; SANTOS, Alvori Cristo dos; MULLER, Artur Gustavo. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

LOPES, Patrick Fernandes; FRANCO, João Marcos Caixeta; CASTRO JÚNIOR, Luiz Gonzaga de; SANTOS, Antônio Carlos dos, CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. O Pronaf e as racionalidades da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Ano 24, v. 1, 2016. Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/669/435> >. Acesso em: 20 out. 2016.

MAIA, Alexandre Gori; EUSÉBIO, Gabriela dos Santos. Avaliação dos impactos do PRONAF sobre a produção da agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53., 2015, Goiânia. **Anais...** Goiânia: SOBER, 2015.

MALYSZ, Paula Angélica; CHIES, Cláudia. A importância do Pronaf na permanência do agricultor familiar no campo. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia- UFU. ISSN 1983-487x., 2012. Uberlândia: Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf> Acesso em: 01 dez. 2015.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Conheça as linhas de crédito do Pronaf**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. Portaria nº 21, de 27 de março de 2014, alterada pela Portaria Nº 33, de 15 de maio de 2014, publicada no DOU Nº 91, de 15 de maio de 2014, página 64, Seção 1 – Republicada. Estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PORTARIA_MDA_21_DAP_-_ALTERADA_33_-_22.05.2014.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

_____. **Plano Safra 2015/2015**. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/Condi%C3%A7%C3%B5es%20do%20Cr%C3%A9dito%202015-2016.pdf> Acesso em: 01 jun. 2017.

MALUF, Renato S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. (Org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.624. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS; Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASSUQUETTI, Angélica. **A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período de 1965-97**. 1998. 212f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1998.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, Belém, 2001. Disponível em

<https://www.researchgate.net/profile/Lauro_Mattei/publication/237525551_PROGRAMA_NACIONAL_DE_FORTELECIMENTO_DA_AGRICULTURA_FAMILIAR_PRONAF_CO_NCEPCAO_ABRANGENCIA_E_LIMITES_OBSERVADOS_1/links/561c6bc208ae78721fa11639.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2016.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução: de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENDONÇA, Kenia Fabiana Cota; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; AUGUSTO, Hélder Anjos. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.30, n.2, p.445-463, 2013. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/disciplinas/enf026/files/2014/11/artigo-populacao-jequitinhonha-2013.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2017.

MORAES, Anna Maris Pereira de. **Iniciação ao Estudo da Administração**. 2ª ed. Revisada. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, vol.15 n.43, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009>. Acesso em: 20 out. 2016.

NEUMANN, Pedro Selvino; DALBIANCO, Vinicius Piccin; ZARNOTT, Alisson Vicente. A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária: a construção de um sistema pluralista descentralizado. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.624. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

NUNES, Sidemar Presotto. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. **Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**, 2007.

PAETZOLD, Leandro José. **Representatividade da Cooperativa de Crédito e o Programa Mais Alimentos: resultados e expectativas na agricultura familiar**. 2015. 102f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, Santa Catarina, 2015.

PANNO, Fernando. Sucessão geracional na agricultura familiar: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores. 2016. 164f. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.

PEREIRA, Luciano Gomes de Carvalho. **Política agrícola brasileira: breves considerações**. Nota técnica, Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa. Brasília, 2013, 23p. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13097#>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

PLOEG, Jan Douwe Van der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, ISSN: 1807-491X, número Extra. 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj-muuW7IfQAhWCfZAKHa84ATIQFggmMAE&url=http%3A%2F%2Faspta.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2014%2F02%2FAgriculturas_Caderno_Debate-N01_Baixa.pdf&usg=AFQjCNEDk443PIa4mP2duT6Fp3cTx3uVOw>. Acesso em 2 out. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DAS MISSÕES - RS. **Material de Estudo**. Campina das Missões, 2015. Disponível em: <<http://www.campinadasmissoes.rs.gov.br/paginas/historico>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

REICHERT, Lírio José; GOMES, Mário Conill; SCHWENGBER, José Ernani. A importância socioeconômica da agricultura familiar no desenvolvimento territorial da zona sul do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: Uma análise dos Impactos Socioeconômicos do Pronaf no Território Médio Jequitinhonha – MG**. IPEA, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1013/1/td_1693.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2016.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 624.

SCHNEIDER, Sergio. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESSO EUROPEU DE SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** Wageningen, Holanda, 20-24 agosto, 2007. p.39. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjzwLeF64fQAhWQqZAKHUrIB9UQFggBMAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mda.gov.br%2Fo%2F884942&usg=AFQjCNF1uvRald733rdJ8aZVT9BtdRpKXA>>. Acesso em 31 out. 2016.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 258.

SCHUHMANN, Maitê Luize. **O contexto e os efeitos do Pronaf Mais Alimentos para os agricultores familiares do município de Teutônia – RS**. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2012.

SCHWANTES, Vanderlei Airton. **A Contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na Dinâmica Agrária da Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento). Universidade Regional do Norte do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), Ijuí, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SEN, Armatya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 461.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: **Caderno de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n.1, p. 37-67, jan./abr 2002. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8795/4938>> Acesso em: 18 out. 2016

SILVA NETO, Benedito. Complexidade e Desenvolvimento. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 2, n 4, jul-dez. 2004

SILVA NETO, Benedito. Desenvolvimento Sustentável: uma abordagem baseada em sistemas dissipativos. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. v. XI, p. 15-31. Jan-jun. 2008.

SIMON, Herbert. A. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979. p.311.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Cleonice Borges de; CAUME, David José. Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46.. 2008, Goiânia. **Anais...** Goiânia: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/882.pdf>>. Acesso em 27 mai. 2016.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EduFSCar, 2009. p.359.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BUAINAIN, Antônio Márcio; GUANZIROLI, Carlos; BATALHA, Mário Otávio. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42. 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/090442.pdf>> . Acesso em: 26 set. 2016.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Revista AATR**. Salvador/BA, 2002. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiiiKmj8IfQAhWBEZAKHTCIARoQFggbMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.escoladebicicleta.com.br%2Fpoliticaspublicas.pdf&usg=AFQjCNHQ4BOYdiUxx__qX8gwy42HMvDCVw>. Acesso em: 03 out. 2016.

TRENNEPOHL, Vera Lúcia. **Formação e desenvolvimento brasileiro**. 2 ed. - Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p.142 . Disponível em:

<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/537/Forma%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Brasileiro.pdf?sequence=1>>. Acesso em 27 mai. 2016.

TOLEDO, Eliziário Nôe Boeira. **O Pronaf em Salvador das Missões: contradições de uma política de crédito.** 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.

TOLEDO, Eliziário Nôe Boeira; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf no Rio Grande do Sul dez anos depois: o que dizer. In.: **Encontro de Economia Gaúcha**, v.4. 2008. Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Encontro de Economia Gaúcha, 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjS1MXx6YfQAhUQ15AKHe3SCHsQFggbMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fee.rs.gov.br%2F4-encontro-economia-gaucha%2Ftrabalhos%2Fagricultura-sessao4-3.doc&usg=AFQjCNEu19In8u-Egn_iZ81ITeM9OmGGkg&bvm=bv.137132246,d.Y2I>. Acesso em 31 out. 2016.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica.** São Paulo: E.P.U., 2001.

VIEIRA Débora de F. A.; VIANA C. A. dos S. **O programa de aquisição de alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar.** Brasília, DF, CONAB, [2007?]. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81.pdf>>. Acesso em 24 out. de 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In.: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO. ISBN: 950-9231-58-4. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: 09 set. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In.: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Processos sociais agrários. 20, Caxambu/ MG, 1996. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso em: 24 set.2016.

APÊNDICE A – Total de Contratos e recurso do PRONAF Investimento por COREDE do Estado do Rio Grande do Sul (2015)

COREDES	CONTRATOS	VALOR (R\$)
Sul	3.159	92.879.162,46
Norte	3.126	112.019.607,33
Serra	2.627	120.744.597,02
Nordeste	2.241	86.014.108,95
Fronteira Noroeste	2.161	79.178.313,62
Vale do Taquari	2.111	90.899.668,72
Rio da Várzea	2.077	91.124.739,49
Missões	1.985	66.525.466,01
Vale do Rio Pardo	1.958	69.275.078,98
Médio Alto Uruguai	1.799	63.316.615,50
Centro-Sul	1.670	50.439.296,81
PRODUÇÃO	1.595	135.840.288,57
Celeiro	1.430	64.071.980,24
Noroeste Colonial	1.373	53.936.618,30
Alto Jacuí	1.284	114.421.523,88
Central	1.249	48.992.351,46
Alto da Serra do Botucaraí	1.138	47.082.352,68
Fronteira Oeste	1.051	30.327.239,76
Vale do Jaguari	962	30.032.666,51
Vale do Caí	817	33.804.679,86
Campos de Cima da Serra	661	23.864.272,59
Jacuí-Centro	655	22.611.288,29
Litoral	411	12.040.273,66
Campanha	319	10.097.038,82
Hortênsias	256	10.231.242,16
Paranhana-Encosta da Serra	224	8.186.996,67
Metropolitano Delta do Jacuí	189	6.766.688,62
Vale do Rio dos Sinos	179	5.695.089,56

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Matriz de Dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2016b)

APÊNDICE B – Dados dos municípios que compõe o COREDE Fronteira Noroeste

Cidade	Nº Cont. PRONAF Investimento 2012 a 2015	Nº estabelecimentos (IBGE)	Área (IBGE)	Valor PRONAF Investimento 2012 a 2015 (R\$)	Área Média (ha) por estabelecimento	Valor Médio por Estabelecimento (R\$)
Três de Maio	2.413	2.077	36.730	38.728.109,03	17,68	18.646,18
Santo Cristo	1.843	2.203	33.223	31.580.635,09	15,08	14.335,29
Campina das Missões	1.637	1.320	18.689	25.054.356,39	14,16	18.980,57
Dr. Maurício Cardoso	1.451	1.296	21.230	34.483.876,07	16,38	26.607,93
Santa Rosa	1.398	1.976	34.436	34.353.841,46	17,43	17.385,55
Cândido Godói	1.322	1.794	22.570	24.761.832,82	12,58	13.802,58
Horizontalina	1.237	1.144	18.663	23.294.056,21	16,31	20.361,94
Tuparendi	1.057	1.584	26.853	26.918.754,93	16,95	16.994,16
Boa Vista do Buricá	1.039	766	9.340	17.477.060,86	12,19	22.816,01
Alecrim	1.017	1.736	25.504	11.446.364,13	14,69	6.593,53
Nova Candelária	880	661	8.584	17.029.243,84	12,99	25.762,85
Independência	816	1.336	31.898	15.650.823,65	23,88	11.714,69
Novo Machado	699	1.195	17.519	15.383.067,69	14,66	12.872,86
Tucunduva	682	867	17.963	14.514.963,55	20,72	16.741,60
Senador Salgado Filho	646	766	12.620	13.910.220,74	16,48	18.159,56
Alegria	619	1.211	15.335	9.998.427,60	12,66	8.256,34
Porto Lucena	597	1.293	21.855	10.439.168,63	16,90	8.073,60
São José do Inhacorá	461	489	6.351	7.087.270,58	12,99	14.493,40
Porto Mauá	207	541	9.414	4.409.256,54	17,40	8.150,20
Porto Vera Cruz	196	573	9.029	2.088.491,09	15,76	3.644,84

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2016), Anuário Estatístico do Crédito Rural (BCB, 2016a) e Matriz de Dados (BCB, 2016b)

APÊNDICE C– Requerimento encaminhado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR

Campina das Missões/RS – 31 outubro de 2016

REQUERIMENTO**Prezada Senhora****Marta Pies Volkmer**

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina das Missões/RS

Eu, Lidiane Kasper, brasileira, inscrita no CPF sob nº: 019.732.700-13, mestranda do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria **autorização** para acesso, em meio impresso e/ou digital, a lista de agricultores com Documento de Aptidão ao PRONAF – DAP, em situação ativa para o período de 2012 a 2015.

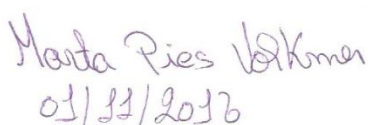
O motivo desta solicitação se dá em razão da produção da dissertação de mestrado que tem como tema o Pronaf Investimento em Campina das Missões, sob título: **O PRONAF Investimento na Agricultura Familiar: O caso de Campina das Missões – RS.**

Cabe destacar que tais informações serão de uso exclusivo para identificação dos beneficiários do programa no município alvo desse estudo, sendo que a identidade dos mesmos será preservada.

Nestes termos
pede deferimento,


Lidiane Kasper

Mestranda do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da Universidade Federal da Fronteira Sul –
Campus Cerro Largo


03/11/2016

APÊNDICE D – Instrumento de coleta de dados aplicado aos agricultores familiares

Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas

Prezado Agricultor.

Esta pesquisa tem como objetivo avaliar o uso do Pronaf Investimento pelo agricultor familiar do município de Campina das Missões - RS. Nesse sentido, solicitamos informações sobre sua unidade de produção familiar, bem como informações sobre os fatores de decisão no uso dos recursos do Pronaf Investimento e, por conseguinte, conhecer os efeitos gerados por este uso. Sua colaboração será de grande importância para a realização deste estudo. Não será necessária a sua identificação. Desde já agradecemos a disponibilidade.

Número do Questionário:	Data da aplicação:
-------------------------	--------------------

I - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR

1. Endereço/Localidade: _____

2. Identificação do Núcleo Familiar (Moradores):

Seq.	Parentesco com o Gestor	Ocupação	Tempo Dedicado	Atuação na atividade	Idade	Escolaridade
a)						
b)						
c)						
d)						
e)						
f)						

Observação:

Seq: Sequência

Parentesco com o Gestor: 1) Gestor 2) Esposo(a) 3) Filho/Filha, 4) Genro/Nora, 5) Cunhado/Cunhada, 6) Irmão(ã) 7) Pai/Mãe 8) Outro. Qual?

Ocupação: 1) Agricultor 2) Assalariado Rural Permanente 3) Assalariado Temporário rural 4) Assalariado Temporário Urbano 5) Assalariado Urbano 6) Do Lar 7) Comerciante 8) Estudante 9) Aposentado 10) Pluriatividade 11) Prestação de Serviço 12) Outros.

Tempo Dedicado para a Agricultura: 1) Integral 2) Metade do Tempo 3) Eventual 4) Nenhum.

Tempo que atua na atividade agropecuária: em anos

Idade: em anos

Escolaridade: 1) Analfabeto 2) Ensino Fundamental Incompleto 3) Ensino Fundamental completo 4) Ensino Médio incompleto 5) Ensino Médio completo 6) Nível Técnico incompleto 7) Nível Técnico completo 8) Nível Superior Incompleto 9) Nível Superior completo 10) Pós-Graduação Incompleta 11) Pós-Graduação completa.

3. Atividades produtivas desenvolvidas na propriedade (em nível de importância financeira)?

- 1^a : _____
 2^a : _____
 3^a : _____
 4^a : _____
 5^a : _____
 6^a : _____

4 – Existe também a produção para autoconsumo/subsistência:

- a. () Sim b. () Não

5. Principal fonte de renda:

- a. () Agropecuária b. () Não-agropecuária. Qual? _____

6- Como é feita a comercialização dos produtos produzidos no estabelecimento? (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- a. () Cooperativa b. () Agroindústria c. () Comercialização direta d. () Empresas privadas
 e. () Setor público f. () Não Vende g. () Outra. Qual? _____

7 – Área total da Propriedade (em Hectares):

a. () Própria: _____ ha. b. () Arrendada: _____ ha.

8 - Como ocorreu a posse da terra: (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- a) () Herança _____ ha
 b) () Compra por conta própria _____ ha
 c) () Compra por meio do PNCF _____ ha
 d) () Compra por meio de outro programa _____ ha
 e) () Doação _____ ha

9 – Qual foi a renda bruta mensal da família, em média, em 2015? (Soma da rendas agrícolas e não-agrícolas)

- a) () Até 2 salários mínimos _____
 b) () Mais de 2 até 5 salários mínimos _____
 c) () De 6 a 10 salários mínimos _____
 d) () De 11 a 15 salários mínimos _____
 e) () De 16 a 20 salários mínimos _____
 f) () Mais de 20 salários mínimos _____

10 – Mão de obra utilizada na propriedade: (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- a. () Apenas familiar.
 b. () Familiar e assalariada temporária. Quanto ass. temp.? _____ pessoas.
 c. () Familiar e assalariada permanente. Quanto ass. perm.? _____ pessoas.
 d. () Diaristas
 e. () Outra. Qual? _____.

11 – Recebe assistência técnica na propriedade?

a. () Sim b. () Não

OBS: Se a resposta for “Não” passar para questão nº 16

12 - De que tipo de entidade recebe assistência técnica? (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- a. () Emater b. () Cooperativa c. () Universidade d. () Empresa privada
 e. () Sindicato f. () Secr. Mun. de Agricultura g. () Sistema 5S h. () Med. Veterinário
 i. () Outra. Qual? _____

13- Para que recebe Assistência Técnica? (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- a. () Produção
 b. () Investimento
 c. () Comercialização
 d. () Organização/Gestão da Propriedade
 e. () Organização da categoria
 f. () Outra. Qual? _____

14 – Qual é a frequência da assistência técnica que recebe?

a. () semanal b. () quinzenal c. () mensal d. () semestral e. () anual f. () Outra. Qual. _____

15 – Nível de satisfação em relação a assistência técnica recebida:

a. () Insatisfeito b. () Indiferente c. () Satisfeito d. () não respondeu d. () não recebe assistência

16 - Foram feitos investimentos durante o período de 2012 a 2015, por outro meio que não seja o Pronaf? (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- a. () Sim, por conta própria
 b. () Sim, através de outro Programa. Qual? _____
 c. () Não foram feitos outros investimentos.

II – FATORES DE DECISÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR

17 - Quem é o responsável pelo processo de tomada de decisão na propriedade?

- a.() Proprietário(a)
 b.() Sócio
 c.() Em conjunto com o grupo familiar
 d.() Outro _____

18 – Em uma escala de importância, quanto cada alternativa contribuiu para aquisição do Pronaf Investimento?

OBS: 1- Nada Importante; 2- Pouco importante; 3- Nem importante/ Nem sem importância; 4- Importante 5- Muito Importante

		Razão	1	2	3	4	5
Instrumental	A	Maximizar a renda familiar					
	B	Obtenção de uma renda satisfatória					
	C	Aumento da produção/ produtividade					
	D	Diminuição da penosidade do trabalho					
	E	Expandir os negócios					
Social	F	Dar continuidade ao trabalho familiar					
	G	Bem estar da família					
	H	Obter prestígio social como agricultor					
	I	Trabalhar com a família					
	J	Melhor/Maior inserção no mercado					
Expressiva	K	Alcançar um objetivo/crescimento					
	L	Exercer habilidades e aptidões					
	M	Satisfação em sentir-se proprietário					
	N	Realização pessoal					
Intrínseco	O	Gosto pelas tarefas agrícolas					
	P	Independência na realização de suas tarefas					
	Q	Qualidade de vida no trabalho					
	R	Satisfação pelo trabalho					

19 – Na mesma escala de importância, quanto cada uma das variáveis do programa contribuiu para sua participação?

		Razão	1	2	3	4	5
A		Taxa de Juros					
B		Período de carência					
C		Prazo de pagamento					
D		Valor financiado pelo programa					
E		Linhas de crédito					

20 - Quem o informou sobre a linha de crédito do PRONAF Investimento? (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- a. () Bancos b.() Vendedores c.() Emater d.() Sindicato e. () Cooperativa
f.() Assistência Técnica g.() Outros agentes (parente/vizinho) h.() Outro.Quem?_____

21 – Quanto à influência externa, quem mais influenciou na decisão de adquirir o Pronaf Investimento? (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- a. () Bancos b.() Vendedores c.() Emater d.() Sindicato e. () Cooperativa
f.() Assistência Técnica g.() Outros agentes (parente/vizinho) h.() Outro.Quem?_____ i. () Não foi influenciado

III - REPERCUSSÕES DO PRONAF INVESTIMENTO

22 – Qual(ais) item(ns) foi(ram) financiado(s) pelo Pronaf Investimento e qual(ais) efeito(s) desta(s) aquisição(ões):

Produto	Descrição do Produto	Efeito*

Produto: especificar o item financiado

Descrição do produto: Linha de crédito (1) Pronaf Mais Alimentos 2) Pronaf Agroindústria 3) Pronaf Mulher 4) Pronaf Agroecologia 5) Pronaf Jovem 6) Outro.) Valor do Bem; Valor financiado; ano do financiamento (2012, 2013, 2014 e/ou 2015); Prazo pagamento (em anos); Carência (em anos) e Grupo Pronaf (A; B; A/C; Agricultores familiares).

Efeito*: Ver tabela ao final do questionário

23 – Qual o recurso utilizado para pagamento das prestações do financiamento?

- a.() Receita do próprio investimento
b.() Outras receitas da propriedade
c. () Em parte receita do próprio investimento e em parte receita da propriedade
d. () Outro financiamento
e. () Outra forma. Qual?_____

24 – Os investimento realizados por meio do Pronaf, contribuíram para o aumento do bem estar familiar? a.() Sim b.() Não

25 – O(A) senhor(a) está satisfeito(a) com a sua aquisição pelo Pronaf Investimento?

- a.() Sim b.() Não.Por quê?_____

26 – Qual a sua vontade/interesse em realizar um novo investimento pelo Pronaf?

- a.() não tenho interesse b.() pouco interesse c.() em dúvida d.() tenho interesse e.() muito interesse

Se há interesse responda as questões 28 e 29

27 – Por que não tem interesse? _____

28 - Em que investiria? _____

29 - Em que prazo o faria?

- a.() antes de 3 anos b.() entre 4 e 5 anos c.() entre 6 e 10 anos d.() mais de 10 anos

30 – Em sua opinião, o que poderia ser melhorado no PRONAF Investimento? _____

Tabela para uso da pesquisadora para orientação da questão nº 22		
Repercussões do Pronaf Investimento		
Trabalho/atividade	A	Mais precisão
	B	Maior flexibilidade operacional
	C	Independência nas tarefas
	D	Redução da penosidade do trabalho
	E	Agilidade
	F	Facilidade
	G	Qualidade de vida
	H	Segurança
	I	Espaço
Pessoal	J	Mais tempo livre para o lazer
	K	Menos tempo livre para o lazer
	L	Aumento do bem – estar
	M	Mais horas de trabalho
	N	Aumento da produtividade
Social	O	Melhor/maior inserção no mercado
	P	Diminuição do bem-estar com vizinhança
	Q	Bem-estar familiar
Econômico	R	Aumento da produtividade da terra
	S	Aumento da produção
	T	Aumento dos custos de produção
	U	Redução dos custos de produção
	V	Expansão dos negócios
	W	Melhoria na renda
	X	Comprometimento da renda familiar
	Y	Sentiu dificuldade para pagar
	Z	Investimento sem retorno

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Schuhmann (2012); Toledo (2009) e dados da pesquisa.

APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**O PRONAF INVESTIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CAMPINA DAS MISSÕES - RS**

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa ‘O Pronaf Investimento na agricultura familiar em Campina Das Missões – RS’, desenvolvida pela aluna Lidiane Kasper, discente do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo, sob orientação da Professora Dra. Dionéia Dalcin.

O objetivo central do estudo é analisar o uso do Pronaf Investimento pelo agricultor familiar do município de Campina das Missões - RS, o que irá contribuir para uma melhor compreensão da aplicação dos recursos deste programa pelos agricultores familiares, bem como na identificação dos resultados que este vem provocando na agricultura do município.

O convite a sua participação nesta pesquisa se deve à sua participação no Pronaf Investimento em 2012, 2013, 2014 e/ou 2015, no município de Campina das Missões - RS, período este que foi selecionado para análise. Sua participação é de extrema importância para efetivação deste estudo. Contudo, destaca-se que sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o instrumento de coleta de dados utilizado durante a pesquisa será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação constituirá em responder a uma entrevista, cujo instrumento de

coleta de dados contém 30 questões, e que será aplicado no próprio estabelecimento familiar, após sua autorização. O instrumento de coleta de dados está dividido em três partes, sendo que na primeira são contempladas as perguntas relacionadas a identificação e caracterização das unidades de produção familiar; a segunda parte compreende as questões relacionadas aos fatores de decisão que levaram os agricultores familiares a acessar o programa, e a terceira e última parte, será questionado sobre as repercussões do Pronaf Investimento junto à unidade de produção familiar. O tempo de duração da entrevista será de aproximadamente 1h30min.

Somente terão acesso ao instrumento de coleta de dados a pesquisadora e sua orientadora, sendo que ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo físico por um período de cinco anos, decorrido este prazo os mesmos serão destruídos.

Os benefícios relacionados com a sua colaboração estão relacionados à obtenção de uma devolutiva sobre a utilização dos recursos do Pronaf Investimento em sua propriedade e no município de Campina das Missões - RS, da mesma forma, as informações obtidas neste estudo poderão ser úteis para a análise e planejamento de ações e projetos futuros voltados à agricultura familiar, beneficiária dos recursos deste programa.

Durante a realização da entrevista, poderá ser apresentado algum tipo de desconforto ao compartilhar as informações referentes a caracterização do estabelecimento ou quanto ao próprio financiamento realizado por meio do Pronaf. Entretanto, todos os cuidados serão adotados a fim de prevenir ou minimizar esses possíveis riscos, como a forma de abordagem das perguntas, sendo que algumas questões serão feitas através de conversa. Se ainda for do seu interesse poderá, a qualquer tempo, interromper ou desistir da pesquisa.

Os resultados serão divulgados em eventos, publicações científicas e na dissertação, mantendo sigilo dos dados pessoais. A devolutiva dos resultados do estudo aos agricultores ocorrerá em um dos eventos anuais promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ou através de um espaço em um meio de comunicação utilizado pelo Sindicato, como o programa de rádio, com prévio aviso.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra como o pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Campina das Missões - RS, ____ de _____ de 2017

Lidiane Kasper
Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Contato com o(a) pesquisador(a) responsável:

Tel: (55) 99966-2673

e-mail: lidianekasper@gmail.com

Endereço para correspondência: Instituto de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha-Campus Santa Rosa, Rua Uruguai, 1675, Bairro Central – Santa Rosa – 98900-000

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS , Rua General Osório, 413D - CEP: 89802-210 - Caixa Postal 181 – Centro - Chapecó - Santa Catarina – Brasil)